

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL –
MESTRADO E DOUTORADO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

Muriel Pinto

**A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE MISSIONEIRA NO RIO GRANDE DO SUL E
AS POLÍTICAS CULTURAIS NO SUL DO BRASIL**

Santa Cruz do Sul, abril de 2011

Muriel Pinto

**A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE MISSIONEIRA NO RIO GRANDE DO SUL E
AS POLÍTICAS CULTURAIS NO SUL DO BRASIL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Mestrado e Doutorado – Área de concentração em Planejamento Urbano e Regional, Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional.

Orientador: Prof. Dr. Mozart Linhares da Silva

Santa Cruz do Sul, abril de 2011

Muriel Pinto

**A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE MISSIONEIRA NO RIO GRANDE DO SUL E
AS POLÍTICAS CULTURAIS NO SUL DO BRASIL**

Esta Dissertação foi submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Mestrado e Doutorado – Área de concentração em Planejamento Urbano e Regional, Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional.

Prof. Dr. Mozart Linhares da Silva

Professor Orientador

Profa. Dra. Ângela Cristina Trevisan Felippi

Profa. Dra. Carmen Regina Dorneles Nogueira

Aos meus familiares, meu pai Alcino de Souza Pinto (In memoriam), minha mãe-avó Adiles (anjo de todas as horas), minha mãe Lea Regina Calazans Pinto e minha futura esposa, Ana Gabriela Barbosa Vaz.

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar a meu orientador Professor Mozart Linhares da Silva, pela atenção, incentivo e incalculáveis ensinamentos e reflexões disponibilizados nas inúmeras jornadas de orientação. A UNISC e a CAPES que me possibilitaram a oportunidade de cursar o mestrado, com bolsa de estudo. Um sonho realizado.

Aos professores e secretarias do Curso, em especial a professora Heleniza Àvila Campos, pela integração de idéias e trabalho em conjunto no Plano Estratégico para Desenvolvimento do Corede Vale do Rio Pardo. A professora do Curso de Tecnologia em Turismo, da UNIPAMPA – Campus de Jaguarão, Carmem Regina Dorneles Nogueira, pelos ensinamentos, apoio e palavras de confiança durante o curso.

Ao grande amigo e irmão Rodrigo Mauer, companheiro durante as reflexões, inquietações e sonhos, no decorrer destes dois anos. A minha família que mesmo distante sempre este passando energias positivas para que os problemas fossem solucionados. Em especial a minha vó e minha namorada Gabriela, que sempre estiveram dispostas a me escutar e apoiar. Para finalizar agradeço a Deus, pela saúde, paz interior e pelos novos ensinamentos conquistados, tanto no âmbito profissional, como no lado espiritual.

RESUMO

Esta pesquisa possui como objetivo geral analisar nas políticas culturais missioneiras a construção das narrativas da identidade regional, procurando desnaturalizar os discursos essencializados e estereotipados. A partir da análise do processo de construção da identidade missioneira, se problematizou as categorias cultura e identidade nas políticas públicas, bem como a utilização de estratégias destas categorias para o planejamento das mesmas. Para a interpretação das políticas culturais missioneiras realizou-se um estudo dos projetos no nível nacional, estadual e regional, onde foi possível observar a inserção das Missões Jesuítico-Guarani no planejamento cultural brasileiro. No contexto das políticas estudadas, procurou-se analisar através de projetos culturais e turísticos regionais, como são formadas as narrativas de construção da identidade missioneira. Como principais resultados da dissertação destaca-se a exposição de uma “visão” não essencializada sobre a construção identitária regional, o que permitiu a percepção desnaturalizada da concepção de cultura e de identidade inseridos no contexto dos projetos culturais. A partir da interpretação dos projetos executados na região das Missões, foi possível observar que as narrativas acerca do tipo missioneiro apresentam conceitos estereotipados da história reducional, onde a cultura missioneira é vista através de uma ótica imutável. Ao final do estudo concluiu-se que as narrativas responsáveis pela construção da identidade missioneira estão constantemente “marcadas” por relações de poder, ou seja, verifica-se uma disputa nos níveis discursivos que constituem as narrativas identitárias regionais. Esta tensão discursiva permitiu identificar três micro-identidades missioneiras (missioneira pampiana, missioneira reducional e missioneira européia), contradizendo diversas políticas culturais que narram às missões a partir de uma matriz homogeneizadora, autêntica e pura, percepção esta que levou em conta as diferenças regionais e expos as trocas culturais.

Palavras-Chave: Missões Jesuítico-Guarani; identidade missioneira; políticas culturais.

ABSTRACT

This research aims to analyze inside the missionary cultural policies the construction of narratives of regional identity, in order to denaturalize speeches essentialized and stereotyped. From the analysis of the construction process of missionary identity it was problematized the culture and identity categories in public policy and the use of these categories' strategies for planning them. For the interpretation of cultural policies missionary held a study of projects in national, state and regional level, where it was possible to observe the insertion of the Jesuit Missions of the Guarani in Brazilian cultural planning. In the context of the policies studied, we tried to analyze through cultural projects and regional tourism, are formed as the narratives of identity construction missionary. As result of the dissertation highlights the exposure of a "vision" not essentialized on regional identity construction, which allowed the perception of denaturalized conception of culture and identity within the context of cultural projects. Based on the interpretation of the projects executed in the region of the missions, it was observed that the narratives about the type of missionary history exhibit stereotyped concepts reductional, where the missionary culture is seen through an optical immutable. At the end of the study concluded that the narratives responsible for the construction of identity are constantly missionary "marked" by relations of power, there is a dispute in the levels that constitute the discursive narratives regional identity. This tension has identified three discursive micro-identities missionary (missionary Pampas, missionary reductional, missionary European), contradicting several cultural policies that tell the missions from an array homogenizing, authentic and pure, perception that this took into account regional differences and changes cultural.

Keywords: Guarani-Jesuit Missions, missionary identity, cultural policies.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: A trajetória do campo organizacional da cultura no Rio Grande do Sul	53
Figura 2: Bens tombados pelo IPHAN e IPHAE no RS	57
Figura 3: Bens culturais pertencentes à cultura italiana	74
Figura 4: Bens culturais pertencentes à cultura espanhola (Redução de São Miguel das Missões)	74
Figura 5: Elementos culturais pertencentes à cultura gaúcha	76
Figura 6: Mapa da regionalização turística das Missões Jesuíticas	79
Figura 7: Catedral Angelopolitana de Santo Ângelo	80
Figura 8: Ruínas de São Miguel das Missões.....	80
Figura 9: Folder de divulgação do espetáculo Som e Luz de São Miguel das Missões-RS	81
Figura 10: Mapa Turístico do Rio Grande do Sul	82
Figura 11: Folder turístico da Rota Missões	83
Figura 12: Folder turístico do Caminho das Missões	84
Figura 13: Localização das Reduções Jesuítico-Guarani	88
Figura 14: Plano Urbano Reducional	89
Figura 15: Casa de João Goulart (São Borja). Arquitetura eclética	96
Figura 16: Arquitetura alemã em Cerro Largo-RS	96
Figura 17: Sítio Arqueológico de São Miguel Arcanjo	96
Figura 18: Catedral de Santo Ângelo	96
Figura 19: Estatuária missioneira	96
Figura 20: Grupo Musical da Comunidade <i>Mbya-Guarani</i> de São Miguel	96
Figura 21: Festival Musical nativista Ronda de São Pedro – São Borja	96
Figura 22: Musico missioneiro Pedro Ortaça	96
Figura 23: Grupo de dança alemã de Cerro Largo-RS	96
Figura 24: Procissão de São João Batista – São Borja	96
Figura 25: Fonte missioneira de São João Batista em São Borja	96
Figura 26: Rio Uruguai.....	96
Figura 27: Fonte missioneira de São Miguel Arcanjo.....	96
Figura 28: Discografia de Pedro Ortaça	102
Figura 29: Brasão de São Luiz Gonzaga	103
Figura 30: Brasão de São Miguel das Missões.....	103

Figura 31: Brasão de Santo Ângelo.....	103
Figura 32: Brasão de São Borja.....	103
Figura 33: Folder rota missões II.....	110
Figura 34: Localização das micro-identidades missioneiras e recursos patrimoniais na Região das Missões	130

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Histórico das Secretarias de Cultura do Rio Grande do Sul (1958-1991)	55
Quadro 2: Legislação de valorização da cultura tradicionalista	64
Quadro 3: Projetos enviados ao Sistema LIC - RS (1996-2009)	71
Quadro 4: Características das micro-identidades missioneiras	131

LISTA DE SIGLAS

CCM	Centro de Cultura Missioneira
CFC	Conselho Federal de Cultura
CODEC	Conselho de Desenvolvimento da Cultura do Rio Grande do Sul
CONCINE	Conselho Nacional de Cinema
CTG	Centro de Tradições Gaúchas
EMBRAFILME	Empresa Brasileira de Filme
DIP	Departamento de Imprensa e Propaganda
DPDC	Departamento de Propaganda e Divisão Cultural
FAPERGS	Fundação de Amparo a Pesquisa do Rio Grande do Sul
FUNMISSÕES	Fundação dos Municípios das Missões
IAPH	Instituto Andaluz de Patrimônio Histórico – Sevilla, Espanha
IHGERS	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a Seção do Rio Grande do Sul
IEL	Instituto Estadual do Livro do Rio Grande do Sul
IGTF	Instituto Gaúcho de Traições e Folclore
INL	Instituto Nacional do Livro
INRC	Inventário Nacional de Recursos Culturais
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IPHAE	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Estadual
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MES	Ministério de Educação e Saúde Pública
MJC	Museu Julio de Castilhos
MINC	Ministério da Cultura
MTUR	Ministério do Turismo
PSD	Partido Social Democrático
RIP	Recursos de Interesse Patrimonial
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
SEM	Sistema Estadual de Museus
SETUR	Secretaria Estadual de Turismo do Rio Grande do Sul
SEPLAG	Secretaria de Planejamento do Rio Grande do Sul
TBC	Teatro Brasileiro de Comédia

OEI	Organização dos Estados Ibero-Americanos
UDN	Partido da União Democrática Nacional
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura
URI	Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
WMF	<i>World Monuments Fund</i>

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
1 HISTÓRIA DAS POLÍTICAS CULTURAIS NO BRASIL.....	18
1.1 Trajetória histórica das políticas culturais brasileiras.....	18
1.1.1 Estado Novo e as políticas culturais (1937-1945).....	19
1.1.2 Governos populistas (1945-1964).....	33
1.1.3 A consolidação da política cultural no Brasil contemporâneo.....	39
2 POLÍTICAS CULTURAIS NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.....	50
2.1 A institucionalização da política cultural no Rio Grande do Sul	50
2.1.1 IPHAE (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Estadual).....	56
2.2 Principais Políticas culturais executadas.....	57
2.2.1 Políticas museológicas.....	59
2.2.2 Políticas de valorização e difusão do tradicionalismo gaúcho.....	62
2.2.3 LIC-RS (Lei de incentivo a Cultura do Estado do RS).....	69
2.3 As Políticas Culturais e turísticas	72
3 A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE MISSIONEIRA.....	86
3.1 Análise das narrativas acerca do tipo missioneiro.....	86
3.1.1 Historiografia missioneira.....	86
3.1.2 Patrimônio missioneiro.....	92
3.1.3 Discurso identitário e tradições missioneiras.....	98
3.2 Políticas culturais e turísticas executadas nas Missões Jesuítico-Guarani no Rio Grande do Sul.....	105
3.2.1 Programa de Capacitação para conservação e desenvolvimento sustentável das Missões Jesuítico-Guarani (Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai) (2003-2005).....	107
3.2.2 Rota Missões.....	109
3.2.3 Programa de Cooperação Instituto Andaluz de Patrimônio Histórico (Sevilla-Espanha) e Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IAPH-IPHAN).....	111
3.2.4 Inventário de Referências Culturais Comunidade <i>Mbya-Guarani</i> em São Miguel das Missões.....	112

3.3 Análise estratégica e Cultural das Políticas Culturais na Região	
Missioneira.....	114
3.3.1 Concepção de cultura nas políticas missioneiras.....	115
3.3.2 Concepção de identidade nas políticas missioneira.....	119
CONSIDERAÇÕES FINAIS	135
REFERÊNCIAS.....	140

INTRODUÇÃO

A região das Missões se caracteriza por ser uma área histórica no território do Rio Grande do Sul. Por ter sido uma área de instalação de Reduções Jesuítico-*Guarani*, apresenta um grande número de sítios arqueológicos e um conjunto de artefatos histórico-culturais relacionados ao período reducional.

A pesquisa tem como objetivo geral analisar nas políticas culturais missionárias o processo de construção das narrativas da identidade regional, voltado para a desnaturalização dos discursos essencializados e estereotipados nos devidos projetos. Esse se desdobra em cinco objetivos específicos: analisar a trajetória histórica das políticas culturais no Brasil e no Rio Grande do Sul; analisar os elementos antropológicos e históricos que constituem as narrativas acerca do tipo missionário; caracterizar o tipo antropológico do gaúcho missionário, a partir das narrativas produzidas pelas políticas culturais regionais; analisar o planejamento e os conceitos de cultura inseridos nas políticas missionárias; analisar o papel das políticas culturais no desenvolvimento turístico e na construção da identidade missionária.

A problemática do estudo procurou analisar como que as políticas culturais acabam por construir as narrativas identitárias, as estereotípias sociais e as estratégias de planejamento regional na região missionária. Nesta problemática procurou-se questionar, quais são as relações de poder e as disputas geradas num território que é constantemente apresentado como uma “região que possui uma identidade homogênea”, e de que forma que essas narrativas são legitimadas por essas políticas. Fatores que contribuíram para o processo de desnaturalização dos conceitos essencializados utilizados nos projetos.

A atenção das políticas culturais sobre as Missões ganhou impulso significativo nos anos 1980, período em que a indústria do turismo impulsionou os estudos sobre a região e, a partir deles, o levantamento de uma série de artefatos culturais que passaram a ser utilizados como marcas da identidade regional. Esse processo foi marcado pela produção de uma série de políticas públicas na área cultural, políticas essas que tiveram um papel significativo na construção discursiva da identidade missionária.

Cabe comentar que estudos sobre o patrimônio, história missioneira, e turismo são realizados constantemente nas Missões. Na verdade, essas pesquisas procuram interpretar a cultura regional a partir de uma óptica essencializada. No entanto, são raras as pesquisas que visam realizar uma reflexão crítica sobre a identidade missioneira, pois na maioria dos estudos, a identidade regional é exposta como “algo dado”, naturalizado, inclusive pelo próprio IPHAN.

Conforme os projetos culturais missioneiros inventariados pelo estudo, observou-se que a década de 1990 destaca-se por ter contemplado o maior número de estudos, principalmente relacionadas à preservação e valorização do patrimônio material do entorno dos sítios arqueológicos, áreas reconhecidas hoje como Parque Histórico Nacional das Missões. Na grande maioria, esses estudos estão relacionados ao planejamento do turismo e à produção cultural, fatores esses que contribuem para a criação de símbolos e estereótipos sociais.

Este recorte temporal justifica-se por ser o período em que houve uma maior organização e gestão de ações sobre o patrimônio e atrativos turísticos missioneiros. Além disso, este momento pode ser salientado pelo revigoramento das narrativas de pertencimento à identidade missioneira, que obteve novos discursos a partir das comemorações dos trezentos anos de fundação das reduções Jesuítico-*Guarani* na década de 1980.

Para alcançar tais objetivos e responder a problemática exposta, a dissertação foi estruturada em três capítulos: no primeiro, apresentamos a trajetória das políticas culturais no Brasil, entre os períodos do Estado Novo (1937-1945) e o segundo mandato do Governo de Luis Inácio Lula da Silva (2007-2010). Neste momento, procuramos analisar como foi o processo de institucionalização da área cultural e qual sua participação na construção da identidade nacional. Ainda foi possível problematizar o conceito de cultura e de identidade que embasa tais políticas.

No segundo, analisamos a trajetória das políticas culturais no Rio Grande do Sul, desde a formalização e execução de projetos até a institucionalização de órgãos culturais. Neste contexto, procurou-se relacionar as políticas estaduais com os programas e ações culturais propostos pelo governo federal, voltando-se para uma interpretação de como foi construída a identidade gaúcha e qual a sua relação com a construção da identidade missioneira.

No terceiro, procuramos analisar o processo de construção das narrativas da identidade missioneira através das políticas culturais regionais e quais suas relações de poder no que diz respeito à legitimação dos discursos sociais. A partir da análise do processo de construção dos discursos, procurou-se problematizar as categorias cultura e identidade nas políticas públicas, bem como a utilização destas categorias para o planejamento das políticas culturais da região.

1 HISTÓRIA DAS POLÍTICAS CULTURAIS NO BRASIL

O objetivo deste capítulo é analisar a trajetória histórica das políticas públicas culturais no Brasil e no Rio Grande do Sul entre o período do Estado Novo (1937-1945) e o segundo mandato do Governo de Luis Inácio Lula da Silva (2007-2010), procurando problematizar o conceito de cultura que embasa tais políticas. Para tanto, organizamos o capítulo em duas partes. Na primeira parte apresenta-se a trajetória das políticas culturais no Brasil dando ênfase para a construção da identidade nacional em quatro momentos históricos (Estado Novo, período populista, ditadura militar e a República Nova). Na segunda parte realiza-se uma análise das políticas culturais no Estado do RS através da construção da identidade gaucha, criação e implementação da lei de incentivo à cultura do RS e políticas culturais regionais.

1.1 Trajetória das políticas culturais no Brasil

A conceituação e formalização de políticas culturais planejadas é algo recente no âmbito mundial. Para Chauí (1985), a política cultural como uma ação global e organizada é algo que surge no período pós-guerra, por volta de 1950, marcada desde sua gênese pela relação entre Estado e poder político.

Essas políticas podem ser definidas como as linhas de ações públicas, que procuram realizar intervenções no campo da cultura. Elas são originadas por uma determinada instância governamental (federal, estadual ou local) e a área cultural. Suas ações se voltam para elaboração, legitimação, execução e avaliação de programas, projetos, estratégias e convênios.

Para o entendimento da história das políticas públicas culturais no Brasil enfatizamos o papel estratégico desempenhado pelo Estado em quatro momentos do período republicano: Estado Novo, período populista, ditadura militar e a República Nova. Esses quatro períodos considerados clássicos no estudo do

período republicano permitem um entendimento do papel das políticas públicas culturais nas relações entre Estado e sociedade civil.

1.1.1 O Estado Novo e as políticas culturais (1937-1945)

O governo do Estado Novo (1937-1945) originou-se através de um golpe militar liderado por Getúlio Vargas e as Forças Armadas. Esse contexto, entre o final da década de 30 e a metade da década de 40, foi “marcado” pela necessidade de consolidação de um projeto nacional de desenvolvimento que se voltou para ações intervencionistas do Estado e uma organização corporativa da sociedade.

Desde o início desse regime ditatorial, tanto os militares, como os intelectuais, foram atores estratégicos no planejamento nacional. O Exército apresentava-se como um instrumento do Estado, intervindo no lado político, econômico e social (CARVALHO, 1999); já os intelectuais eram reconhecidos como agentes de uma transformação nacional, pois estavam inclusos na tarefa de emancipação cultural. (OLIVEIRA, 1999).

Este processo de planejamento nacional definiu como principais metas a disciplinarização e a educação do homem brasileiro, fatores esses que, se bem articulados, levariam à promoção social e econômica para o país:

Promover o homem brasileiro, defender o desenvolvimento econômico e a paz social do país eram objetivos que se unificavam em uma mesma e grande meta: transformar o homem em cidadão/ trabalhador, responsável por sua riqueza individual e também pela riqueza do conjunto da nação. (GOMES, 1999, p.55).

Como se pode notar, a transformação do homem em cidadão era uma “peça-chave” para a constituição da nação, estratégia essa que estava relacionada a outros objetivos estado-novista como: o combate à pobreza, a promoção do trabalho, a disciplinarização do homem através da cultura, a qualificação da mão-de-obra para a indústria e a construção de uma identidade nacional. Segundo Schwartzman (1983, p. 30), “o desenvolvimento e a racionalização das forças criadoras de riqueza deviam pertencer à órbita do governo, assim como a instituição

de uma verdadeira justiça social que tornasse possível estimular o trabalho e dignificar a vida dos trabalhadores [...]”.

Essa busca por uma melhor qualificação e pela educação do homem brasileiro teve suas ações centralizadas através de um amplo projeto político-cultural. A construção e execução dessas demandas tiveram coordenação dos intelectuais modernistas da época. Conforme Oliveira (1999), os intelectuais procuravam apresentar o novo regime através de duas características, o “novo” e “nacional”:

É “novo” enquanto procura modernizar o país. É “novo” porque, pela primeira vez, se volta oficialmente para as verdadeiras raízes da nacionalidade. Ao se voltar para as verdadeiras tradições, entra em contato com o que temos de mais nacional; ao se implantar um novo regime político, autoritário, recusam-se os modelos liberais importados [...] O moderno e o tradicional estão, imbricados no princípio doutrinário que organiza o regime. (OLIVEIRA, p. 93).

A partir desta citação, observa-se que nesse contexto estado-novista, a área cultural tornou-se um fator estratégico para a relação entre Estado/ sociedade civil. Nessa relação (Estado-cultura-sociedade), os intelectuais desempenharam um papel vital na formulação das interpretações sobre o passado, uma vez que “a tradição é construída pelo esforço de recuperação de uma dimensão do passado e contribui decisivamente para a legitimação da autoridade política” (OLIVEIRA; VELLOSO; GOMES, 1982, p. 34).

Sobre esse período, Gomes (1996) descreve que as ações culturais do pós-37 significavam uma reação ao materialismo do passado, que romantizava o futuro, hipervalorizava o presente e condenava o passado, fatores esses que procuravam produzir uma trajetória histórica comum e positiva entre a população, que se tornou objeto de políticas públicas.

Em relação à valorização do passado pela formulação político-cultural desse governo, Gomes (1996, p. 143) salienta que haviam duas concepções de passado sendo propostas e convivendo nesse discurso:

[...] a primeira ligada à cultura popular e que, (manifestando-se através de um conjunto de tradições, convive com o presente, sendo a-histórico e referindo-se a uma idéia de tempo não-datado) e de um passado histórico (ligado a uma idéia de tempo linear, cronológico, datado e referindo-se à memória de fatos e personagens únicos, existentes numa sucessão à qual é vetado conviver com o presente).

Quando eram expostas em discursos, as duas concepções demonstravam uma preocupação em não prejudicar as intenções de unidade nacional. As escritas da época traziam uma dupla interpretação em relação ao regionalismo cultural brasileiro; a cultura popular era organizada por regiões geográficas (destacando os costumes regionais) e o passado histórico procurava libertar-se da idéia de evolução através dos fatores naturais, ou seja, afastava-se da geografia cultural.

Esse processo de construção de um “novo” Estado brasileiro estava inserido num sistema socioeconômico em transformação, onde ocorreram ações voltadas para a modernização de áreas urbanas e do sistema produtivo industrial, uma migração populacional para a cidade e a consolidação da classe operária, entre outras. Com essas inúmeras mudanças sociais e econômicas, os intelectuais modernistas assumiram a função de melhor compreender as crises e os problemas brasileiros, voltando-se para a elaboração de “uma identidade que se [...] adequasse ao novo Estado nacional” (ORTIZ, 1985).

Conforme Rota (2005), os governos com caráter nacionalista apresentam uma aproximação visível com a indústria, que acaba por despertar a necessidade de assegurar certos níveis de atitudes e competências dentro da população. Esses fatores despertam uma homogeneização da cultura nacional, sendo comuns os essencialismos culturais (SILVA, 2000).

Para Guibernau (1997), os governos nacionalistas possuem interesse tanto pela identidade coletiva, como pela individual, tornando-se um meio que visa incrementar os laços entre a população. Essa percepção da autora traz à tona a questão da identificação pelo nacional, sendo assim, “a consciência nacional é proveniente de valores, tradições, lembranças do passado e planos para o futuro compartilhados, contidos em uma cultura particular [...]”. (GUIBERNAU, 1997, p. 77).

Segundo Woodward (2000), o processo de construção de uma identidade pode ser simbólico (dá sentido tanto às práticas, como as relações sociais), como social (busca uma relação de diferença com outras culturas). Esse contexto de formação identitária, em geral busca nos antecedentes históricos elementos para a constituição de símbolos e discursos, nos quais acabam essencializando elementos culturais.

Silva afirma que a busca pela diferença é um fator preponderante para a criação de uma identidade, onde elas não são definidas, são impostas através de criações sociais e culturais. Para o autor, “questionar a identidade e a diferença como relações de poder significa problematizar os binarismos em torno dos quais elas se organizam” (2000, p. 83).

Nesta direção, Hall (2003, p. 13) complementa que “a medida em que os sistemas de significação e representação cultural multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar - ao menos temporariamente”. Neste caso, com o passar dos anos, a identidade é definida como não sendo fixa ou estática, e sim, flutuante, detentora de mobilidade, que acaba se “misturando” com outras formas identitárias, formando novas identidades.

No Estado Novo, a construção da identidade nacional voltou-se para uma unificação cultural (universal) da população, que primava por uma exclusão da diferenciação social e ações de busca pelo passado. Esse processo de criação identitária estava inserido no discurso ideológico nacionalista vigente, estratégia essa que representava uma relação de poder. Seguindo nessa linha torna-se evidente que desde a proclamação da República no Brasil, vem notando-se a utilização da cultura como estratégia política, sendo que “não é por acaso que a questão da identidade se encontra ligada ao problema da cultura popular e do Estado; em última instância, falar em cultura brasileira é discutir os destinos políticos de um país” (ORTIZ, 2006, p.13).

Essa exaltação por uma homogeneização cultural no Brasil pode ser visualizada pela interação entre cultura popular, cultura nacional e Estado. Para Ortiz (1985), o Estado integra os elementos concretos da realidade social, busca uma integração entre o popular e nacional e, portanto, é agente político na constituição da identidade. Nesse contexto, o autor nos traz a idéia de que não é prioritário saber se a identidade ou a memória nacional apreendem ou não os “verdadeiros” valores brasileiros, o que é importante saber é qual “o artífice desta identidade e desta memória que se querem nacionais? A que grupos sociais elas se vinculam e a que interesses elas servem?” (ORTIZ, 1985, p. 138).

Segundo Oliven (1992), durante o século XX, em diversos momentos foi constatado a desvalorização de nossa cultura por parte da elite brasileira, que

adotou num primeiro plano, a cultura francesa, e mais recentemente, a cultura norte-americana como modelo. Conforme o autor, a valorização da cultura estrangeira acabou despertando nos modernistas um ideário de formulação de uma identidade “autêntica” para o Brasil.

Nesse processo de construção de uma identidade nacional, quanto menores fossem os conflitos étnicos, raciais e sociais, melhor seria para a concretização da idéia de unificação do “Novo” Estado brasileiro. Através deste objetivo de integração nacional vislumbrou-se na miscigenação étnica um fator estratégico para a implementação de uma democracia racial e conseqüente valorização da cultura autenticamente brasileira.

Se o Estado Novo construiu um projeto de negação dos conflitos no Brasil, leia-se, conflitos étnicos, raciais, sociais, entre outros, é preciso considerar que o uso da miscigenação como amortecedor dessas tensões, sobretudo raciais, não transforma a miscigenação em uma construção ideológica apenas. (SILVA, 2010, p.12).

Esta explanação do autor expõe como a figura do mestiço foi utilizada ideologicamente na constituição da uma identidade nacional e, ao mesmo tempo, instiga a interpretação de como essa homogeneização cultural foi responsabilizada pela negação do preconceito de cor/raça no Brasil. Para Silva (2010, p. 4), “a crença nos mitos da democracia racial foi estruturante da identidade cultural brasileira ou mesmo porque a miscigenação, que não é resultado da democracia racial, é um importante elemento a considerar na rasura da raça como polarizadora dos grupos sociais no país”.

Conforme Hasenbalg (2005), o processo de construção da democracia racial brasileira está relacionado a um sistema ideológico, onde a preservação da unidade nacional e a paz social são as preocupações principais. Seus princípios mais importantes revelam a “ausência de preconceitos e discriminação racial no Brasil”, ou seja, revela-se como um instrumento integrador, que desde o fim do escravismo vem servindo para desmobilizar os negros e legitimar as desigualdades raciais.

Assim, a imagem de harmonia étnica e racial como parte de uma concepção ideológica mais ampla da “natureza humana” brasileira é associada a um mecanismo de legitimação destinado a dissolver tensões, bem como a antecipar e controlar certas áreas de conflito social. (HASENBALG, 2005, p. 254).

Segundo Guimarães (1999), os brasileiros se imaginam numa democracia racial. Ao longo da formação da nação houve um esquecimento por parte da nacionalidade brasileira de sua origem étnica e racial, fatores esses que contribuíram para que tanto a linguagem de classe, como a de cor, sejam usadas de modo racializado no Brasil.

Qualquer análise do racismo brasileiro deve considerar, de início, três grandes processos históricos. Primeiro, o processo de formação da nação brasileira e seu desdobramento atual; segundo, o intercruzamento discursivo e ideológico da idéia de “raça” com outros conceitos de hierarquia com classe, status e gênero; por último, as transformações da ordem socioeconômico e seus efeitos regionais. (GUIMARÃES, 2005, p. 49).

Para Cunha (1999, p. 259), no processo de identificação da “raça” e invenção da nação no Estado Novo, tornou-se comum promover, dar visibilidade e valorizar aspectos até então pouco relevantes em narrativas oficiais. A escravidão foi um dos temas escolhidos. A explanação dessa temática possuía como principal objetivo “disseminar, de forma pedagógica, informações sobre planos desconhecidos da vida da população *afro-brasileira* no país, de maneira à recontextualizar a imagem do trabalho não-qualificado e da marginalização social”.

Barbalho, ao comentar sobre a diversidade mestiça e a criação da nacionalidade no Estado Novo, salienta que:

Naquele momento, era fundamental romper com a leitura dominante sobre o povo brasileiro de orientação racista e que denegria o mestiço, grande maioria da população, qualificando-o de preguiçoso, insolente e pouco capacitado. Por sua vez, os intelectuais a serviço do regime precisavam manter uma certa continuidade com o passado, com a tradição. Eles recorrem, então, ao recém-lançado livro *Casa Grande e Senzala* de Gilberto Freyre, o qual converte em positividade o que era antes negativo, ou seja, a mestiçagem entre o branco, o índio e o negro. (2007, p. 4).

Sobre a valorização e incorporação da população mestiça à nacionalidade, o autor aponta que:

A valorização da nacionalidade como política de Estado orienta a ação do governo na área cultural ao glorificar a cultura popular mestiça, elevando-a a símbolo nacional. O “popular”, ou o folclore, retirado do local onde é elaborado, ocultando assim as relações sociais das quais é produto, funciona, nesse momento de constituição da “cultura brasileira”, como força de união entre as diversidades regionais e de classe. A mestiçagem amalgama os tipos populares em um único ser, o Ser Nacional, cujas marcas são a cordialidade e o pacifismo. (BARBALHO, 2007, p. 4).

Essa idéia de utilização da população mestiça como um fator de unidade nacional voltou-se para a criação da apologia de um “novo tipo brasileiro”. Esse ser nacional, que possuía uma imagem denegrada, passou a ter a qualidade de trabalhador, resultante da mistura entre as três raças. (BARBALHO, 1995, p. 73). A partir deste processo, a população mestiça foi valorizada e incorporada à nacionalidade, discurso esse que procurou legitimar o próprio regime.

Falar em mestiçagem é pensar sobre um espaço em transformação. Para Gruzinski (2001), a miscigenação étnica é um acontecimento que está diretamente relacionado a um ato de aliança no território. A figura do mestiço surge como algo inédito, pondo em questão os princípios da identidade e da alteridade num recorte populacional. Sendo assim, já não é mais possível diferenciar o passado, o presente e o futuro.

Mozart Linhares da Silva traz uma contribuição interessante no que se refere à relação Estado-nação e identidade cultural no Brasil. Segundo o autor, pensar a miscibilidade torna-se refletir sobre as hierarquizações sociais, uma vez que “essas posições não são fixas, são dependentes das relações cotidianas, de processos de navegação social ou mesmo de negociações identitárias”. Na construção de uma identidade brasileira homogênea cabe o esforço de retirar das “vitrines” o elemento hierarquizador (2009, p. 46).

No nacionalismo verifica-se varias formas de discriminação que implicam a categorização de indivíduos que dependem de sua identidade nacional. (GUIBERNAU, 1997). No Estado Novo, especificamente, a valorização do “novo tipo nacional” tornou-se uma questão de “ordem política e cultural: pois envolve a valorização do homem brasileiro e a sua relação com o Estado” (BARBALHO, 2007, p. 4). Como se pode observar nesse período, “a categoria mestiço representou no nível simbólico, uma busca da identidade” (ORTIZ, 1985, p.37), construção essa que se voltou para a unificação de uma cultura tipicamente nacional e na caracterização de um ser brasileiro diferenciado (através da “mistura” étnica).

No governo Vargas, os agentes responsáveis pela criação da identidade brasileira foram os intelectuais modernistas, liderados, entre outros, por Mario de Andrade. Esses pensadores proporcionaram a abertura de novas frentes de colaboração com o sistema de poder que se firmava, sendo empossados como

administradores da cultura nacional, fator esse que contribuiu para o surgimento de uma elite burocrática no Brasil (MICELI, 2001).

Para Miceli (2001, p.198):

[...] no que diz respeito às relações entre os intelectuais e o Estado, o regime Vargas se diferencia sobretudo porque define e constitui o domínio da cultura como um “negócio oficial”, implicando um orçamento próprio, a criação de uma *intelligentzia* e a intervenção em todos os setores de produção, difusão e conservação do trabalho intelectual e artístico.

Através desta citação o autor faz uma análise contextual da relação intelectuais/Estado no período estado-novista. Nesse governo, os pensadores tiveram acesso às carreiras e aos postos burocráticos em diversos setores públicos, assumindo na área cultural a responsabilidade pela reinterpretação da cultura popular para apresentá-la como sendo expressões da cultura nacional.

Para Oliveira (1999), quando os intelectuais tornam-se planejadores públicos, geralmente assumem um papel de mediadores entre os interesses populares ou nacionais e as políticas governamentais. Nessa perspectiva de integração dos objetivos modernistas no Estado Novo, os intelectuais acabam expondo a visão que possuíam do país, como sendo um território arcaico e atrasado.

Essa constatação traz para a discussão a perspectiva da modernidade de representar uma nova fase para o país, pois a estruturação de um projeto político-cultural era uma estratégia prioritária. Sendo assim, “para os ideólogos do Estado Novo, a arte e a cultura, como as demais atividades, deveriam estar a serviço da nação. (OLIVEIRA, 1999, p.95).

A construção de uma identidade nacional nesse período foi planejada através de políticas públicas de cultura. Conforme Souza (2006, p. 3), as políticas públicas voltam-se “para o entendimento de como e por que os governos optam por determinadas ações” no âmbito público, descrevendo o que os governos escolhem em fazer e não fazer.

Por política pública de cultura, entende-se como um conjunto de preceitos e objetivos que orientam as ações governamentais no campo da cultura. Essas políticas estão estruturadas através de ações de diversos agentes a partir de objetivos estratégicos. Seu planejamento consiste no desenvolvimento de

programas que buscam ampliar sua liderança no terreno da sociedade civil. (BÓLAN, 2008; CALABRE, 2010).

A idéia dessas demandas não está limitada apenas às ações culturais em si, elas devem compreender todos os âmbitos de experiência que envolve esse processo, como a cultura política, políticas públicas e políticas de qualquer ator social. Ao estudar essas políticas torna-se necessário realizar um mapeamento de tais ações nos âmbitos da produção, da circulação e do consumo de bens culturais. Ações estas que na prática são os objetivos de uma determinada política cultural. (MATO, 2005; COLEHO, 1997).

Para Pallares (1988, p.142), ao analisar políticas públicas, deve-se buscar interpretar três questões: “que políticas desenvolvem o Estado no diferentes âmbitos de sua atividade; como se elaboram e desenvolvem; e como se avaliam e trocam”. Francesc Pallares, através desta citação, insere as políticas públicas num sistema político em ação, sendo assim pode-se entender que “as demandas públicas contribuem para as ações políticas”. (SOUZA, 2003).

Segundo Calabre (2007), o governo do Estado Novo foi responsável pela formalização das políticas e pela institucionalização da cultura no Brasil. Para a autora, esse processo de estruturação da área cultural esteve vinculado às reformas administrativas iniciadas no Estado brasileiro desde 1930. Nessa conjuntura nacionalista, Vargas assumiu a função de estruturador formal e de financiador destes projetos (GOMES, 1996).

Considerando a importância da cultura no governo Vargas, é de se notar, no entanto, que não existia um ministério específico para tratar das políticas culturais, ficando essa atribuição, segundo Capelato e Pandolfi (1999), para o Ministério de Educação e Saúde Pública (MES). A gestão e planejamento das mesmas ficaram sob responsabilidade de instituições criadas que tiveram a coordenação do então ministro Gustavo Capanema. (CALABRE, 2005).

Segundo Bomeny (1999, p. 155), esse ministério nomeou intelectuais renomados como decisores públicos, podendo ser caracterizado como “o ministério dos modernistas, dos pioneiros da Escola Nova, de músicos e poetas”.

Com a inserção desses artistas no setor público houve uma integração entre os ideais modernistas com os nacionalistas, tais objetivos, como já vimos, voltaram-

se para a construção de um “novo” Brasil. Para Souza (2000), essa vinculação dos intelectuais como tomadores de decisões (funcionários públicos) gerou uma ideologia de favor dos artistas perante o Estado, pois os mesmos deveriam prestar serviço exclusivamente aos equipamentos institucionais criados para fomentar e conduzir a produção cultural. Sendo assim, o autor nos passa a idéia que “os escritores não escreviam para os leitores e os artistas em geral não trabalhavam para uma audiência [...] e sim para o Estado” (SOUZA, 2000, p. 44).

Conforme Capelato e Pandolfi (1999, p. 172), o DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda), criado em 1939, foi o principal organismo estado-novista responsável pela intervenção nos meios da comunicação e cultura, instituição essa que estava estruturada da seguinte forma: “Divisão de Divulgação, Divisão de Radiodifusão, Divisão de Cinema e Teatro, Divisão de Turismo, Divisão de Imprensa e Serviços Auxiliares”.

O processo de criação do Departamento de Imprensa e Propaganda foi consolidado através da experiência adquirida com outras instituições criadas nos períodos iniciais da Era Vargas. Calabre (2003) salienta que anteriormente a criação do DIP, haviam sido fundados outros órgãos responsáveis pela cultura, como o DPDC (Departamento de Propaganda e Divisão Cultural), ativo até 1938, sendo substituído pelo DNP (Departamento Nacional de Propaganda), ativo até 1939.

Em relação à funcionabilidade desse departamento, observou-se que o mesmo foi responsável pela elaboração da legislação referente às atividades culturais, sendo essencial também para a ação do Estado no campo ideológico. Sua atuação voltou-se para três frentes: propaganda oficial do governo/promoção pessoal do presidente, censura e divulgação cultural. (CONDATO; GUANDALINI JR, 2003; CALABRE, 2003).

Essas arenas diferenciadas de decisões concedidas ao DIP proporcionaram a estruturação de um aparato institucional da cultura, que se encarregaram na produção/divulgação das idéias do regime. Conforme Barbalho (2007, p. 5), “todos estes espaços criados dentro do governo para a atuação dos mais variados produtores culturais estavam inseridos na ótica do corporativismo getulista: ao Estado cabe decidir o quê e a quem conceder determinados benefícios”.

Conforme Velloso (1997), a produção cultural no Estado Novo possuía uma divisão do trabalho que visava atingir camadas diferenciadas da população. O Ministério da Educação e Saúde era responsável pela criação de uma cultura erudita (preocupação com a educação formal) e o DIP orientava as manifestações populares através do controle das comunicações.

No que se refere à produção de projetos, o DIP executou políticas voltadas para comunicação da cultura, onde:

[...] produziram-se livros, revistas, folhetos, cartazes, programas de rádio com noticiários e números musicais, além de radionovelas, fotografias, cinejornais, documentários cinematográficos, filmes de ficção etc. Nesse conjunto, destacam-se a imprensa e o rádio com os meios mais utilizados para a divulgação da propaganda política. (CAPELATO; PANDOLFI, 1999, p. 173).

Essa citação demonstra a complexidade em que foi estruturado esse órgão. Suas ações interferiram diretamente nos meios de comunicação de grande alcance, como o rádio, o cinema e a imprensa escrita, visto que seus serviços prestados estavam articulados com o processo de disciplinarização do homem brasileiro.

Entre as criações do DIP destacam-se: os jornais *A Manhã*, *A Noite*, a criação do programa *A Hora do Brasil*, a *Rádio Nacional* e as revistas *Cultura Política* e *Ciência Política*. (ORTIZ, 2006; OLIVEIRA, 1999; GOMES, 1996). Cabe comentar que esses recursos midiáticos tornaram-se instrumentos para a concretização de um dos principais objetivos de Getúlio: a busca de uma política cultural de grande alcance em termos de público leitor, por mais que o índice de alfabetização fosse baixo.

Em relação às políticas de leitura, foram criadas até o final de 1945, duzentos e cinqüenta e duas bibliotecas municipais no país, sendo fundado o Instituto nacional do Livro (INL) e a Comissão Nacional do Livro Didático. (SCHWARTZMAN, 1983).

O uso dos meios de comunicação buscava legitimar o regime e angariar novos adeptos à ideologia política varguista, como os trabalhadores. Sendo assim, “a exposição na mídia de jornais e revistas, como a cultura política, buscavam esclarecer os conteúdos da proposta cultural estado-novista”. (Gomes, 1996, p.135).

Essa busca por uma visualização e exposição dos elementos culturais materializados pela construção da identidade nacional, acabaram sendo publicizados de forma a instigar um sentimento de pertença da população brasileira, visto que “os sentimentos, fenômenos de longa duração, são manipulados de forma intensa pelas técnicas de propaganda com objetivo de produzir forte emoção”. (CAPELATO; PANDOLFI, 1999, p.168).

A Revista Cultura Política (1941-1945), criada pelo MES e pelo DIP, foi a revista oficial do regime. Sua elaboração estava vinculada ao controle político do Estado na cultura. Segundo Oliveira (1982, p. 33), “cada secção da revista vinha precedida de uma apresentação, onde se mostrava o progresso das artes, da ciência, da literatura uma decorrência das condições favoráveis advindas no novo regime, possuindo uma programação com temáticas diferenciadas, o que abria espaço para contribuições “descomprometidas” com o regime”.

Além do DIP, órgão centralizador e repressor das ações artísticas, esse período se caracterizou pela estruturação e pela institucionalização de diversos setores da cultura. Entre os órgãos criados, Calabre (2005) destaca a implementação de uma política de preservação do patrimônio material, através do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), do Serviço Nacional de Teatro (SNT), do Instituto Nacional de Cinema Educativo (INCE), do Conselho Nacional de Cultura e legislação específica sobre as transmissões radiofônicas.

A valorização e a difusão do samba como musica popular e do carnaval também foram ações culturais desse período (ALMEIDA, 1996). Já as artes visuais tiveram destaque através da demanda de imagens oriundas dos grupos dirigentes, que buscavam uma legitimação visual (MICELI, 1996).

O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), atual IPHAN, foi uma das primeiras instituições governamentais voltadas para a utilização da cultura como fator de formação de uma nacionalidade brasileira. Sua criação foi efetivada pelo Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, que organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. As atividades relacionadas ao Patrimônio Histórico-Cultural brasileiro, desde sua criação, passaram a ter autonomia de execução e gestão por parte do devido órgão.

Essa lei define a política de preservação do Patrimônio Histórico e Cultural, atribuindo ao SPHAN o dever e responsabilidade de proteger “o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico”.

A presente lei se aplica “as coisas pertencentes às pessoas naturais, bem como às pessoas jurídicas de direito privado e de direito público interno”, sendo que o SPHAN procurará entendimentos com as “autoridades eclesiásticas, instituições científicas, históricas ou artísticas e pessoas naturais ou jurídicas, com o objetivo de obter a cooperação das mesmas em benefício do patrimônio histórico e artístico nacional”.

É interessante observar que no momento da criação do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional ainda não era usual o conceito de patrimônio cultural e que independente das recomendações presente no projeto original de Mário de Andrade, prevaleceu no decreto a visão de patrimônio histórico, material e artístico. (CALABRE, 2007, p. 9).

Essa citação expõe a relação entre a busca por uma identidade nacional e a materialização da cultura, onde se procurou dar uma maior visibilidade a acontecimentos históricos e culturais através da constituição de elementos patrimoniais materializados, como por exemplo, os monumentos. Para Londres (2001), a construção de monumentos foi uma tipologia patrimonial prioritária utilizada pelo SPHAN para a materialização da cultura no Estado Novo. Essas arquiteturas possuíam a função de realçar valores coletivos que estavam identificados a uma imagem da nova nação brasileira.

Estavam assim assentadas as bases para relacionar o passado ao presente, o antigo ao novo, a tradição à modernidade. Antes mesmo da criação do Sphan, já estava formulado o esboço da noção brasileira de patrimônio histórico e artístico, possibilitando estabelecer uma relação entre monumentos históricos e o monumento intencionalmente erigido em louvor à modernidade e a um novo projeto de nação, constituindo-se assim numa versão de memória nacional que vai se consolidar nas décadas seguintes. A nacionalidade brasileira figura nessa formulação - de que Lúcio Costa foi desde o início o principal artífice - menos como referência do que como projeto. (LONDRES, 2001, p. 93).

Sobre a preservação e construção do Patrimônio Histórico e Artístico no Estado Novo, Cavalcanti (1999, p. 185) aponta que:

Uma das características principais, que assinala a especificidade do modernismo arquitetônico brasileiro, é o fato de serem o mesmo grupo e praticamente os mesmos personagens que, ao mesmo tempo, revolucionam as formas e zelam pela preservação das construções pretéritas.

Essa idéia expõe como o processo de construção da identidade nacional conseguiu estruturar o planejamento da cultura. Tal processo, que buscou valores no passado, que eram reelaborados esteticamente no presente, de modo a indicar projetos para o futuro. Conforme Londres (2001, p. 93), “estavam assim assentadas às bases para relacionar o passado ao presente, o antigo ao novo, a tradição à modernidade”.

Conforme Cavalcanti (1999, p. 180), entre as características das políticas patrimoniais da época destaca-se a busca pela implantação de um “patrimônio moderno”, através de arquiteturas inspiradas em projetos europeus, como foi o caso da utilização das idéias do francês Le Corbusier. Sendo assim, “o ideário corbusiano salientava que a arquitetura moderna traduzia um momento de ruptura com a sociedade anterior”.

Nesse contexto o SPHAN buscou preservar os bens arquitetônicos pertencentes a elite brasileira, dando ênfase aos bens de pedra e cal, o que proporcionou a transformação do barroco em memória nacional. Essas arquiteturas modernas procuraram conectar o progresso material e visual dos símbolos culturais, fatores esses que buscavam instigar o reconhecimento e pertencimento nacional por parte da população urbana (MICELI, 2001; CAVALCANTI, 1999).

Por força do tipo de formação intelectual característica da geração de modernistas recém - incorporados à máquina governamental na década de 1930 o SPHAN acabou assumindo a feição de uma agência de política cultural empenhada em salvar do abandono os exemplares arquitetônicos considerados possuidores de valor estético significativo para uma história das formas e dos estilos da classe dirigente brasileira. (MICELI, 2001, p. 362).

Segundo Londres (2001, p. 98), a proposta de criação do SPHAN acabou não contemplando tipologias patrimoniais destacadas na época, sendo que:

Essa orientação teve como conseqüência não só a exclusão de estilos historicamente importantes, como o ecletismo, importante documento da Primeira República, como a não consideração de todo um patrimônio cultural não-monumental, mas da maior importância para a documentação e o conhecimento da formação de nossa nacionalidade.

A criação do SPHAN possibilitou o surgimento de novas instituições culturais no país. Esses organismos tornaram-se especializados no trabalho de preservação dos bens patrimoniais nacionais, podendo citar: “arquivos públicos e privados, museus da imagem e do som, cinematecas, centros de documentação, centros de memória operária e sindical, entre outras”. (MICELI, 2001, p. 363).

1.1.2 Governos populistas (1945-1964)

Esse momento republicano, pós-Estado Novo, destaca-se pela retomada do processo de redemocratização no país. Entre 1945 e 1964 governaram o Brasil: Eurico Dutra, Getúlio Vargas, Café Filho, Juscelino Kubistschek, Jânio Quadros e João Goulart. Segundo D’Araújo (1992), este período foi marcado pela constante ameaça de crise política.

Assim como no Estado Novo, os governos desse período possuíam uma “visão” desenvolvimentista para o país. No que se refere aos projetos de desenvolvimento nacional houve um revezamento entre políticas nacionais e internacionalizadas, havendo a entrada massiva de empresas multinacionais no Brasil.

Entre os objetivos iniciais do desenvolvimentismo populista observava-se:

efetivar a política externa independente, apressar a modernização da sociedade agrária, engajar novos contingentes da população brasileira no processo político, favorecer o debate científico e político sobre a realidade nacional, estimular o florescimento dos movimentos artísticos inspirados na sociedade nacional, etc. (IANNI, 1975, p. 122).

Durante esse contexto consolida-se no território brasileiro uma sociedade urbano-industrial. Diferentemente do Estado Novo, a maior parcela da população estava residindo na cidade, processo esse que contribuiu para um crescimento da indústria e da urbanização no país. Segundo Skidmore (1976), o pós-Estado Novo apresentava uma estrutura de classe bem mais diferenciada, comparada com o governo ditatorial, onde o processo urbano-industrial acabou constituindo três setores sociais (os industriais, a classe operária urbana e a classe média urbana).

Conforme Ianni (1975, p. 53), incentivadas pelo surgimento de instituições democráticas, “nesses anos – em especial depois de 1945 – as massas começaram a participar em algumas decisões políticas e na formulação dos alvos do progresso nacional”. Esta massa trabalhadora, em sua grande maioria, era oriunda das áreas rurais, o que contribuía para a constituição de um grupo social sem qualquer tradição política.

A parcela da população que constituiu o êxodo rural manteve um conjunto de valores e padrões ligados ao campo. Juntamente com essa adequação do agricultor ao meio urbano surge a figura do operário, classe social essa que gerou estágios de ressocialização nas áreas urbanas, o que despertou o interesse de uma política de massas. Weffort (2003), contrariando Ianni (1975), expõe que as massas não tiveram uma participação tão efetiva na política com a redemocratização do país, pois ainda possuíam ligações com as elites dominantes da época.

Falar na “República populista” traz para a discussão conceitos importantes, como populismo, trabalhismo, getulismo e nacionalismo. O trabalhismo constituiu-se no principal movimento político da época. Sua criação foi obra de Getúlio Vargas que objetivava um bem-estar social, atividade política da classe operária e nacionalismo econômico, tornando-se num fator de cooptação das camadas populares. (D’ARAÚJO, 1992; SKIDMORE, 1976).

O populismo define-se como um estilo político no qual o eleitorado mostra receptividade a um líder (possui um apelo emocional e ideológico), buscando uma demanda política constituída por uma classe trabalhadora. (D’ARAÚJO, 1992; SKIDMORE, 1976).

Conforme Ianni (1975), a política de massa foi a ferramenta na qual o trabalhismo e o populismo se utilizaram para a organização, o controle e a utilização da força política das classes assalariadas.

O caráter nacionalista desse momento teve um forte incentivo através da campanha estatal do petróleo, iniciada em 1949. A busca pelo monopólio do petróleo brasileiro transformou-se num elemento aglutinador dos setores difusores do nacionalismo, tornando-se num dos maiores movimentos nacionais de opinião. (D’ARAÚJO, 1992; SKIDMORE, 1976).

Segundo Benevides (1976, p. 204), com a República Liberal-Democrática o país ganhava ares de futuro, visto que “na década de 50 o crescimento per capita efetivo do Brasil foi, aproximadamente, três vezes maior que o resto da América Latina”, fatores esses que “intensificava o processo de formação de uma sociedade que reclamava não só bens de consumo, mas também bens culturais”. (FERREIRA, 2001, p. 2).

A chamada “República Populista”, interpretada por muitos – de dentro e de fora da academia – como uma experiência liberal-democrática fracassada, já que nela o povo, longe de se haver transformado em ator político relevante, teria virado massa de manobra a serviço de “interesses externos”, quer dos patrões, dos líderes “populistas” ou do Estado. (MOTTA, 2005, p. 2).

Entre os principais objetivos que constavam no plano desenvolvimentista populista, propunha-se estimular o florescimento dos movimentos artísticos inspirados na sociedade nacional. Em relação às políticas culturais, esse momento republicano caracterizou-se pela proposição de projetos não exclusivamente propostos pelo Estado, onde houve uma divisão de ações entre Estado, sociedade civil e mercado.

Conforme Calabre (2007, p. 3), “o período entre 1945 e 1964, o grande desenvolvimento na área cultural se deu no campo da iniciativa privada. Em 1953, o Ministério da Educação e Saúde foi desmembrado, surgindo os Ministérios da Saúde (MS) e o da Educação e Cultura (MEC)”. O contexto internacional, principalmente o europeu e o processo de redemocratização do país propiciaram e disponibilizaram interpretações entorno do conceito de políticas culturais, o que acabou instigando políticas voltadas para uma autonomia da cultura por parte da sociedade civil. (COUTINHO, 2000).

O Estado não promoveu, nesse período, ações diretas de grande vulto no campo da cultura. Em linhas gerais a estrutura montada no período anterior foi mantida. Algumas instituições privadas como o Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, o Museu de Arte de São Paulo, a Fundação Bienal, entre outras, foram declaradas de utilidade pública e passaram a receber subvenções do governo federal, porém sempre de maneira descontinuada, nada que se possa chamar de uma política de financiamento ou de manutenção de instituições culturais. (CALABRE, 2007, p. 3).

Para Simões e Vieira (2009), nesse contexto, a lógica da cultura esteve vinculada a uma ideologia política, onde:

A questão desenvolvimentista seria uma nova ideologia e a industrialização representaria a força do consumo, oriundo de mudanças na sociedade. O final da Segunda Guerra Mundial alteraria o contexto internacional e influenciaria também o brasileiro, em especial na proteção contra uma interferência estrangeira impulsionada pelo crescimento do mercado. (SIMÕES e VIERA, 2009, p. 8).

Em relação ao sistema organizacional da cultura nos governos populistas, os autores afirmam que:

Nessa configuração, há a centralidade dos intelectuais, representados pelos arquitetos. O SPHAN ainda ocupa uma posição central devido à importância do patrimônio como representação da cultura nacional. A imprensa escrita tem um papel de destaque principalmente pelo fato de que ao mesmo tempo representa e contraria os interesses do Estado. As relações em destaque no campo são de influência e dependência, em especial financeira, por parte do Estado, cuja ação nesse momento é central. Mesmo assim, já se observa um crescimento no papel do mercado no campo, influenciando principalmente a televisão, o cinema, o teatro e a imprensa escrita, em razão desses atores já dependerem de patrocínio. (SIMÕES e VIERA, 2009, p. 9).

A análise de Simões e Vieira (2009), no que se refere à organização da cultura como ideologia, interpretou que houve fatores determinantes na sistematização das políticas culturais populistas (ideologia desenvolvimentista, inovações tecnológicas e conflitos políticos e sociais). Em relação à espacialidade da atuação governamental na cultura, notou-se uma abertura para novos Estados: além de SP, RJ e MG, como BA e RS.

No que diz respeito ao grau de interação entre os atores, observou-se uma relação conflituosa entre Estado e imprensa; dependência financeira dos atores em relação à União; dependência financeira da imprensa, do teatro, do cinema e da TV em relação ao mercado. Nesse processo organizacional houve uma manipulação por parte do governo para exposição de uma consciência mútua de desenvolvimentismo. O papel do Estado nesse processo voltava-se para manipulação e financiamento da cultura e o mercado destacava-se pela ascensão no financiamento de projetos culturais. (SIMÕES e VIERA, 2009).

Segundo Coutinho (2000), esse campo organizacional constituiu políticas culturais que contribuíram para materialização da cultura e para a gênese de novas idéias, que integraram os intelectuais às causas populares e nacionais.

Mônica Pimenta Velloso comenta sobre algumas transformações que ocorreram na cultura brasileira durante esse momento, onde:

O *design* arrojado e o concretismo, nas artes plásticas e na poesia, são a marca dos anos 50. No final da década começam a surgir manifestações que a seguir tomariam corpo nos movimentos da Bossa Nova, Cinema Novo, Teatro do Oprimido e música de protesto. Buscam-se, enfim, novas formas de expressão artística, capazes de integrar cultura, modernidade e desenvolvimento. (1991, p. 2).

Ferreira descreve como essa nova fase cultural integrou os elementos identitários nacionais com as influências culturais vindas do exterior:

Esse movimento geral, que se identificava como revolucionário na medida em que buscava construir um “novo”, possuía uma ampla dimensão: pretendia identificar e sintetizar elementos da cultura e da sociedade brasileiras, integrando-os a expressões artísticas oriundas de experiências realizadas fora do país. (2001, p. 2).

Em relação à valorização da cultura popular, Kornis cita que:

A par da construção do novo, a produção cultural do período caracterizou-se pela valorização do popular como o fundamento mais genuíno da nacionalidade brasileira. A efervescência do movimento cultural sintonizava-se tanto com o espírito nacionalista que crescia na época, quanto com a crença nas possibilidades de desenvolvimento e transformação do país. (1991, p. 1).

Como exemplo de valorização da cultura popular, foi criado em 1947, a Comissão Nacional do Folclore, órgão que possuía como proposta divulgar e proteger as manifestações folclóricas em risco de extinção. Um resultado desta ação foi a massificação de sons populares na vida urbana brasileira. (CAVALCANTI, 1999; WISNIK, 1987).

Os ritmos nordestinos ganham uma compactação no baião de Luiz Gonzaga, e Lupicínio Rodrigues revela a face do Sul, mas também participando de um novo intimismo, de um lirismo de massas que se espalha agora por toda a parte em boleros, sambas-canções e baladas românticas. (WISNIK, 1987, p. 120).

Além desses ritmos citados acima, outros tipos musicais também obtiveram destaque, como o samba e as canções regionais do Centro-sul (moda caipira). A abertura à democracia possibilitou uma maior independência de composição por

parte dos músicos e gerou uma aproximação com outros estilos vindos do exterior. (WISNIK, 1987).

O samba vinha num processo de criação de novas subcategorizações, o que por um lado despertava uma sensibilidade nacionalista e, por outro, se aproximava de estilos musicais norte-americanos, como foi o caso do surgimento do sambablue. A musicalidade da moda caipira, por mais que tivesse atingido uma grande parcela da população da região Centro-Oeste, não conseguiu impedir a entrada no país da guarânia paraguaia e do bolero mexicano. (NEVES, 2002, p. 2).

Uma das principais realizações desse momento republicano, indiscutivelmente, foi à massificação dos meios de comunicação. Lia Calabre (2007) salienta que:

Era o momento do crescimento e da consolidação dos meios de comunicação de massa – do rádio e da televisão mais especificamente, mas também do cinema. O término da Segunda Guerra Mundial, em 1945, permitiu o retorno da produção de aparelhos de rádio e de equipamentos de transmissão. Ainda na década de 1940, o número de emissoras de rádio cresceu na ordem de 100%. (CALABRE, 2007, p. 3)

O final do processo de repressão comunicacional varguista possibilitou, num primeiro momento, a consolidação do rádio, principal veículo de comunicação dos anos 40 e 50. Segundo Almeida (1996), nessa época os programas dos rádios chamavam a atenção pela diversidade de atividades, como os musicais, novelas, noticiários, programas de auditório e concursos anuais para eleição da “Rainha do Rádio”.

As transmissões televisivas no país tiveram seu início nesse período. Segundo Calabre (2007, p. 3), “na década de 1950 a televisão chegava ao Brasil se popularizando rapidamente. No campo da produção artística em geral, surgiam grupos que propunham a utilização de novas linguagens aliada a uma maior autonomia no processo de criação”. A televisão não fez frente ao rádio, em virtude da preferência popular do rádio e pelo pequeno número de receptores que existiam. (ALMEIDA, 1996).

O cinema foi um setor da cultura que foi atingido diretamente pela iniciativa privada no final da década de 40. A inconformidade com a situação do cinema produzido pelo Estado motivou a criação de dois empreendimentos privados na área

cinematográfica: o Teatro Brasileiro de Comédia (TBC) e a Companhia Cinematográfica Vera Cruz. Essas empresas constituíram marcos referenciais para a compreensão da cultura brasileira. (ALMEIDA, 1996).

Os governos de Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek foram os responsáveis pela reestruturação do setor cinematográfico brasileiro. A indústria do cinema, que gerou expectativa num primeiro momento, acabou entrando em crise no início da década de 50. Segundo Ramos (1983), foram nessas administrações que surgiram os congressos, as comissões de cinema, e também a utilização da campanha do petróleo como temática nos ensaios cinematográficos.

Simões e Vieira (2009), destacam cronologicamente as principais políticas culturais desse período: 1946 – criação do INL (Instituto Nacional do Livro) e transforma SPHAN em IPHAN; 1950- criação do Ministério de Educação e cultura e inauguração da TV Tupi; 1951 – I Bienal Internacional de SP; 1953 – Teatro de arena; 1956 – Bossa Nova; 1958 - Campanha do Folclore; 1960 – Inauguração de Brasília; 1962 – criação do centro popular de cultura.

Comparado com o Estado Novo, esse período populista propiciou um contexto favorável à democratização da cultura. No entanto, não foi nesse momento que se consolidou um processo realmente democrático e de uma “nova hegemonia (nacional-popular e não mais elitista) na cultura brasileira”. (COUTINHO, 2000, p. 31).

1.1.3 A consolidação da política cultural no Brasil contemporâneo

O golpe militar de 1964 foi antecedido pelo do mandato do Presidente João Goulart. Segundo Soares (1994), neste governo ocorreram diversos fatores que contribuíram para a imposição da ditadura no país, como: aceleração da inflação (contribuiu para queda da popularidade de Jango), estagnação econômica (instigou a real eficiência do parlamentarismo), baixa credibilidade da política brasileira (contribuiu para não legitimação do sistema político), caos e anarquia, temor de uma ação comunista e incentivo internacional.

Com a exposição desses “problemas”, a instabilidade política chegava ao auge, fatores que contribuíram para o aparecimento de diversos entusiastas para a instalação de um governo ditatorial. Conforme Skidmore (1988), a deposição de Jango obteve apoio da maior parte da classe média e alta, da Ordem dos Advogados do Brasil, da hierarquia da Igreja, do governo do EUA, assim como de boa parte da UDN e da metade do PSD.

Segundo Ortiz (2006), o advento do Estado Ditatorial possui um duplo significado, definindo-se pela dimensão política e pelas transformações econômicas. Na dimensão política destacou-se “pelo autoritarismo militar, redução ou supressão dos direitos constitucionais, repressão policial, censura à imprensa, controle casuístico do processo político, esvaziamento do poder Legislativo. Limitação do judiciário e domínio arbitrário do Poder Executivo”. (COUTO, 1999, p. 41).

Para Couto (1999), por mais que este Estado fosse autoritário, apresentou valores e aparências democráticas, pois preservou o Congresso, promoveu eleições presidenciais indiretas (alternância no poder), possuía partidos políticos, além de um Judiciário independente.

Desde o primeiro governo de Castelo Branco já se observava a idéia de um planejamento tecnicista para todas as áreas de atuação governamental, “durante grande parte do período, o regime busca legitimar-se pelo desempenho administrativo e econômico”. (COUTO, 1999, p. 41).

Essa aproximação “tardia” do país ao sistema capitalista, cada vez mais se preocupava com o desenvolvimento da economia nacional, o que possibilitou uma maior atenção para as políticas de reestruturação do setor produtivo (fontes de energia, malhas de transportes, entre outras). Segundo Draibe (1994), esse período constituiu-se por um modelo concentrador e socialmente excludente.

O “núcleo duro” das políticas com que o regime militar enfrentou a questão social localizou-se menos nos programas sociais e mais no arrocho salarial, no cerceamento às organizações e participação, enfim na exclusão social. (DRAIBE, 1999, p. 271).

Sobre a divulgação dos projetos governamentais, a autora afirma que:

Mesmo no plano da propaganda, o regime utilizou-se muito mais do alardeamento da “ordem” imposta, do “milagre econômico”, das metas e realizações do “grande potencial” ou até mesmo das vitórias esportivas do

que da divulgação da oferta de obras e serviços sociais. (DRAIBE, 1994, p. 273).

Com essa intenção de fomentar o desenvolvimento econômico, os indicadores sociais brasileiros continuaram ruins como antes, até mesmo piores que outros países mais pobres. Uma área social que teve um “olhar” mais acurado foram às políticas culturais, por serem consideradas estratégicas para consolidação do regime. (COUTO, 1999; ORTIZ, 2006).

Assim como no governo ditatorial de Vargas, esse momento caracterizou-se pelo surgimento de um novo ciclo de intervenção do Estado na cultura brasileira. Desta vez, o governo federal não foi o único “instrumento” centralizador das ações, pois desde o início da década de 60 já se verificava uma ascensão da indústria cultural, o que possibilitou a criação de um mercado de bens simbólicos.

Nesse contexto, o Estado exerceu uma dupla-função de repressor e incentivador das atividades culturais. As elites dirigentes, que ainda permaneciam como decisores de políticas, não possuíam mais o objetivo de criar uma nação, e sim, de garantir sua integração. (ORTIZ, 2006; BARBALHO, 2000).

Conforme Barbalho (2000, p. 75), nesse período a área da cultura passou a obter espaço nos planos nacionais, o que possibilitou a retomada de ideais nacionalistas. Essas idéias se preocupavam com “a perspectiva de um mercado de bens simbólicos e de uma nação integrada cultural e politicamente”. Fatores esses que contribuíram para a inclusão dessas políticas na problemática do desenvolvimento nacional (CALABRE, 2008).

Este novo momento autoritário vivido no país planejou a cultura e a identidade nacional através de uma hibridação entre a tradição e a modernidade.

Cabe comentar que essa oscilação entre passado e presente, entre tradicional e moderno, trouxe novamente para a discussão a valorização da miscigenação, e ao mesmo tempo, expôs a busca pela racionalização do mercado e a modernização da cultura (BARBALHO, 2000).

Portanto, o planejamento cultural do país apresentava duas características discursivas: a miscigenação e a tradição. Conforme Barbalho (2000, p. 77), “tradicional era aquela produção legada pela história, reflexo das mais ancestrais

características do país. Preservar essa produção tornava-se uma preocupação constante do país”.

O regime militar, porém, não se apresentava como uma ruptura radical com o passado. Nesse sentido, ele deu continuidade a um pensamento anterior sobre a cultura nacional, estabelecido principalmente durante o Estado Novo, mantendo certa tradição conservadora e ligando um momento ao outro. (BARBALHO, 2000, p. 75).

Outra preocupação governamental estava relacionada à criação de um mercado de bens simbólicos. Na década de 1960 o volume de produtos simbólicos se multiplicou.

Segundo Hobsbawm (1997, p. 10), as tradições estão constantemente sendo inventadas. O passado histórico nesse processo é utilizado como uma forma de continuidade artificial que possibilita a criação de símbolos e rituais, “o passado real ou forjado a que elas se referem impõem práticas fixas”.

Por “tradição inventada” entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado apropriado. (HOBSBAWM, 1997, p. 9).

Giddens (1991, p. 15) afirma que a tradição não é estática, pois deve ser reinventada a cada novo momento histórico. A tradição consegue resistir às mudanças proporcionadas pela modernidade, pois “existem, obviamente, continuidades entre o tradicional e o moderno, e nem um nem outro formam um todo à parte”.

Nas culturas tradicionais, o passado é honrado e os símbolos valorizados porque contêm e perpetuam a experiência de gerações. A tradição é um modo de integrar a monitoração da ação com a organização tempo-espacial da comunidade. Ela é uma maneira de lidar com o tempo e o espaço, que insere qualquer atividade ou experiência particular dentro da continuidade do passado, presente e futuro, sendo estes por sua vez estruturados por práticas sociais recorrentes. (GIDDENS, 1991, p. 44).

Conforme Hobsbawm (1997, p. 12), a construção de novas tradições podem ocorrer com maior frequência:

- quando uma transformação rápida da sociedade debilitada ou destrói os padrões sociais para os quais as “velhas” tradições foram feitas;
- quando as velhas tradições, juntamente com seus promotores e divulgadores institucionais, dão mostras de haver perdido grande parte da capacidade de adaptação e da flexibilidade;
- quando são eliminados de outras formas.

Hobsbawm (1997, p. 17) salienta que as tradições inventadas podem ser classificadas em três categorias:

a) aquelas que estabelecem ou simbolizam a coesão social ou as condições de admissão de um grupo ou de comunidades reais ou artificiais; b) aquelas que estabelecem ou legitimam instituições, *status* ou relações de autoridade, e c) tenham sido certamente inventadas.

Em relação à interpretação das políticas culturais desse momento, procurou-se dar atenção para três fatores que consideramos estratégicos para o planejamento do devido campo: a criação e atuação do Conselho Federal de Cultura (CFC); a estrutura organizacional da área e a ascensão da indústria cultural.

Durante a ditadura militar, a gestão das políticas culturais esteve sob a coordenação do Ministério da Educação e Cultura (MEC), contando com a supervisão do Conselho Federal de Cultura (CFC). Segundo Maia (2008), o CFC¹ foi criado em 1966 com o intuito de coordenar e institucionalizar a ação do Estado no setor cultural, o que propiciou a centralização das decisões através de um grupo de intelectuais.

Conforme Maia (2008), o CFC era constituído por quatro câmaras: artes, letras, ciências humanas, patrimônio histórico e artístico nacional, possuindo também uma comissão de legislação e normas que funcionava como uma quinta câmara.

Entre suas principais prioridades destacava-se a criação imediata de secretarias e conselhos no nível estadual, de um Plano Nacional² e a “recuperação

¹ Órgão tinha caráter normativo e de assessoramento ao MEC. Os pareceres votados pelo CFC serviam como recomendações a serem executadas pelo Ministério.

² A Política Nacional de Cultura foi elaborada em 1974. Sua atuação teve pouca influência em virtude da ausência de recursos financeiros para a área.

das instituições de cultura de caráter nacional, que estavam todas sob a responsabilidade do governo federal”. (CALABRE, 2008a, p. 22).

Calabre (2008a) comenta que a partir de um diagnóstico realizado pelo CFC foi possível perceber que as instituições federais encarregadas pelas diversas áreas que compunham o campo cultural se encontravam em estado precário. Não se sabia quantas e quais eram as instituições culturais na época.

Após a conclusão deste cadastro, foi possível obter uma “visão” geral dos atores e respectivos órgãos atuantes na cultura, o que proporcionou informações relevantes para o planejamento dos bens patrimoniais brasileiros.

Nessa conjuntura as políticas patrimoniais objetivavam uma legislação específica para as necessidades preservacionistas e também procuravam uma maior conscientização e valorização do Patrimônio por parte da população através de projetos de educação patrimonial. (MAIA, 2008).

Com a estruturação dos elementos culturais, o Estado procurava instigar a memória e a integração nacional. Portanto, a institucionalização da cultura e a revitalização do Patrimônio tornaram-se fatores “chave” para a relação entre memória e desenvolvimento, onde a idéia era transmitir uma “visão” otimista do país.

Foi através de atos comemorativos, da exaltação de personagens que representassem o passado e da exposição de obras literárias que criou-se os chamados lugares de memória. Essa busca pela reconstrução de uma memória nacional funcionou como um ato protecionista à ascensão da indústria cultural, que introduziu elementos vindos do exterior. (Maia, 2008).

Conforme Barbalho (2000), juntamente com o discurso da mestiçagem surgia outra característica discursiva ligada à tradição. Esta última que zelava em descrever a constituição do “Ser brasileiro” (diversidade na unidade) e também apontava para a produção material do “Ser Nacional”.

Para Simões e Viera (2009), a cultura nessa ditadura foi utilizada como uma “ferramenta” de estratégia para a consolidação do regime. A institucionalização do setor e as políticas centraram esforços na atuação artística, criando: o CFC (Conselho Federal de Cultura) e o INC (Instituto Nacional de Cinema) - 1966, Embrafilme (1969), o Conselho Nacional de direito autoral e Funarte (1975), a

política nacional de cultura, a Fundação Pró-Memória e CONCINE (Conselho Nacional de Cinema) – 1976, transformando o SPHAN em IPHAN (1979).

Segundo Ortiz (2006), os anos 60 e 70 representaram a consolidação de um mercado cultural, como por exemplo, a massificação da televisão (década de 60) e do cinema nacional (década de 70), da indústria do disco, editorial, publicidade, entre outros. Cabe comentar que nesse contexto, o mercado já aparecia como o principal financiador e influenciador dos atores culturais. (SIMÕES e VIERA, 2009).

A relação entre o Estado e o setor privado da cultura, segundo Barbalho (2000, p. 78), teve alguns conflitos sem maiores conseqüências, “até porque o Estado procurou investir na esfera da cultura popular ou na de elite, deixando o setor mais lucrativo da cultura de massas para os empresários”.

Esse período pode ser considerado como um marco para a “visão” comercial da cultura no Brasil, pois houve uma expansão significativa na produção, na distribuição e no consumo dos produtos culturais, o que para o Estado representou uma política de democratização da cultura. (BARBALHO, 2000; ORTIZ, 2006).

O período pós-ditatorial representa a consolidação de um ciclo neoliberal para as políticas culturais brasileiras. De 1985 para cá, o governo passou a atuar como financiador e gestor da cultura. Com o fim da ditadura, o mercado obteve espaço na produção da cultura, o que contribuiu com a consolidação da indústria cultural brasileira. Nesse contexto, as leis de incentivo tornaram-se os principais mecanismos de financiamento aos projetos da área.

Rubim (2007) afirma que a relação Estado/cultura pós 1985 pode ser entendida através de dois ciclos: o primeiro marcado pela instabilidade (1985-1993) e um segundo que vem gerando um processo de substituições nos processos organizacionais da cultura brasileira (governos Fernando Henrique Cardoso e Lula).

Esse processo de desregulamentação das funções do Estado acaba tirando-o da cena de protagonista das ações políticas, pois começa a dividir esforços com o mercado. No governo Sarney já se visualiza ações em prol da abertura do mercado interno, como foi o caso da estratégia de aumento da venda e consumo dos bens culturais. Nesse contexto, o governo cria um instrumento para facilitar esse intercambio entre a oferta e a procura de bens simbólicos, que foi a instituição da primeira Lei de incentivo a Cultura brasileira, conhecida como Lei Sarney.

Conforme Fraga (2004, p. 55), a devida lei procurava novas formas de gestão, produção e circulação para a área, onde se voltou para a “criação de um mercado nacional de artes, de literatura, de música, que pudesse ser inserido dentro dos objetivos de uma sociedade capitalista de mercado”.

Este incentivo introduziu no Brasil um novo modelo de financiamento à cultura, onde o fomento não era direto do Estado, e sim captado no mercado decorrente do mecanismo de renúncia fiscal. Portanto, nessa trama, o “Estado aparentemente cresce, mas o mercado ganha poder de decisão”. (RUBIM (2007, p. 108)

O governo seguinte, de Fernando Collor de Mello, representou um “desmanche” para as instituições e ações culturais no país. Segundo Calabre (2007), entre março de 1990 e dezembro de 1991 não houve investimentos na área, o que possibilitou que as atividades no campo fossem mantidas pelos Estados e municípios.

Nesse mandato, o Ministério da Cultura é extinto, sendo rebaixado à secretaria de Estado. Por outro lado, foi no governo Collor que surgiu a Lei Rouanet, principal instrumento federal de incentivo à cultura na atualidade. O funcionamento deste incentivo é muito parecido com a Lei Sarney, pois o fomento aos projetos são efetivados via abatimentos de impostos.

Portanto, a partir da efetivação da Lei Rouanet consolida-se uma maior intervenção do mercado na produção cultural brasileira, o que acabou influenciando na formação de um comércio de bens simbólicos, visto que:

Não por acaso o debate em torno das leis de incentivo à cultura ganha relevo posto que, pelos contornos que vem adquirindo, ele revela uma das tendências mais em voga na atualidade: a relação cada vez mais imbricada entre economia e cultura e a convergência entre políticas públicas e o setor empresarial como resultante dessa dinâmica. (PITOMBO, 2006, p. 9).

Calabre (2007) descreve que no governo FHC a Lei Rouanet tornou-se um instrumento de marketing cultural das empresas patrocinadoras, pois nessa gestão ampliou-se em 100% o abatimento do capital investido pelo patrocinador.

Com a abertura dos mercados globais, a área da cultura passou a ser planejada e utilizada estrategicamente de forma que pudesse produzir e vender símbolos. Nesse contexto, a própria UNESCO e OEI (Organização dos Estados

Ibero-Americanos) passam a utilizar os discursos do multiculturalismo; indústria cultural; Turismo e Patrimônio; educação cultural, como temas que pudessem gerar a valorização da diversidade, democratização da cultura, cidadania e desenvolvimento. Portanto, com sua respectiva produção, a cultura adentra na “lei da oferta e da procura”, ganhando o rótulo de recurso ou produto, pois passa a ser utilizada como uma alternativa econômica.

Seguindo a linha de pensamento da UNESCO, os governos brasileiros integram a cultura brasileira a lógica de mercado, preocupando-se com a formação de um mercado nacional e internacional para os bens culturais produzidos no país. Nos dois mandatos de FHC, retorna à pauta as discussões sobre a identidade nacional e diversidade cultural. (BARBALHO, 2007).

Calabre (2007) descreve que nos dois mandatos do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, duas questões continuaram a pautar as políticas culturais: a diversidade e a economia da cultural.

Observa-se que, de alguma forma, repõe-se, no governo Lula, a tensão entre dois tipos de política cultural, uma essencialmente mercantil, predominante, e outra que aponta para uma forma mais atual de ação direta do Estado, que procura qualificar o país para enfrentar os desafios da chamada economia do conhecimento, numa perspectiva inclusiva. (BOLÃO; GOLIN; BRITTOS, 2010, p. 25).

Após a realização por parte do governo federal do estudo “Acompanhamento e análise das políticas culturais no Brasil (2002-2006)”, concluiu-se que a cultura nessa gestão foi estruturada através de quatro “marcos” conceituais e discursivos. Entre os níveis de conceito cita-se: cultura/Belas Artes³; Cultura como experiência/Antropológico⁴; a cultura como atividade econômica e a cultura como espaço⁵ de intervenção política⁶. (BRASIL, 2007).

³ Preocupa-se com as artes plásticas, cinema, teatro, literatura e dança.

⁴ Segundo MINC, está relacionado à interpretação das: festas, práticas, modos de fazer, saberes tradicionais, utensilagem, modos de vida, instrumentos de produção, folclore, mitos, etc.

⁵ Potencializar os bens simbólicos de forma a buscar um mercado de consumo: cultura popular de massa, indústria cultural, rádio, TV, cinema, livros, shows, etc.

⁶ Conforme relatório do MINC, este conceito de cultura está relacionado à imposição estatal perante as demandas, ou seja, são as políticas culturais. Pretende-se que ele seja o articulador e formulador de uma Política Nacional de Cultura. Essa intervenção visa demonstrar a existência de múltiplas experiências criativas, fortalecer os laços sociais instituições culturais em todos os níveis.

Partindo para uma interpretação de como a dimensão antropológica da cultura está inserida na construção das identidades no território brasileiro, Barbalho define que:

Com o governo Lula, tem-se uma reavaliação do que seria a identidade nacional brasileira que aponta para o pluralismo e a incorporação de expressões culturais historicamente excluídas. A diversidade não resulta mais em uma síntese, pelo contrário, é o pólo identitário que cede à diversidade e se multiplica em identidades. (2007, p. 56).

Com esta explanação, Barbalho traz para a discussão o objetivo governamental de não formar uma identidade unificada, e sim, várias identidades, de forma a expandir seu mercado e produtos culturais.

Portanto, a construção identitária brasileira passa pela “mistura” de elementos culturais regionais. Nessa perspectiva, nota-se um binômio entre diversidade e desigualdade, uma busca por uma identidade dialógica, intercultural que se hibridiza. Fatores que não conseguem romper com a busca harmoniosa entre os brasis, o que não permite indagar a questão da identidade em seu conflito com a alteridade e com a diferença. (BARBALHO, 2007; SIMIS, 2007).

Conforme Carvalho (2009), os últimos oito anos de atuação do MINC concentraram forças na descentralização da gestão das políticas culturais. A sociedade civil passou a ter uma função estratégica na proposição de demandas para os programas do governo federal. Segundo Botelho (2007, p. 128), o governo petista caracteriza-se por buscar uma “articulação entre cultura e cidadania, bem como chamar a atenção para o peso da cultura em termos da economia global do país”.

Durante este sub-capítulo pôde ser observado como o país acabou reestruturando seu pensamento sobre diversos conceitos e linhas de atuações no que se refere ao planejamento e à implementação de políticas culturais. No período ditatorial já se observou a valorização da identidade regional como sendo um fator característico da nacionalidade, sendo a noção de miscigenação associada à idéia do regional. Já mais adiante, nos governos pós-ditatoriais, “entram em cena” as discussões de valorização da diversidade brasileira. Nesse cenário, o Ministério da Cultura visualiza a identidade do Brasil como sendo plural, híbrida. Foi neste período

que surgiram as teorias e as ações voltadas para uma economia e para a industrialização da cultura nacional.

2 POLÍTICAS CULTURAIS NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

O objetivo deste capítulo é analisar a formalização e execução das políticas culturais no estado do Rio Grande do Sul, desde a criação de instituições, como dos próprios projetos na área da cultura. Nesse contexto procurou-se relacionar as políticas estaduais com os programas e ações culturais propostos pelo governo federal, voltando-se para uma interpretação de como foi construída a identidade gaúcha e qual sua relação com a formação de outros tipos identitários regionais. Para tanto, organizamos o capítulo em três partes (a institucionalização da política cultural no Estado do Rio Grande do Sul; principais políticas culturais gaúchas; política cultural e turísticas).

2.1 A institucionalização da política cultural no Estado do Rio Grande do Sul

No que se refere ao estudo da institucionalização da cultura no Estado do Rio Grande do Sul, este sub-capítulo voltou-se, num primeiro momento, para identificação e análise de como se constituíram os órgãos públicos responsáveis pela elaboração e execução das políticas culturais gaúchas. A partir da identificação das instituições procurou-se interpretar quais foram as estratégias de planejamento e as temáticas culturais contempladas pelos governadores gaúchos.

O início da institucionalização da cultura no Rio Grande do Sul está relacionado com a instalação de órgãos federais no Estado, como a seção regional do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a Seção do Rio Grande do Sul - o IHGBRS (1921) e do SPHAN, em 1935.

No que se refere ao planejamento formal das políticas culturais no Estado do Rio Grande Sul, o governo do Tenente Coronel Ernesto Dornelles (1951-1955) foi responsável pela criação da “Divisão de Cultura do Estado do Rio Grande do Sul (1954)”, ligada à Secretaria da Educação. Este órgão pode ser considerado o responsável pela gênese da institucionalização da cultura no Estado, visto que após sua efetivação foram implementados “três departamentos: de Ciências, de Letras e

de Artes. A Divisão compunha-se ainda de mais quatro conselhos: Conselho de Orientação Científica, Conselho Livre de Literatura, Conselho de Orientação Artística e Conselho de Cultura”. (FRAGA, 2004, p. 65).

A partir da Diretoria de Ciências, foram criados o Instituto de Estudos Científicos e Filosóficos, O Instituto de Tradição e Folclore, integrado ao Museu Julio de Castilhos, e o Museu Histórico Farroupilha. Também a partir da Diretoria de Letras foram criados o Instituto Estadual do Livro, a Biblioteca Pública - que já existia e foi integrada - e a Biblioteca Pública, Infantil. Subordinados à Diretoria de Artes estavam o Museu de Arte do Rio Grande do Sul, O Teatro São Pedro e a Discoteca Publica. (FRAGA, 2004, p. 65).

A partir do decreto de criação da Divisão de Cultura ficou estabelecido em seu regulamento, a defesa do patrimônio arquitetônico e cultural do Estado, além de estudos e difusão do folclore. (IPHAE, 2010).

Neste período começam a surgir os institutos culturais, como o Instituto Estadual do Livro (IEL), em 1954, que possuía como objetivo difundir a literatura produzida no Estado, através do apoio ao escritor novo e à preservação da memória literária e cultural do Rio Grande do Sul (IEL, 2010), e o Instituto de Tradição e Folclore.

O Governador Ernesto Dornelles era primo de Getúlio Vargas e, coincidentemente, começou a institucionalizar e planejar a cultura no Rio Grande do Sul, obtendo no Estado o mesmo grau de importância no contexto da formalização de políticas culturais como Vargas obteve no âmbito nacional.

Nesse processo de afirmação institucional cabe comentar que o Museu Júlio de Castilhos teve influências diretas na gestão cultural do Estado:

Entre 1903 e 1958, o Museu Julio de Castilhos, conforme Leticia Borges Nedel teve influência no surgimento de outras instituições do gênero, tendo fornecido pareceres e assessorias, em nome do Estado, sobre a viabilidade de criação de novos museus pelo interior, transferência e empréstimo de acervos, processos de tombamentos de prédios e logradouros históricos e organização de congressos de história. (FRAGA, 2004, p. 63).

A autora salienta que na época o devido museu foi responsável pela gestão museológica gaúcha, onde incentivou ações de qualificação do corpo de profissionais. Portanto, como era “uma das instituições museológicas mais antigas do Estado, o Museu Julio de Castilhos tornou-se o guardião oficial da memória rio-grandense, sendo o porta-voz da intelectualidade” (FRAGA, 2004, p. 63).

Juntamente com as ações estaduais, o SPHAN também demonstrava interesse em conservar e valorizar o Patrimônio Histórico-Cultural gaúcho. No ano de 1935 inicia a atuação no sítio arqueológico de São Miguel das Missões. (MEIRA, 2008).

Em relação aos projetos e aos estudos relacionados com os bens patrimoniais do RS, Meira (2008) comenta que desde 1922 o Estado já demonstrava preocupação com o patrimônio edificado:

No Regulamento de Terras de 1922, há um capítulo sob o título de “Lugares Históricos”, cujo artigo nº 24 estabelece que serão “mantidos no domínio público ou trazidos para este e devidamente conservados, os lugares notabilizados por fatos assinalados da evolução do Estado”. (MEIRA, 2008, p. 220).

Conforme a autora, esta legislação acabou incluindo as Ruínas Jesuítico-Guarani de São Miguel como área protegida pelo Estado.

Na época ruínas de São Miguel Arcanjo, no atual município de São Miguel das Missões receberam tal distinção. Assim, como consequência do Regulamento de Terras, São Miguel passou a ser o primeiro bem patrimonial que recebeu a distinção de lugar histórico no estado – o primeiro patrimônio histórico do Rio Grande do Sul. Em 1925, o presidente do Estado autorizou a execução de obras para garantir sua integridade. (MEIRA, 2008, p. 221).

Como observa-se, desde esse período o Patrimônio Histórico e cultural passou a ter políticas organizadas no âmbito estadual, “verifica-se, portanto, que a questão do patrimônio cultural ganhava corpo nos poderes públicos estaduais, com a criação da Diretoria de Patrimônio Histórico e Artístico do Estado - DPHAÉ (1964) e Conselho Estadual de Cultura (1968)”. (ZAMIN, 2006, p. 45).

Segundo Dias (2010, p. 1), “a Diretoria ficava atribuída à responsabilidade pela política de preservação dos bens patrimoniais e culturais do Estado”. Esse órgão, a partir de 1979, passa a se chamar Coordenadoria do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado (CPHAÉ), atual IPHAÉ (Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Estadual).

Foi no governo de Ildo Meneghetti que foi autorizado o Decreto nº. 17.018, de 15 de dezembro de 1964, que cria o DPHAÉ. Esta lei estipula que “os serviços de defesa do patrimônio histórico e artístico do Estado passam a ser atribuídos à Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico que ora se cria na Divisão de Cultura, da

Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e Cultura”. (RS, 1964). Entre suas finalidades constava “inventariar, tomar e conservar obras e documentos de valor histórico e artístico, monumentos, paisagens e locais dotados de particular beleza”.

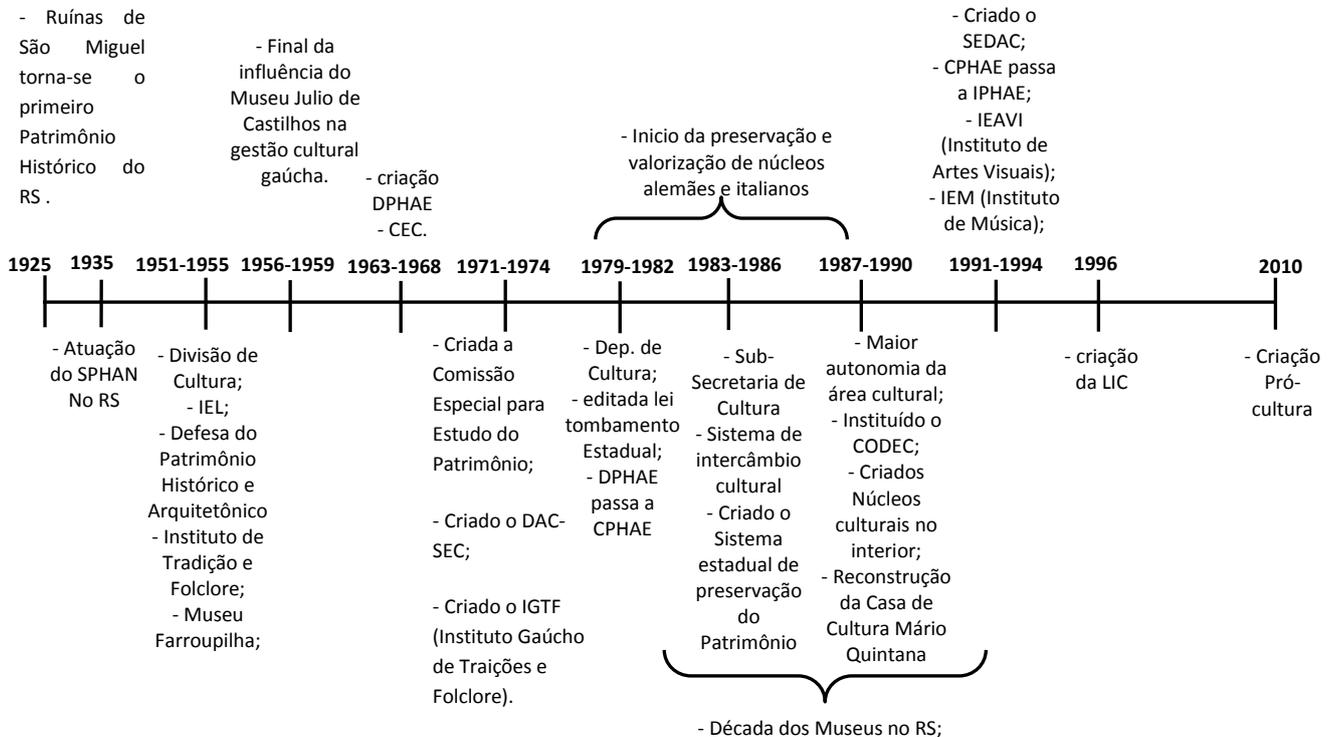


Figura 1: A trajetória do campo organizacional da cultura no Rio Grande do Sul

Fonte: Elaboração própria

Conforme a figura 1, nota-se que a preocupação com os bens culturais materiais tornou-se uma constante no contexto das políticas culturais dos governadores gaúchos. A década de 1970 representou a estruturação de um aparato institucional da área cultural no Rio Grande do Sul. Foi neste contexto que a gestão cultural estadual passou para o nível de Departamento de Assuntos Culturais, órgão ainda vinculado à secretaria de Educação. Com a criação da Comissão Especial para Estudo do Patrimônio, o Estado avança no sentido de pesquisar a cultura materializada e na execução de políticas.

Segundo Fraga:

A Comissão foi criada com o objetivo de realizar o estudo do patrimônio cultural rio-grandense e sugerir à administração pública medidas capazes não somente de amparar e recuperar várias instituições culturais que estavam em abandono, mas propor providências de administração e reestruturação dos bens e das instituições culturais do Rio Grande do Sul.

Esse estudo forneceu dados substanciais ao tratamento das instituições culturais pelo poder público. (2004, p. 68).

Após o final da ditadura militar, surge no Rio Grande do Sul, o governo Pedro Simon (1987-1990). Uma das principais medidas deste administrador foi criar conselhos para áreas estratégicas, como foi o caso do CODEC (Conselho de Desenvolvimento da Cultura). O CODEC possuía como função criar uma nova política cultural para o Estado. (FRAGA, 2004).

Pois o principal objetivo do Conselho era desenvolver uma política cultural que estivesse mais próxima do Prata, visando à maior integração do Rio Grande do Sul com a Argentina e o Uruguai, para que fosse diminuída a dependência da cultura gaúcha com relação ao sudeste do país. Estava prevista também maior integração com Santa Catarina e Paraná, visando à formação de um bloco ativo do sul do país. (FRAGA, 2004, p. 99).

Entre suas metas destacava-se:

A promoção da identidade sul-rio-grandense, a integração e o intercâmbio entre as diversas áreas da produção cultural em nível regional, nacional e internacional estavam inseridas nas metas do CODEC, que se pretendia um novo modelo funcional, organizado de forma a redefinir funções para criar novas áreas de competência, coordenando instâncias e instituições que, até então, não possuíam integração nem objetivos claramente expressos.(FRAGA, 2004, p. 101).

O governo de Sinval Guazelli (1990-1991) pode ser considerado “chave” para a área da cultura. Neste mandato, a devida área tornou-se independente em relação à Secretaria Estadual de Educação, pois em 1991 foi criado o SEDAC – Secretaria de Assuntos Culturais e ainda foi instituído o IPHAE (Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Estadual, órgãos que até hoje respondem a gestão das políticas executadas no Rio Grande do Sul. Neste período também foi criado o Sistema Estadual de Museus.

No ano de 1994 as políticas culturais estaduais acabam se adequando ao planejamento nacional, criando uma Lei de Incentivo à cultura Estadual (LIC), espelhada na Lei Rouanet.

Leis estaduais	Áreas de atuação
Lei 3.062, de 01/12/1958. Competências da secretaria de Educação e Cultura.	Promover, coordenar, orientar, executar e controlar as atividades direta ou indiretamente ligadas aos problemas do ensino da educação e da cultura.
Lei 19.801, de 08/08/1969. Competências da secretaria de Educação e Cultura.	Ensino; atividades culturais; desporto e educação física; assistência social ao escolar; patrimônio histórico, arqueológico, científico, cultural e artístico.
Lei 19.759, de 14/07/1969.	Aprova o regime interno do Conselho Estadual de Cultura
Lei 23.979, de 15/08/1975. Altera as áreas de competências da secretaria.	Tradição e folclore é incluído como área de competência.
Lei 28.650, de 15/03/1979. Cria a Secretaria de Cultura, Desporto e Turismo a partir do desmembramento da Secretaria de Educação e Cultura	atividades culturais; patrimônio histórico, arqueológico, científico, cultural e artístico, tradição e folclore, esporte amador e turismo.
Lei 32.515, de 15/03/1987. Cria o Conselho de desenvolvimento Cultural	Orgão vinculado ao governo estadual.
Lei 32.542, de 21/04/1987. Extingue o Conselho Estadual de Cultura	Com a instituição do Conselho Estadual de Desenvolvimento Cultural e da transformação da antiga Secretaria da Educação e Cultura, o conselho estadual de cultura é extinto.
Lei 32.516, de 15/03/1987. Altera a denominação da secretaria de educação e cultura.	A função cultura é desmembrada da secretaria da educação. A partir dessa data é o Conselho de desenvolvimento cultural que irá tratar dessa função.
Lei 33.314, de 29/09/1989. Cria a Secretaria de Cultura, Desporto e Turismo	Área de competência na cultura: - atividades culturais; patrimônio histórico, arqueológico, antropológico, científico, artístico e cultural, tradição e folclores.
Lei 9.433, de 27/11/1991. A Secretaria de Cultura, Turismo e Desporto, passa a se chamar Secretaria de Cultura.	- garantir ao pleno e efetivo exercício dos direitos culturais. - acesso às fontes de cultura em nível federal e regional. - apoio e incentivo à produção, à valorização e a difusão das manifestações culturais. - proteção do patrimônio cultural nos termos do art. 222 da Constituição do Estado. - Cadastro do patrimônio histórico e do acervo cultural público e privado, fornecendo orientação técnica para os cadastros municipais. - ações culturais em cooperação com os municípios; - pesquisa cultural; - desenvolvimento do processo cultural no plano técnico-didático-pedagógicos; - intercambio cultural com áreas afins de outros Estados e países do Conesul, visando proporcionar um maior relacionamento das áreas da cultura.

Quadro 1: Histórico das instituições culturais do Rio Grande do Sul (1958-1991)

Fonte: Rio Grande do Sul. Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos. Departamento de Arquivo Público. Fontes para a história administrativa do Rio Grande do Sul: a trajetória das secretarias de estado (1890-2005) / Concepção e coordenação de Marcia Medeiros da Rocha e Valter Vanderlei Mendes Júnior. – Porto Alegre: CORAG, 2006.

2.1.1 IPHAE (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Estadual)

Como foi descrito anteriormente, o IPHAE após a sua criação, tornou-se o terceiro órgão estadual responsável pela proteção do patrimônio gaúcho, instituição essa que já foi denominada de DPHAE e CPHAE.

O IPHAE desde sua criação pode ser considerado, juntamente com a Secretaria de Cultura, um dos principais organismos governamentais responsáveis pela gestão cultural no Rio Grande do Sul.

Entre suas principais atribuições se salienta “ações de tombamento, elaboração de diretrizes e orientações às intervenções em bens culturais e áreas de entorno, realiza convênios e parcerias junto aos municípios oferecendo inventários aos bens culturais edificados de valor cultural, na implementação de legislações municipais de tombamento e desenvolvendo ações de proteção do patrimônio cultural em parceria com os municípios, o IPHAN e as associações civis”. (IPHAE, 2010).

Em 2009, o número de bens tombados chegou a cento e um, incluindo os tombamentos ambientais (Mata Atlântica e quatro parques) e os bens móveis da Biblioteca Pública.

Segundo Meira (2008, p. 427), a maior parcela dos bens tombados pelo Estado do Rio Grande do Sul localiza-se na região metropolitana de Porto Alegre e na região de colonização italiana⁷:

Nota-se que os tombamentos estavam relacionados à políticas públicas durante dois períodos da trajetória do IPHAN no Rio Grande do Sul. O primeiro foi durante o Estado Novo, quando houve um esforço de construção da nacionalidade por parte do governo federal e a preservação do patrimônio foi coerente com essa política. Nessa época, no Rio Grande do Sul, foram eleitos os bens edificados no período entre as Missões Jesuítico-Guarani e a Revolução Farroupilha para integrar o acervo do patrimônio nacional. O segundo momento nos anos 1970-1980, quando os tombamentos nas áreas da imigração ocorreram em decorrência da política da instituição que buscava reconhecer e promover o mosaico cultural brasileiro. No restante, foram tombamentos pontuais, isolados, e desvinculados de políticas públicas mais abrangentes.

⁷ Ver figura 2.

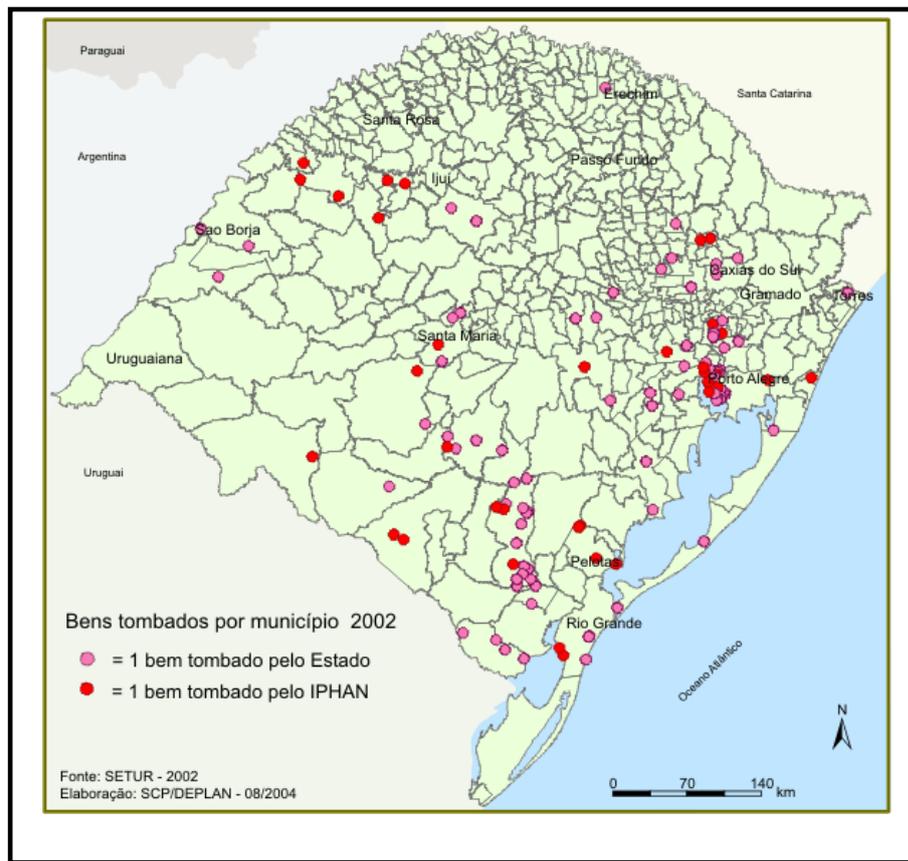


Figura 2: Bens tombados pelo IPHAN e IPHAE no RS

Fonte: SEPLAG, RS, 2010.

O Instituto possui ainda publicações referentes ao patrimônio e à sua preservação. Além disso, elabora pareceres para os projetos relativos à preservação do patrimônio cultural que buscam a Lei do Incentivo à Cultura, LIC, e pareceres referentes aos valores culturais dos bens do Estado para o Ministério Público Estadual e Federal. (IPHAE, 2010).

2.2 Principais Políticas culturais executadas

Neste item procurou-se analisar como as administrações públicas rio-grandenses vêm formulando e executando seus projetos culturais, desde ações de produção, circulação e consumo cultural.

No que diz respeito às principais ações estaduais em relação à área da cultura, nota-se que desde a década de 1920 os governadores gaúchos vêm planejando e executando políticas nas seguintes temáticas: valorização e conservação dos Sítios Arqueológicos da Região Missioneira; exaltação da Revolução Farroupilha; construção da identidade gaúcha; valorização das culturas alemã e italiana (década de 1980); projetos museológicas e, nos últimos anos, vêm incentivando a produção, circulação e consumo cultural através da LIC.

Conforme Meira (2008), o processo de preservação do patrimônio edificado no Rio Grande do Sul teve seu início na década de 1925, com a ação preservacionista do governo nas ruínas de São Miguel Arcanjo. Segundo a autora, durante um bom tempo a Região Missioneira foi considerada como um território estrangeiro no Brasil, por possuir um contexto cultural e histórico relacionados à Espanha.

Ana Lúcia Goelzer Meira descreve que na década de 1920 o arquiteto Lúcio Costa realizou um estudo para decidir o que fazer com as ruínas dos chamados Sete Povos das Missões.

Por circunstâncias específicas - os tratados entre Espanha e Portugal -, os sítios ficaram “encalacrados” em território brasileiro. As expressões utilizadas pelo arquiteto [...] Lúcio Costa para definir a situação geográfica dos antigos povos missioneiros dão conta de que seus remanescentes eram considerados um patrimônio espanhol, e que nada tinham a ver com a cultura brasileira. O arquiteto continuou dizendo que as Missões se constituíam em “um setor autônomo no conjunto dos monumentos coloniais brasileiros, por possuir remanescentes de uma cultura espanhola”. (MEIRA, 2008, p. 243).

Nesse contexto salienta-se que:

O entendimento de que os remanescentes missioneiros eram herança estrangeira, desvinculada da história brasileira, perdurou durante muitas décadas. Moysés Vellinho registrou, em relação às Missões: “só uma coisa nos ficou do passado morto: o papel de depositário de ruínas alheias”. (MEIRA, 2008, p. 244).

No que se refere ao Sítio de São Miguel das Missões:

O resultado do esforço do SPHAN nas Missões, consubstanciado nas ruínas de São Miguel Arcanjo, foi destacado para tornar-se patrimônio nacional e, anos depois, mundial, o que reforça o fato de ser o marco fundacional no processo de escolha do que se tornou patrimônio no Rio Grande do Sul. As ruínas de São Miguel não foram tombadas para “abrasileirálas” enquanto patrimônio nacional. Foram protegidas devido a sua excepcionalidade e, possivelmente, relacionando-se com a avaliação de Chuva, por se tratar de obra jesuítica. (MEIRA, 2008, p. 248).

Como se pode observar, tanto a atuação do Estado do Rio Grande do Sul, como do SPHAN, tiveram como centro de suas ações iniciais a Região das Missões. No ano seguinte da fundação do SPHAN (1938), o estado gaúcho teve seis bens tombados pelo devido órgão. Entre eles cita-se: Ruínas da Igreja de São Miguel das Missões; Igreja das Dores de Porto Alegre; Igreja Matriz de São Pedro e Capela São Francisco em Rio Grande; Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição em Viamão; Acervo da Sociedade União dos Caixeiros Viajantes de Santa Maria. (ZAMIN, 2006).

Estes tombamentos foram as primeiras ações concretas para a construção de uma memória oficial do Rio Grande do Sul. Uma memória que pudesse ser evocada por elementos da cultura material, mais especificamente por obras arquitetônicas que ganhavam o status de documentos da história local. (ZAMIN, 2006, p. 43).

A partir destes tombamentos por parte do governo federal nota-se, na década de 1950, uma maior atenção pelo Estado do Rio Grande do Sul no que diz respeito à institucionalização e execução de projetos, tanto na área do Patrimônio, como das próprias políticas culturais. Isso possibilitou uma organização e um maior planejamento público em relação à área da cultura.

2.2.1 Políticas museológicas

Outra área cultural que vêm tornando-se prioritária há algum tempo para o Estado é a museologia. Desde a década de 1920 já se observava ações públicas em relação às políticas museológicas, como foi o caso da criação do Museu Júlio Castilhos.

Conforme Nedel (2005), esta instituição foi o primeiro museu a ser criado no RS (1903), tornando-se um dos pioneiros no Brasil.

Vista de outro ângulo, a participação efetiva do Museu Julio de Castilhos no circuito de produção intelectual também permite observar marcos importantes quanto à formalização de determinados cânones de apreensão do tempo e do espaço, necessários ao desenvolvimento disciplinar História e das Ciências Sociais no estado. Os princípios expressos nas atribuições, nos modos de organização e nos estilos de atuação do museu ao longo dos seus primeiros 50 anos de existência ressaltam o envolvimento direto das

instâncias de saber no domínio das práticas de representação identitária – interessando, nesse caso, particularmente as classificações de origem operadas por agentes especializados no manejo da linguagem – os chamados “homens de cultura”. (NEDEL, 2005, p. 88).

Este museu destacou-se por algumas décadas no cenário cultural gaúcho, contribuindo para a institucionalização da área. Nesse contexto, o MJC pode ser considerado como um dos instrumentos públicos responsáveis pela materialização da cultura gaúcha:

De fato, boa parte do prestígio desfrutado por ele, até pelos menos os anos 1960, teve a ver com sua anterioridade em relação aos outros órgãos culturais criados no Rio Grande – e a tal ponto que, meio século depois de ter seu nome trocado para Museu Julio de Castilhos, continuou conhecido como Museu do Estado entre freqüentadores, administradores e intelectuais. Permanecendo por um largo período o único museu existente, como não poderia deixar de ser, ao longo de mais 50 anos de atuação o MJC estabeleceu objetivos e ações segundo conceitos diversos. Seu caráter “mutante” fica bem expresso quando comparados dois marcos de sua trajetória: o da fundação, em 1903, como um museu enciclopédico, prioritariamente dedicado à “História Natural”, e o momento de redefinição tipológica, em 1954, quando demarcou para si as de museu histórico, priorizando o folclore e o estudo das tradições “pátrias” e rio-grandenses. Só então fica estabelecida a exclusividade de seus atributos: o museu desvincula-se do Arquivo Histórico e desmembra suas coleções de História Natural e Arte Moderna, que dariam origem ao Museu de Ciências Naturais (atual Fundação Zoobotânica), ao novo Arquivo Histórico e ao Museu de Artes do Rio Grande do Sul, criados no mesmo ano. (NEDEL, 2005, p. 94).

Esta mudança da temática do acervo, ocorrida na década de 1950, onde se voltou para valorização de símbolos farroupilhas, já era visualizada em 1935, no qual o Museu Júlio de Castilhos foi responsável pela organização das festividades do Centenário Farroupilha. Evento que propiciou a aquisição de um grande número de peças relacionadas com a Revolução. (NEDEL, 2005).

Para Fraga (2004, p. 59), esse modelo de representação da cultura, através de instituições culturais, pode ser considerado elitista e cristalizado, o que possibilitava a exposição de símbolos identificados com a classe dominante. Processo esse que durou até a metade da década de 1970.

Na década de 1980, ainda observava-se a falta de profissionais qualificados nos museus gaúchos, “era raro encontrar nos museus mantidos pelo Estado profissionais que não fossem professores, tendo em vista ser a Secretaria de Educação e Cultura a responsável pela cadência dos quadros às instituições

culturais” o que “acarretou, durante muito tempo, entraves à atualização e ao aperfeiçoamento, sendo o museu encarado como um lugar parado no tempo, visto como depósito de objetos e pessoas”. (FRAGA, 2004, p. 71).

No caso de Porto Alegre, “as transformações dos conceitos de museus, de museologia e de política cultural passaram a ocorrer na capital do Rio Grande do Sul na década de 1980, a partir da crescente organização e especialização do trabalho na área cultural”.

A década de 1980 torna-se inaugural de uma nova postura em relação à profissionalização. Percebe-se à necessidade de profissionais, se não qualificados, com interesse em buscar qualificação na área museológica. Nesse período, começam a ocorrer com maior frequência encontros, seminários e palestras sobre o tema museu, despertando o interesse por um novo mercado de trabalho. Despontam nos museus outros profissionais, como historiadores antropólogos, arquitetos, especialmente interessados no tema do patrimônio, a partir de uma formação especializada. (FRAGA, 2004, p. 72).

Portanto, os anos 80 destacam-se por ser o período dos museus no Rio Grande do Sul. Além de ações de profissionalização, executaram-se projetos de cadastramento, publicações de acervos, visitas guiadas e divulgação de informações museológicas, o que Fraga (2004) define como o início do marketing cultural nos museus do Rio Grande do Sul.

A década de 1990 representou a organização de uma rede museológica no Estado. (BERTOTTO, 2007). O governo de Sinval Guazelli (1990-1991), além de criar a SEDAC, também foi responsável por instituir o Sistema Estadual de Museus (1991), um dos primeiros do país.

O Sistema Estadual de Museus (SEM/RS) é um órgão da Secretaria da Cultura do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, que visa sistematizar e implementar políticas de integração e incentivo aos museus de todo o estado, com diretrizes estabelecidas de forma democrática e participativa por estas instituições. A criação de sistemas foi estimulada desde 1986, com o estabelecimento do Sistema Nacional de Museus. Em 1990 é definida a divisão regional do Rio Grande do Sul em sete Regiões Museológicas e encaminhado projeto ao executivo estadual. Através do Decreto nº 33.791, de 22.01.91 é criado o Sistema Estadual de Museus do Rio Grande do Sul⁸.

Segundo Bertotto (2007), tanto o governo de Alceu Collares (1991-1995),

⁸ Conforme <http://www.sistemademuseus.rs.gov.br>

como o de Antônio Britto (1995-1999), representaram um retrocesso na consolidação do sistema gaúcho de museus. No mandato do pededista Collares houve o remanejamento de professores das instituições museológicas para as escolas. Na administração de Britto, o SEM ficou sem coordenador, o que gerou uma descontinuidade dos trabalhos realizados.

No governo seguinte, o sistema museológico e a comunidade museológica gaúcha exigiram a retomada dos trabalhos. No governo de Olívio Dutra (PT – 1999/2003) destacou-se a atuação do Coordenador do SEM/RS, dando ênfase aos do órgão e trazendo melhorias aos projetos já implantados. Com apoio do SEM/RS foram criadas campanhas de fomento (Pró-Museu, através da FAPERGS), cursos e oficinas de formação profissional e várias atividades no mês dos museus, além de uma série de ações integradas entre órgãos do Estado, da área cultural e também de convênios com outros estados e sistemas de museus de outros países. (BERTOTTO, 2007, p. 41).

No governo de Germano Rigotto, o sistema estadual de museus consolidou-se como um referencial de organização sistêmica no país. Atualmente, o Estado possui um número próximo a trezentas instituições cadastradas, sendo destas 60% públicas. (BERTOTTO, 2007). Nesse governo foi criado o Guia dos Museus do RS, cartilha com dados sobre todos os museus cadastrados no sistema estadual, instrumento que serve como suporte para visita guiada.

2.2.2 Políticas de valorização e difusão do tradicionalismo gaúcho

Como foi descrito anteriormente, a institucionalização das tradições gaúchas por parte do Estado, inicia-se na década de 1930, com a criação do Instituto de Tradição e Folclore, que mais adiante, na década de 1970, transformou-se em IGTF (Instituto Gaúcho de Traições e Folclore).

No que se refere à exaltação e essencialização de símbolos relacionados à Revolução Farroupilha e às tradições gaúchas, o Museu Júlio de Castilhos executou ações pioneiras, como a organização das festividades do Centenário Farroupilha (1935) e na estruturação do acervo onde tematizou o folclore e as tradições rio-grandenses (1954).

Segundo Oliven (1990, p. 10):

O Tradicionalismo conseguiu se expandir também em outras direções. Em 1954, o governo do estado criou o Instituto de Tradições e Folclore, vinculado à Divisão de Cultura da Secretaria de Educação e Cultura, transformado vinte anos depois na Fundação Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore, órgãos normalmente dirigidos por tradicionalistas. Em 1964, uma lei estadual oficializou a Semana Farroupilha (entre 14 e 20 de setembro de cada ano), fazendo com que a Chama Crioula passasse a ser recebida com todas as honras no Palácio Piratini, sede do governo, e se tornassem oficiais os desfiles realizados em 20 de setembro, em quase todas as cidades do estado, pelos centros de tradições gaúchas e a Brigada Militar. Em 1966, outra lei estadual elevou o hino farroupilha à condição de hino do Rio Grande do Sul. No governo Triches (1971-1975), foi montado, no Palácio Piratini, um 'galpão crioulo', que procura recriar o ambiente das estâncias e serve para receber visitantes ilustres, com churrasco, carreteiro e apresentações de música e de danças regionais. Nesse mesmo período o estado doou um terreno para que o 35 CTG pudesse construir sua sede própria.

Neste sentido:

Em 1979 foi criada a Secretaria de Cultura, Desporto e Turismo, desmembrando-se a antiga Secretaria de Educação e Cultura. Seu segundo titular foi Luiz Carlos Barbosa Lessa, um dos fundadores do '35', que, defendendo a existência de doze regiões culturais no estado, implantou pólos para interiorizar a cultura gaúcha (Secretaria de Cultura, Desporto e Turismo do Governo do Rio Grande do Sul, sal.). As atividades regionalistas passaram a contar com um apoio que não conheciam antes. Em 1988, uma lei estadual instituiu, na disciplina de Estudos Sociais, o ensino do folclore em todas as escolas estaduais de primeiro e segundo graus do Rio Grande do Sul. Em 1989, outra lei oficializou as *pilchas* (conjunto de vestes típicas dos antigos gaúchos, compreendendo a bombacha, botas, lenço e chapéu) como "traje de honra e de uso preferencial" no estado, deixando sua caracterização a cargo "dos ditames e diretrizes do Movimento Tradicionalista Gaúcho". (OLIVEN, 1990, p. 10).

Como se observa nas citações acima, o Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições, vêm nos últimos anos criando uma legislação específica para a cultura tradicionalista gaúcha.

Leis estaduais	Características
- Lei Nº 4. 850 de 11 de dezembro de 1964, Oficializa a Semana Farroupilha e da outras providências; - Decreto Lei Nº 33.224 de 22 de junho de 1989, Regulamenta a Lei nº 8.715, de 11 de outubro de 1988, que dá nova redação à Lei nº 4.850, de 11 de dezembro de 1964, que oficializa a “Semana Farroupilha”	Fica estipulada de 14 a 20 de setembro de cada ano a Semana Farroupilha, em homenagem e memória aos heróis farrapos
Lei 5.213 de 05 de janeiro de 1966.	Eleva o Hino Farroupilha à condição de Hino do Rio Grande do Sul.
Lei Nº 8.813, de 10 de janeiro de 1989	Oficializa como traje de honra e de uso preferencial no Rio Grande do Sul, para ambos os sexos, a indumentária denominada "PILCHA GAÚCHA".
Lei Nº: 8.814, de 10 janeiro de 1989	Fixa o dia 04 de dezembro como o "DIA DO POETA REPENTISTA GAÚCHO e do ARTISTA REGIONAL GAÚCHO", no Estado do Rio Grande do Sul.
Lei Nº 11.826, de 26 e agosto de 2002	Inclui o Cavalo Crioulo como animal-símbolo reconhecendo-o, juntamente com o Quero-Quero, como o patrimônio cultural do Estado do Rio Grande do Sul.
Lei Nº 11.929, de 20 de junho de 2003	Institui o churrasco como “prato típico” e o chimarrão como “bebida símbolo” do Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências.
Lei Nº 11.973, de 23 de setembro de 2003	Institui o "Dia do Cavalo" no Estado do Rio Grande do Sul.
Lei Nº 12.372, de 16 de novembro de 2005	Reconhece como integrantes do patrimônio cultural imaterial do Estado, as danças tradicionais gaúchas ⁹ e respectivas músicas e letras.
Lei Nº 12.567, de 13 de julho de 2006 Altera a LEI Nº 11.719, de 07 de janeiro de 2002	instituiu oficialmente o rodeio crioulo como um dos componentes da cultura popular sul-rio-grandense.

Quadro 2: Legislações de valorização da cultura tradicionalista

Fonte: Elaboração própria. Baseado em Leis do Rio Grande do Sul.

Através destas leis, a administração pública tornou oficial alguns símbolos, como: a Bandeira, o Hino e as Armas (Lei 5.213/66), a planta Erva-mate (Lei 7.439/80), a ave Quero-quero (Lei 7.418/80), a flor Brinco-de-princesa (Decreto

⁹ São consideradas danças tradicionais gaúchas: o Anu, o Balaio, a Cana Verde, o Caranguejo, o Chico Sapateado ou Chiquinho, a Chimarrita, a Chimarrita Balão, o Chote Carreirinho, o Chote de Sete Voltas, o Chote de Duas Damas, o Chote de Quatro Passi, o Chote Inglês, a Havaneira Marcada, o Maçanico, a Meia Canha (polca de relação), o Pau de Fitas, o Pezinho, a Queromana, a Rancheira de Carreirinha, o Rilo, a Roseira, o Sarrabalho, o Tatu, o Tatu de Volta no Meio e a Tirana do Lenço.

38.400/98), o Cavalo Crioulo (Lei 11.826/02), a planta medicinal Macela (Lei 11.858/02), a bebida Chimarrão (Lei 11.929/03) e o prato típico Churrasco (Lei 11.929/03)¹⁰.

As devidas leis estaduais instigam a reflexão sobre as relações de poder na construção identitária gaúcha e as respectivas ações que vêm essencializando a cultura regional.

Em 1979, foi criada a Secretaria de Cultura, Desporto e Turismo. Como segundo secretário desta pasta foi empossado Barbosa Lessa, responsável pela fundação do 35º CTG de Porto Alegre. Esta gestão contribuiu para que o governo estadual priorizasse, durante a década de 1980, em suas políticas culturais, ações voltadas para as manifestações tradicionalistas. Tal ação gerou protestos por parte de outros segmentos artísticos que defendiam projetos que contemplassem uma perspectiva cultural mais ampla. (OLIVEN, 1990; HAESBAERT, 1988).

As oscilações da identidade entre o nacional e o regional tiveram como propósito a retomada da história da cultura brasileira. A consolidação da indústria cultural se dá efetiva mente no decorrer da década de 1980, reabrindo a questão da identidade via repertórios textuais e iconográficos gerados pela indústria cultural, através do incentivo ao gauchismo, ao uso de bombachas estilizadas, ao hábito difundido de tomar chimarrão ao ar livre, à produção local de música, dança e teatro que exaltasse o regional, tornando fundamentais as discussões sobre o papel de um simbólico regional e nacional como instrumento de coesão social. (FRAGA, 2004, p. 89).

Conforme Golin (1983, p. 77):

A história do tradicionalismo rio-grandense está ligada ao Estado com a mesma naturalidade que o couro do boi. O seu oficialismo decorre de sua natureza, nascido ao embalo dos braços do poder. Em muitos casos chega a ser a expressão cultural de órgãos ligados ao Estado. É totalmente impossível tentar ver o Tradicionalismo funcionalmente ativo sem a impulsão dos instrumentos de poder. Como no RS o aparelho do Estado jamais foi o resultado da luta política do povo, chega até ser pueril frisar, mais uma vez que ele expressa o governo da classe dominante.

Esta percepção do autor traz para a discussão a função ideológica do tradicionalismo gaúcho. Durante muitos anos, a classe estancieira esteve no poder do governo do Rio Grande do Sul. Portanto, os valores propostos por esta classe

¹⁰ Segundo IGTF.

tornaram-se diretrizes para políticas públicas, ou seja, o Estado se responsabilizou pela invenção da tradição.

Manter a distinção entre o Rio Grande do Sul e o Brasil seria uma forma de preservar a identidade cultural do estado. Por isso, um elemento recorrente no discurso tradicionalista é a referência à ameaça que pairaria sobre a integridade gaúcha. (OLIVEN, 1992, p. 108).

Segundo Golin (1983, p. 64), o Movimento Tradicionalista Gaúcho articula-se através de uma ideologia unificadora, que se volta para a preservação das manifestações que representam as lidas campeiras das estâncias, isto significa valorizar a produção tradicional do campo, “a preservação da tradição desse modo subsiste visceralmente ligada á espoliação do peão, pois o tradicionalismo tem como principio *preservar* o sistema de produção que o explora”.

Seguindo esta linha de raciocínio, cabe comentar que o tradicionalismo gaúcho procura não mostrar o lado perverso da relação peão/estancieiro. Neste sentido ele destaca-se por ser um agente arbitrário na formação da cultura.

A arte tradicionalista, no RS, não alcança sequer o nível do espontâneo-cotidiano. Na criação da ficção do mundo épico, não se admite as tragédias do dia-dia. Caso o artista manifestasse as simples coisas de sua volta, mesmo que singelamente, refletiria uma expressão aproximada do real: o rancho miserável, o charque, os bois gordos (que não são seus), os migrantes, etc. (GOLIN, 1983, p. 65).

Conforme Zalla (2010, p. 40), diversos intelectuais vêm produzindo uma literatura referente à figura do gaucho ou gaúcho:

De grosso modo, tais escritos visam dar conta de um tipo social rural “real” ou “Imaginário”, “presente” ou “histórico”, que vive como cavaleiro em um espaço físico e simbólico determinado, a *Pampa*, e, não raro, situado em um tempo mítico onde a tradição garante a vida de fartura. Não é menos verdadeiro que toda essa literatura tem configurado mitos e signos que fundamentam identidades coletivas. No RS, onde gaúcho tornou-se sinônimo de gentílico, ela é um dos discursos que informa quem é, ou deveria ser, o habitante do Estado. E mais, não raro, tem sido a fonte para discursos e projetos políticos, sociais e culturais e/ ou a forma de dar vazão a visão de mundo e de intervir no debate público local.

Conforme Golin:

O gaúcho verdadeiramente social representava o pária do Estado, o marginal do campo, que, alijado de todos os meios legais e trâmites jurídicos para tomar a posse da terra que conquistara, vivia permanentemente como intruso. Isto é tão flagrante que basta lembrar que

o gaúcho explorava economicamente o atual RS antes da conquista portuguesa. Por esses motivos, é evidente, ninguém se transforma em bandoleiro, ladrão de campo, vagabundo, por um desejo individual. É preciso, em regra, que as estruturas criem condições para aparecer o *bandoleiro, ladrão, vagabundo*, etc. (1983, p. 68).

Segundo Oliven (1992), a construção social da identidade gaúcha está baseada num passado que teria existido na região da campanha do Estado e na figura real ou idealizada do gaúcho. A década de 1980 chama a atenção pelo surgimento de um número considerável de atividades ligadas às tradições. Neste período, houve o crescimento do consumo de produtos ligados à temática gaúcha e de CTGs.

Embora sempre houvesse consumo de produtos culturais gaúchos, ele era bem menor e estava mais concentrados no campo ou nas camadas suburbanas e urbanas de origem rural. A novidade é constituída pelos jovens das cidades, em boa parte de classe média, que faz pouco tempo tomam chimarrão, vestem bombachas e curte música regional, hábitos que o estigma da grossura. (OLIVEN, 1992, p. 100).

Oliven (1992, p. 108) descreve que na década de 1980, a identidade gaúcha esteve envolvida em discussões sobre seu processo de construção, que centravam-se na “figura do gaúcho, o modo de construí-la, os critérios para definir sua autenticidade, as instâncias de sua legitimidade e consagração etc”. Todas essas preocupações geram normativas que são cumpridas pelos atores tradicionalistas.

A construção dessa identidade exalta a figura do gaúcho, menosprezando os descendentes de alemães e italianos, tornando-se mais excludente ainda com o negro e o índio.

Desde a criação do IPHAE, em 1991, vêm ocorrendo em maior número, ações voltadas para a proteção de bens materiais Farroupilhas:

Quanto à representação sobre o Estado como um todo, a Revolução Farroupilha é a marca mais fixada através do patrimônio cultural preservado. Só em Piratini – 1ª capital farroupilha - são 14 bens protegidos, mais [...] 04 em Caçapava do Sul – 2ª Capital Farroupilha, dois em Pelotas e um outro em Guaíba, fora os que já eram, desde a década de 1950, protegidos no nível nacional (a Casa de Garibaldi, o Palácio do Governo Farroupilha e o Quartel General Farroupilha, em Piratini; a casa de Bento Gonçalves em Triunfo; casa de David Canabarro, em Livramento). (ZAMIN, 2006, p. 134).

Com a estruturação organizacional da área cultural no Estado, nos últimos vinte anos, juntamente com a adequação das políticas estaduais aos programas e normativas federais e internacionais, os projetos executados no Rio Grande do Sul acabaram se inserindo no sistema mercadológico da globalização, conhecido como indústria cultural.

No que diz respeito à seqüência das linhas de ações do governo federal, desde a década de 1980 já se visualizava projetos que buscavam contemplar a diversidade cultural estadual, como o foi caso da valorização dos núcleos de italianos e alemães.

Foi apenas na década de 1980 que se realizou a primeira iniciativa denominada “Preservação e valorização dos núcleos urbanos nas áreas de imigração alemã e italiana no Rio Grande do Sul” (MEIRA, 2008). Na década de 1990, essas ações foram suspensas, o que Meira (2008) considera como um retrocesso a preservação dos patrimônios não consagrados

Conforme Meira (2008), as primeiras iniciativas de valorização e preservação das áreas colonizadas por italianos e alemães no Rio Grande do Sul, num primeiro momento, sofreram os mesmos preconceitos recebidos pelas Missões, sendo consideradas culturas estrangeiras dentro do território brasileiro. Vamos ver na seqüência que esta diversidade cultural passa a ser novamente valorizada pelo Estado no início do século XXI, pois tornou-se estratégica para o desenvolvimento do turismo.

Portanto, com a inserção gaúcha nas políticas culturais voltadas para o mercado, as ações públicas acabaram planejando e produzindo elementos materializados que pudessem atender e instigar o consumo cultural. A forma de consumo que mais vêm ofertando e vendendo os chamados “recursos culturais”, atualmente, é o turismo.

2.2.3 LIC - RS (Lei de incentivo à cultura do Estado do Rio Grande do Sul)

Uma política que vêm contribuindo com a produção da cultura, tanto a nível nacional, como estadual, são as leis de incentivo. No caso do Rio Grande do Sul, surge no ano de 1996, a LIC (Lei de incentivo à Cultura), legislação esta que foi espelhada na Lei Rouanet.

Assim como o país possui uma Lei de incentivo à cultura federal (Lei Rouanet), o Estado do Rio Grande do Sul, possui um Sistema Estadual de Financiamento e Incentivo às atividades culturais (Sistema LIC), gerador da Lei de incentivo à Cultura do Estado (LIC).

O Sistema LIC foi instituído através da Lei nº 10.846, de 19 de agosto de 1996, no mandato do Governador Antonio Britto, tornando-se desde sua criação a principal política cultural instituída pela Secretaria Estadual de Cultura do Rio Grande do Sul.

Como principais competências, a LIC prevê a compensação de recursos destinados ao pagamento do Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, por parte de empresas financiadoras de projetos culturais. Entre suas principais finalidades destaca-se:

- Apoiar a produção, a valorização e a difusão das manifestações culturais, com base no pluralismo e na diversidade de expressão;
- Promover o livre acesso da população aos bens, espaços, atividades e serviços culturais;
- Estimular o desenvolvimento cultural do Estado em todas as suas regiões, de maneira equilibrada, valorizando o planejamento e a qualidade das ações culturais;
- Apoiar as ações de preservação e recuperação do Patrimônio Cultural no Estado;
- Incentivar a pesquisa e a divulgação do conhecimento, em especial sobre a organização da cultura e a renovação das linguagens artísticas;

- Incentivar o aperfeiçoamento de artistas e técnicos das diversas áreas de expressão da cultura;
- Promover o intercâmbio e a circulação de bens e atividades culturais com outros Estados brasileiros e outros países, destacando os produtos e produtores sul-rio-grandenses;
- Valorizar os modos de fazer, criar e viver dos diferentes grupos formadores da sociedade sul-rio-grandense.

A Lei de Incentivo à Cultura do Estado é a principal via de fomento às atividades culturais em nível estadual¹¹, seus recursos acabam provindos da renúncia fiscal de 0,5% da receita líquida do Estado, financiando até 80% do valor do projeto, sendo que os valores devem ser utilizados dentro do Estado do Rio Grande do Sul.

Em relação à apresentação de projetos, o sistema possui um banco de produtores culturais cadastrados, que incluem pessoas físicas (com capacitação comprovada), pessoas jurídicas (com natureza cultural) e prefeituras, que podem enviar propostas. Entre as áreas culturais que vêm sendo beneficiadas com financiamentos, destacam-se: Artes plásticas e grafismo, artes cênicas e carnaval de rua, cinema e vídeo, literatura e música, artesanato e folclore, acervo e Patrimônio histórico e cultural.

Conforme Ribeiro (2009, p. 31), “no Rio Grande do Sul, a Lei de incentivo à Cultura (LIC-RS) tem uma história bastante conturbada, repleta de mudanças, adaptações e dificuldades de funcionamento”.

De 2004 a 2007, a LIC enfrentou um problema grave: mesmo depois de aprovados e captados os recursos, os projetos não obtinham liberação da verba do Tesouro do Estado, que alegava não estar em condições de abrir mão desta fatia de ICMS. Assim o mecanismo entrou em descrédito junto à comunidade cultural. (RIBEIRO, 2009, p. 32).

No governo de Yeda Crusius (2007-2010) houve uma reestruturação do sistema LIC, o que possibilitou o pagamento de passivos atrasados. Ao mesmo tempo, ocorreram denúncias de corrupção envolvendo o processo.

¹¹ Segundo Seminário de Capacitação da LIC de Porto Alegre.

Conforme dados apresentados pelo sistema LIC, de 1996 a 2009 foram enviados 8410 projetos à Lei de incentivo à Cultura do Rio Grande do Sul, sendo que apenas 3261 propostas foram aprovadas pelo Conselho de Cultura, ou seja, apenas 38,77% dos projetos enviados foram aceitos nesse período.

Os projetos relacionados à música estão gerando uma maior demanda de propostas para a LIC, obtendo os maiores percentuais de aprovação, seguidos pelas artes cênicas, carnaval de rua, artesanato e folclore. Conforme o sistema LIC, em 2009 a distribuição dos recursos aprovados foram destinados, em grande escala, para o interior do Estado, totalizando 89% dos recursos, ficando 11% para Porto Alegre¹².

PROJETOS COM ENTRADA	Artesanato e folclore	Música	Artes cênicas e carnaval de rua	Artes plásticas e grafismo
	1644	2920	1564	329
	Cinema e Vídeo	Literatura	Acervo e Patrimônio Histórico e Cultural	
	489	854	610	
	Total			
PROJETOS APROVADOS	Artesanato e folclore	Música	Artes cênicas e carnaval de rua	Artes plásticas e grafismo
	669	1040	700	127
	Cinema e Vídeo	Literatura	Acervo e Patrimônio Histórico e Cultural	
	164	339	222	
	Total			

Quadro 3: Projetos enviados ao Sistema LIC - RS (1996-2009)

Fonte: Elaboração própria, conforme informações do Sistema LIC.

A contrapartida por parte do projeto realizado volta-se para realização de ações sócio-culturais dirigidas (ex, oficinas, palestras, mini-cursos, entre outros) à comunidade carente do local da execução da política cultural.

¹² RIO GRANDE DO SUL. Secretaria Estadual de Cultura. **Seminário de Capacitação da LIC-RS**. Porto Alegre: SEC, 2009.

Nesse mesmo ano de 1996, foi criado o Conselho Estadual de Cultura, colegiado com atribuições normativas, consultivas e fiscalizadoras, tendo por finalidade promover a gestão democrática da política cultural do Estado¹³. Atualmente, vêm atuando diretamente na apreciação de projetos culturais recebidos pelo sistema LIC.

2.3 As políticas culturais e o turismo no Rio Grande do Sul

O sub-capítulo em questão, apresenta como o planejamento turístico estadual está utilizando a cultura como um instrumento de potencialização para o turismo durante o governo de Yeda Crusius (2007-2010). Neste contexto, objetivou-se também interpretar a concepção de cultural e políticas culturais do Estado em relação à Região turística das Missões.

O planejamento do turismo no Estado do Rio Grande do Sul tem seu início na década de 1950, com a criação do Conselho Estadual de Turismo – CET e o Serviço Estadual de Turismo – SETUR, órgãos oficiais pioneiros no país. (SOUZA, 2005). Como vimos anteriormente, neste mesmo período a área da cultura também passou a ter uma estruturação sistematizada de seus órgãos.

A partir da organização do turismo, os governos do estado se voltaram para a divulgação dos atrativos relacionados à identidade gaúcha e de alguns eventos.

Na década de 1960 é feita em todos os estados brasileiros uma extensa divulgação dos atrativos turísticos do RS junto às churrascarias existentes em diversas cidades. Ainda nessa mesma década, a SETUR inicia uma organização do calendário turístico divulgando os eventos realizados no Estado, como a Festa da Uva, Festa das Hortências, Festa do Mar, Festa das Rosas, Festa do Milho. (SOUZA, 2005, p. 74).

Como se pode observar, desde a década de 1960, o Estado do Rio Grande do Sul já desenvolvia ações de planejamento para seus atrativos turísticos. Cabe comentar que os atrativos culturais tornaram-se, nesta época, potenciais

¹³ Ver Lei estadual N.º 11.289/ 98

interessantes, ou seja, o turismo cultural, a partir deste momento, tornou-se a tipologia turística preponderante na devida unidade federada.

De acordo com Moesch (1997 apud BRAMBATTI, 2005, p. 35):

A relação do turismo com a cultura passou a ser parte das políticas públicas em turismo, quando Mário Ramos, ex-prefeito de Caxias do Sul, foi indicado para ocupar a Secretaria Estadual de Turismo do Estado do RS iniciando um programa chamado "Projeto Cultur". Posteriormente na Gestão de Barbosa Lessa na secretaria de Cultura do Estado, a região dos vinhedos tornou-se importante fator de valorização cultural com a divisão do Estado em 12 regiões turísticas:

Portanto:

A cultura riograndense deixava de ser unicamente gaúcha, em referência à cultura pampeana, galponeira, campeira, na folheteria oficial de divulgação do estado, mas passava a ter um caráter multicultural, incluindo a cultura dos descendentes europeus, como parte da cultura do RS. (BRAMBATTI, 2005, p. 35).

Conforme o Planejamento estratégico do Turismo (2007-2010), realizado pela Secretaria de Estado do Turismo, Esporte e Lazer do Rio Grande do Sul, a cultura gaúcha é definida como um dos pontos fortes para o planejamento turístico estadual. Entre os projetos priorizados pela SETUR, o programa turismo cultural destaca-se como uma tipologia turística estratégica para o desenvolvimento do setor.

Este programa possui duas linhas de ações: 1ª) voltada para valorização e potencialização dos elementos culturais relacionados aos imigrantes europeus; 2ª) intenção de divulgar os elementos culturais ligados ao gaúcho.

Conforme a SETUR:

Todo esse patrimônio, a diversidade, a integração num só povo são bens que a sociedade tem o dever de preservar, tanto os materiais como os imateriais. E de impedir a perda da identidade cultural e a degradação dos valores tão bravamente defendidos ao longo desses três séculos. (SETUR, 2010).

Figura 3: Bens culturais pertencentes à cultura italiana



Figura 4: Bens culturais pertencentes à cultura espanhola (Redução de São Miguel das Missões)



Fonte: SETUR

Como percebe-se nas figuras 3 e 4, assim como cenário nacional, o Estado utiliza o discurso da diversidade cultural como instrumento para a produção de produtos culturais, que em grande escala são mercantilizados via setor do turismo.

A SETUR define como principais bens culturais do Rio Grande do Sul: Sítio Arqueológico São Miguel Arcanjo; Centro Histórico de Porto Alegre; Conjunto Arquitetônico de Pelotas; Capitais Farroupilha; Conjunto Arquitetônico de Jaguarão; Conjunto Arquitetônico de Rio Grande; Conjunto Histórico de São Leopoldo; Conjunto Arquitetônico de Antonio Prado. Com estes símbolos materializados, o Estado busca o planejamento do turismo cultural.

Segundo Souza (2005, p. 55):

O turismo cultural pode ser considerado uma forma de exploração turística que privilegia os aspectos culturais, com a exploração e divulgação da cultura, do patrimônio histórico e das diversidades locais. No atual contexto econômico social, em que há um fortalecimento dos vínculos e das identidades locais, as diversidades culturais passam a ser consideradas patrimônio cultural, passíveis de transformação em atrativos turísticos. 55

Nesse contexto:

as identidades socioculturais se reforçam e se particularizam, as tradições e os costumes adquirem novos significados, passando a ser vistos como elementos valiosos na construção de uma imagem diferenciada passível de tornar-se um ícone turístico. (SOUZA, 2005, p. 54).

Segundo Pérez (2009, p. 120), o “turismo é um fenômeno sociocultural complexo que possibilita a turistas e residentes a vivência da alteridade”, pois está constantemente sendo espetacularizado e estereotipado.

O turismo caracteriza-se pela procura de imagens, estas que “costumam estar cheias de idealizações e clichês redutores que não fogem a uma leitura científica crítica”, portanto pode ser interpretado como um processo de construção de imagens culturais sobre os destinos turísticos. (PÉREZ, 2009, p. 54).

Ruíz (2001), ao escrever sobre a trivialidade e transcendência do turismo, salienta que as viagens turísticas funcionam como o uso qualificado do termo ócio. Estes tours vão ao alcance da diferença e de uma realidade modificada.

Segundo Remy (1998, apud RUÍZ 2001, p. 165), o turismo torna-se uma relação secundária no cotidiano social das pessoas.

Esta secundariedade:

cumprir a função de nos outorgar numa oportunidade para a reflexão, para calibrar nossa localização no mundo social e fazer um certo balanço existencial. Prometendo cumprir semelhantes pressupostos, o turismo tece uma trama social alternativa e paralela, proporciona um distanciamento em relação ao que é trivial no mundo social, permite uma escapada efêmera até uma Arcádia provisória, sem conflitos, sem contradições, sem paradoxos. Uma bolha ideal, um cenário preparado para satisfazer os desejos e no qual o indivíduo poderá estar, ao mesmo tempo, tanto longe quanto em casa. (RUÍZ, 2001, p. 165).

A partir desta citação, pode-se refletir entorno de como são produzidos e publicizados os atrativos turísticos. Como descreve Ruíz, o turismo em si busca expor um contexto sem conflitos e contradições, o que traz para o discurso uma visão autêntica e essencializada da cultura, realçando a constante visitação do falso e do banal. Portanto, o planejamento do turismo pode ser descrito pela busca da alteridade.

Para Ruiz (2001), o turismo cultural transmite para a população um mecanismo que permite escapatórias de alienação e de fetichismo, cujo sua

matéria-prima é representação dramatizada, essencializada e estereotipada da cultura.



Figura 5: Elementos culturais pertencentes à cultura gaúcha

Fonte: SETUR

Uma questão instigante sobre as políticas turísticas, diz respeito a como que a SETUR potencializa turisticamente a diversidade cultural num contexto identitário homogêneo, como é a identidade gaúcha¹⁴. A partir da análise do Programa Turismo Cultural (SETUR), nota-se um discurso que busca a integração entre as diversas culturas existentes perante os elementos culturais gaúchos. Esta integração está atualmente regionalizada em onze regiões turísticas, conforme o Programa Regionalização do Turismo do governo federal.

O que se busca com o Programa de Regionalização do Turismo é subsidiar a estruturação e qualificação dessas regiões para que elas possam assumir a responsabilidade pelo seu próprio desenvolvimento, possibilitando a

¹⁴ Como exemplo: ver figura 5.

consolidação de novos roteiros como produtos turísticos rentáveis e com competitividade nos mercados nacional e internacional. (MTUR, 2010).

Este programa possui direcionamentos que visam:

promover o desenvolvimento regionalizado como estratégia de agregação de valores do cidadão, de sua cultura, de suas produções, de seus saberes e fazeres, propiciando a integração de todos os setores econômicos e sociais em prol de um objetivo comum: melhorar a qualidade de vida das populações receptoras e dinamizar a economia do País. (MTUR, 2010).

Segundo Souza (2005), esta estratégia visa à estruturação de produtos e a consolidação de roteiros e destinos a partir dos elementos de identidade de cada região, em função da demanda. No que diz respeito à relação do turismo com as políticas culturais, o programa turismo cultural (SETUR) realiza ações em duas frentes: cenário turístico (projetos relacionados ao patrimônio edificado) e as vivências no Estado (patrimônio imaterial laços familiares, histórias de vida, ofícios, religiosidade, tradição oral).

Portanto, ao analisar as ações turísticas do Rio Grande do Sul, constata-se que as políticas culturais gaúchas naturalizam-se através das políticas turísticas.

Em relação à região turística das Missões Jesuíticas-Guarani, o Estado a define como sendo um espaço de mística, intitulada de “Terra sem males”. A aparição nas Missões de um Patrimônio da Humanidade, no caso as Ruínas de São Miguel Arcanjo, obtém destaque por parte da SETUR. O devido sítio arqueológico é reconhecido pela Secretaria de Turismo como um bem cultural do Estado.

Conhecer as Missões é uma verdadeira viagem no tempo, percorrendo caminhos que contam a história dos Sete Povos. É viajar na magia Guarani e vivenciar os mistérios dessa terra onde se tornou real a Utopia Cristã pela construção em solo gaúcho dos Sete Povos das Missões. Região rica em patrimônios culturais da humanidade que ainda hoje possibilitam a sensação de fazer parte do cenário que unia a antiga província jesuítica do Paraguai, hoje distribuída pelas fronteiras do Mercosul. Pelo caminho, a Rota Missões irá orientar sua visita por esse mundo de magia. Cidades modernas, com um povo orgulhoso de sua história e uma estrutura pronta para receber o visitante tornam cada passo, cada olhar, cada sentimento, coberto pela magia dos povos guaranis que cruzaram esse chão. Tão rica e importante quanto sua história é sua natureza, que encontra sua maior expressão nas águas do Rio Uruguai, percorrendo mais de 150 quilômetros onde balneários, esportes náuticos e pesca esportiva complementam a beleza das barrancas do rio. No interior, propriedades de turismo rural, parques aquáticos, trilhas e agroindústrias possibilitam uma maior integração com essa região, desbravada por imigrantes e fazendo fronteira com a Argentina. A Rota das Missões com sua história, sua imagens

sacras, seus museus e seus prédios que ecoam a narrativa dos grandes feitos do passado e a Rota do Rio Uruguai banhada pelas águas abundantes do orgulhoso limite da fronteira brasileira, abundante em festas, atividades de lazer e natureza, são destinos certos de sua viagem. Viagem pelo tempo, viagem pela força da água do Uruguai, viagem pelo cheiro da natureza e pelo olhar dos herdeiros da grande epopéia jesuítico-guarani. Bem-vindo às Missões. (SETUR, 2010).

Ao expor as festas missioneiras, a SETUR reconhece a existência do tipo social do gaúcho missioneiro, salientando que as mesmas “representam a diversidade dos povos que representam o “gaúcho missioneiro”, são religiosas, étnicas e culturais”. Como principais atrativos da Região das Missões, o governo do Rio Grande do Sul destaca os sítios arqueológicos e os índios Guarani (aldeia *Tekoa Kóénju*), enfatizando que “conhecer as Missões sem ter contato direto com os ‘guarani’ é perder grande parte desta história”.

A questão religiosa também recebe atenção por parte da SETUR. A arte sacra é contemplada no Circuito das Imagens Missioneiras; Religiosidade (Catedral Angelopolitana, Capela do Colégio Verzeri e Santuários); Museus (Santo Ângelo e Casas de Cultura). A arte e o artesanato também materializam elementos identificados com a identidade missioneira, representando “formas iconográficas e a magia do missioneiro”. (SETUR).

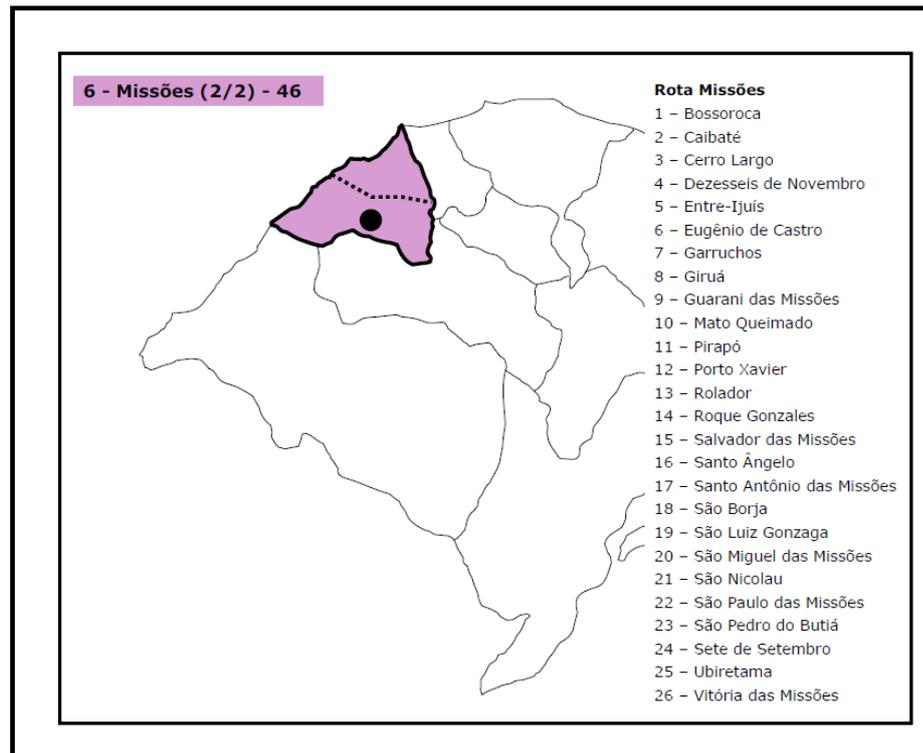


Figura 6: Mapa da regionalização turística das Missões Jesuíticas

Fonte: SETUR

Conforme a regionalização do turismo proposta pelo governo gaúcho, a região turística das Missões é composta por vinte e seis municípios¹⁵. Neste contexto, observa-se através do site eletrônico da SETUR, que as Ruínas de São Miguel Arcanjo e a cidade de Santo Ângelo são as localidades que mais são divulgadas como atrativos missioneiros.¹⁶

¹⁵ Ver figura 6.

¹⁶ O que pode ser observado nas figuras 7 e 8.

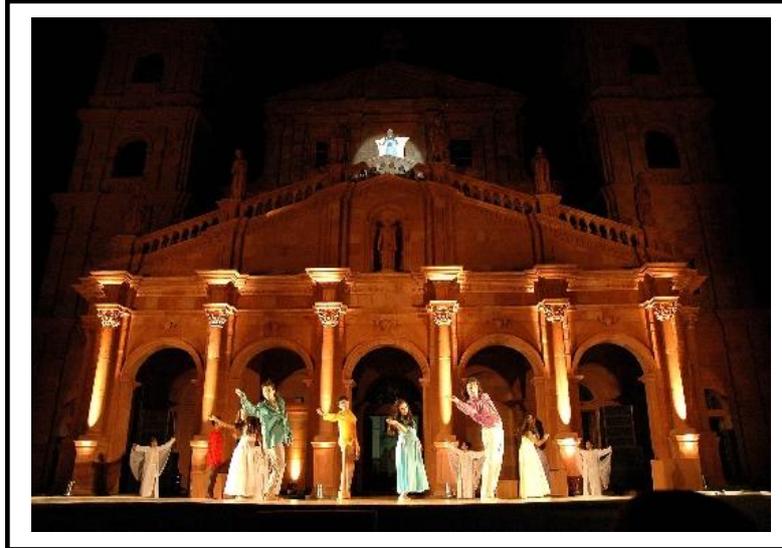


Figura 7: Catedral Angelopolitana de Santo Ângelo

Fonte: SETUR

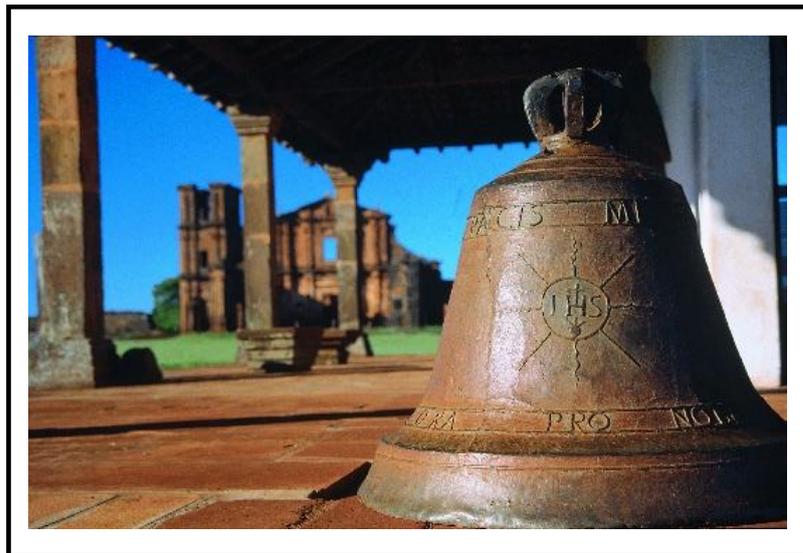


Figura 8: Ruínas de São Miguel das Missões

Fonte: SETUR

Em São Miguel é dado destaque para o espetáculo som e luz¹⁷:

Através deste espetáculo é possível compreender como surgiram, desenvolveram e foram destruídos os 7 Povos das Missões. Com duração de 48 minutos, é apresentado todos os dias ao anoitecer. Foi criado em 12 de outubro de 1978 pelo governo do Estado, atualmente o município de São Miguel das Missões é o responsável pela administração e manutenção. Vários atores famosos fazem parte do espetáculo como: Fernanda Montenegro, Paulo Gracindo, Juca de Oliveira, Armando Bógus, Maria Fernanda entre outros. (SETUR, 2010).

¹⁷ Ver figura 9.

<http://www.saomiguel-rs.com.br>

Espetáculo de Som e Luz

São Miguel das Missões - RS

IPHAN Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

IMPERDÍVEL!
Este espetáculo conta a saga dos padres jesuítas e índios Guarani, habitantes da Região Missioneira nos séculos XVII e XVIII.

Com duração de 48 minutos, o público pode, diariamente, entender o surgimento e o fim do sonho de um povo.

Ministério da Cultura

BRASIL UM PAÍS DE TODOS GOVERNO FEDERAL

espetáculo som e luz apresentações diárias

Apresentação do Espetáculo de Som e Luz diariamente
Horários:
Durante o horário de verão: 21h30min;
fevereiro, março, abril, agosto, setembro, outubro - 20h;
maio, junho, julho - 19h.

Venda de ingressos: 1 hora antes do Espetáculo de Som e Luz

Horário de Visitação no Sítio Arqueológico São Miguel Arcanjo
9h às 12h - 14h às 18h;
Durante o horário de verão: 9h às 12h - 14h às 20h.

Secretaria Mun. de Turismo, Desenvolvimento e Cultura (55) 3381 1294 email:saomiguel.turismo@sol.psi.br

Figura 9: Folder de divulgação do espetáculo Som e Luz de São Miguel das Missões-RS

Fonte: Prefeitura de São Miguel das Missões -RS

O mapa turístico rodoviário do Rio Grande do Sul simboliza a região das Missões através do sítio Arqueológico de São Miguel Arcanjo¹⁸, citando que:

Percorrendo os quatro sítios arqueológicos é possível sentir o que foi a grandiosidade das experiências ali vividas. São registros da saga dos jesuítas para converter a população de índios Guarani à fé cristã e implementar um modelo de convivência coletiva. No Sítio Arqueológico de São Miguel Arcanjo, um dos antigos Sete Povos Jesuítico-Guarani do Rio Grande do Sul, declarado como Patrimônio Histórico-Cultural da Humanidade pela UNESCO, é apresentado todas as noites o Espetáculo de Som e Luz, que narra a saga jesuítica. A natureza também foi generosa com o povo missioneiro: o Rio Uruguai, que delimita as fronteiras do Estado ao norte e oeste, avança para a Argentina, oferecendo belas paisagens, balneários, lazer e atividades náuticas ao longo de seu curso. (SETUR, 2009).

¹⁸ Ver figura 10.



Figura 10: Mapa Turístico do RS

Fonte: SETUR, adaptado pelo autor.

Tanto o governo federal, como o estadual, procuram realçar os atrativos turísticos através de roteiros ou rotas. Entre as rotas consolidadas na região missioneira cita-se: Iguassu – Missões; Rota Missões; Pedras e Águas que Encantam; Águas e Pedras Preciosas.

Conforme o material de divulgação da Rota Missões¹⁹, constata-se um discurso voltado para um apelo religioso e de reconhecimento do tipo social gaúcho missioneiro:

Conheça a Rota Missões. Aqui você encontrará o local da realização da utopia do cristianismo – A Terra sem Males. São atrativos ligados a história, religião, a antropologia, a arqueologia, a culinária, aos espetáculos, as caminhadas e muito mais. Tudo em perfeita harmonia com a natureza e a cultura de diversos povos que compõem o espaço, como os Guarani, os alemães, os poloneses e italianos compondo o tradicional gaúcho missioneiro.

¹⁹ Ver figura 11.



Figura 11: Folder turístico da Rota Missões

Fonte: Rota Missões

Outro roteiro turístico-cultural que é constantemente midiaticado pelos órgãos públicos é o Caminho das Missões. Este trajeto materializa e essencializa a cultura missioneira através de uma narrativa marcada pela alteridade, como se observa no slogan do caminho: “A magia das Missões por seus próprio pés”.²⁰ (CAMINHO DAS MISSÕES).

Das antigas trilhas guaranis, passando pelos caminhos missioneiros e depois as velhas estradas dos tropeiros é que se orientou e traçou o caminho que ora se apresenta como uma jornada, seja de peregrinação mística, tradição, lazer, pesquisa ou esporte. O percurso indicado, segue naturalmente a mesma orientação dos antigos caminhos missioneiros – hoje relativamente modificadas pela ação do homem e suas necessidades de

²⁰ Ver figura 12.

exploração do espaço – segue também, pontos de interesse que servem como referenciais históricos e místicos para o caminhante. (CAMINHO DAS MISSÕES).

O folder ainda discorre que:

Muito mais que um passeio turístico, o Caminho das Missões é um roteiro interativo, onde a superação dos desafios pessoais proporcionam uma experiência inigualável de liberdade e auto-conhecimento, abrindo nova dimensão na busca do crescimento interior, da realização profissional, do conhecimento histórico, da integração com o meio e com o outro. (CAMINHO DAS MISSÕES).



Figura 12: Folder turístico do Caminho das Missões

Fonte: Caminho das Missões

No decorrer deste sub-capítulo, foi possível compreender como o Estado do Rio Grande do Sul organizou e institucionalizou suas políticas culturais. Neste processo de planejamento cultural se identificou duas fases de atuação do governo estadual: a primeira voltada para a valorização restritiva da cultura gaúcha até o

início da década de 1980, e a fase anterior que procurou valorizar a diversidade cultural sul-riograndense.

No que diz respeito à execução de projetos culturais, cabe comentar que na década de 1920 a região missioneira localizada na margem esquerda do Rio Uruguai foi à primeira área do estado a receber uma ação planejada na área da cultura.

Como foi visto anteriormente, o território ocupado atualmente pelas Missões Jesuítico-Guarani é considerada uma região turística. Esta busca pela potencialização de atrativos regionais vem materializando e estereotipando a cultura missioneira, o que traz para o cenário à interrogativa: como vem sendo construída a identidade missioneira?

3 A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE MISSIONEIRA NO RIO GRANDE DO SUL

O objetivo deste capítulo é analisar o processo de construção das narrativas da identidade missioneira nas políticas culturais e suas estratégias para o desenvolvimento da região das Missões do Rio Grande do Sul. A partir da análise do processo de construção da identidade missioneira, procurou-se problematizar as categorias cultura e identidade nas políticas públicas, bem como a utilização dessas categorias para o planejamento das políticas culturais da região. Para tanto, organizamos o capítulo em três partes: Análise das narrativas acerca do tipo missioneiro; Políticas turísticas e culturais; e Análise estratégica e Cultural das Políticas Culturais missioneiras.

3.1 Análise das narrativas acerca do tipo missioneiro

3.1.1 Historiografia missioneira

Conforme diversos estudos, a chegada dos índios Guarani no Rio Grande do Sul está relacionada à migração de índios *Tupi-guarani* da região amazônica, ocorrida há mais de 2000 anos. (Ramos, 2006).

Segundo Ramos (2006, p. 3), “quando analisamos o processo migratório guarani, além da busca por melhores terras para aplicação de sua horticultura de subsistência, cabe-nos analisar um ponto particular da cultura desse povo, que se expressa na crença da busca de uma Terra-sem-mal, ou *Ivy-Marae*, na língua *Guarani*”.

De acordo com Meliá (1988 apud CUSTÓDIO, p. 4):

Eles vão em busca da *terra sem mal*. “A terra sem mal é antes de tudo a terra boa, fácil de ser cultivada, produtiva, suficiente e amena, tranqüila e aprazível, onde os Guaranis podem viver em plenitude seu modo de ser autêntico”.

Os Guarani se destacavam pela sua organização religiosa, familiar, artística e tecnológica. Ramos (2006, p. 5) ensina que a chegada dos guarani da região de entorno do Rio Uruguai e de Ijuí “provocaram um intercâmbio tanto na cultura quanto na economia com as populações já fixadas nestas terras (os Kaingang, Charrua e Minuano)”.

A conquista e a colonização dos espanhóis na América buscavam a evangelização e a civilização dos povos aborígenes que habitam o território americano. Nesse processo, os padres jesuítas foram “peças” fundamentais para a consolidação das chamadas Reduções Jesuítico-Guarani, pois representavam a monarquia espanhola no trabalho, catequização e pacificação dos índios guaranis.

Segundo Gutierrez (1987, p.9), as reduções eram “núcleos urbanos onde se reduziam os indígenas de parcialidades afins que viviam dispersos em áreas rurais. Sua finalidade essencial estava em assegurar a concentração de maneira a possibilitar uma aprendizagem eficaz da doutrina em um rigoroso controle tributário”. Conforme Neumann (1996, p. 50) a “redução foi à maneira (método) de empreender a Missão”.

As Reduções Jesuítico-Guarani foram instaladas na América do Sul durante os séculos XVII e XVIII. Seu processo de fundação foi através de dois ciclos fundacionais que contribuíram para a constituição de trinta povoados missioneiros da Província Jesuítica do Paraguai.

No primeiro ciclo foram fundadas reduções na Argentina, Paraguai, Brasil e Uruguai. No segundo ciclo, consolidou-se a fundação na banda oriental do Rio Uruguai dos chamados “Sete Povos das Missões”, hoje em território gaúcho. Entre os povoados missioneiros citam-se: São Francisco de Borja (1682), São Nicolau (1687), São Luiz Gonzaga (1687), São Miguel Arcanjo (1687), São Lourenço Mártir (1690), São João Batista (1697) e Santo Ângelo Custódio (1706)²¹.

²¹ Ver figura 13.



Figura 13: Localização das Reduções Jesuítico-Guarani

Fonte: Itinerários do Mercosul, 2009.

A definição de um território específico para a instalação de um povoado reducional passava por critérios geográficos e estratégicos. Gutierrez (1987, p.16) traz algumas prioridades dos jesuítas no agrupamento dos índios, onde iam “ocupando as bacias fluviais e selecionado com cuidado os locais para assentamento, buscando pontos altos de clima benigno, fácil acesso e defesa, abastecidos de água e madeira”.

Entre as trinta reduções existia um modelo alternativo de planejamento para a integração do indígena, que conforme as potencialidades de cada local (recursos naturais, terras para cultivos e localização geográfica), somado ao esforço coletivo de cada missão, levaram à definição das características produtivas e grau de desenvolvimento de cada povoado missioneiro. (GUTIERREZ, 1987).

Portanto, haviam povoados que se destacavam em diversas atividades, como na pecuária, na produção de erva-mate, no algodão, nas oficinas artesanais, entre outros.

Esta designação de tarefas marcou, sem dúvidas, as formas de produção e organização de cada povoado mas, ao mesmo tempo, não determinou uma

singularidade tal que afastasse cada um deles do Plano Geral Urbano adotado para seu estabelecimento depois de um sistema pragmático de tentativa/ erro que acabava de consolidar a tipologia em fins do século XVII. (GUTIÉRREZ, 1987, p. 14).

Conforme Neumann (1996, p. 52):

As reduções apresentavam instalações com funções diversas, tendo em seu traçado uma praça central de onde saíam quatro ruas principais, destinadas à circulação da população missioneira. É em função da praça e da Igreja, prédio de maior destaque no cenário missioneiro, que as demais edificações estavam orientadas. O eixo principal da redução, plotado sobre uma das faces da praça maior, estava composto por alguns prédios localizados nas laterais da Igreja. Cada redução possuía um cemitério localizado à direita ou à esquerda da Igreja, estando o claustro dos padres situado no lado oposto ao do cemitério. O pátio dos artífices, onde se encontravam as oficinas missioneiras, ladeava o claustro²².

Neste contexto salienta-se que:

A proposta jesuítica se perfila como uma alternativa integral de formas de vida, que implica, por um lado, hierarquização de certos traços culturais do indígena e, por outro, aculturação daquelas formas contraditórias com a vigência dos princípios cristãos. Esta proposta é integral, por que inclui as formas de organização social, a divisão do trabalho, o controle dos meios de produção, a planificação do uso do solo e a própria estrutura dos assentamentos urbanos e territoriais. (GUTIÉRREZ, 1987, p. 15).

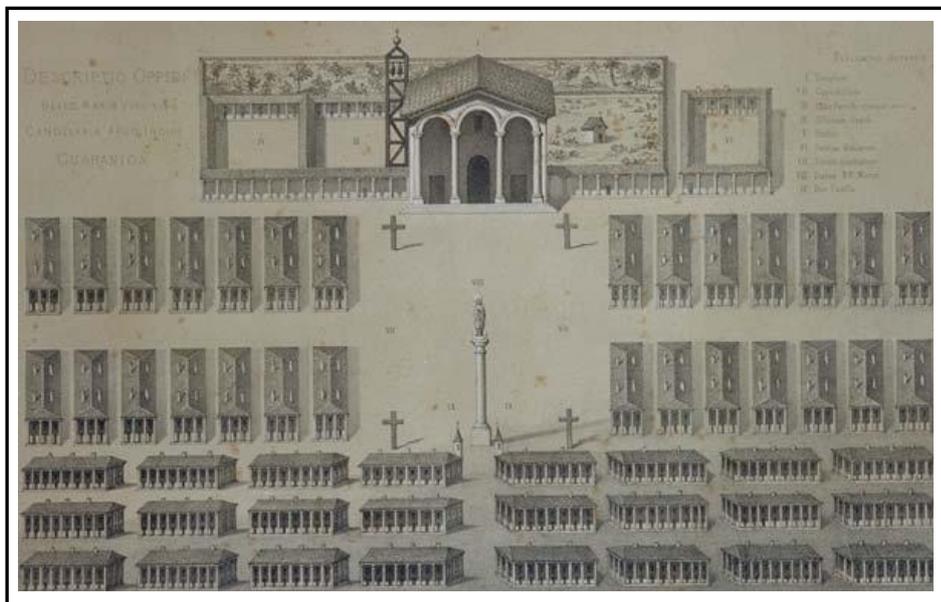


Figura 14: Plano Urbano Reducional

Fonte: CUSTÓDIO, Luis Antônio.

²² Ver figura 14.

Os núcleos iniciais de cada redução eram constituídos por cerca de 300 indígenas. Em algumas situações, a população podia chegar até 8.000 habitantes. Em cada redução havia dois padres. Um era responsável pelos serviços religiosos, enquanto o outro organizava as atividades cotidianas. (CUSTÓDIO; GUTIÉRREZ, 1987).

De acordo com Kern (1991, p. 96), “os Trinta Povos se transformaram em pequenas, incipientes a laboriosas cidades, com um total de aproximadamente 150.000 indígenas Guaranis”.

Segundo Gutiérrez (1987, p. 16), “na estruturação do sistema de ocupação territorial, as missões se projetam no traçado de notáveis caminhos, na instalação de postos e capelas, canais e zonas de reserva florestal, de pesca, etc”.

Cabe comentar que nos planos urbanos reducionais era de vital importância a composição de espaços que valorizassem as formas ideológicas do Barroco. O fenômeno urbano e arquitetônico das reduções foi uma resposta a uma realidade cultural e ambiental precisas. (POENITZ, 2005).

A formação cultural e artística dos guarani era uma característica que chamava a atenção no contexto das reduções jesuíticas. A proposta de integração cultural posta em prática pelos jesuítas tendeu a desenvolver as capacidades intrínsecas ao indígena no plano artístico.

No que se refere ao desenvolvimento cultural-artístico Guarani, Gutiérrez (1987) ensina que as formas musicais de canto, de dança, de fabricação e de execução de instrumentos, era algo que enchia de admiração a quem pudesse ver e escutar tais manifestações.

A escultura alcançou um maior grau de desenvolvimento do que a pintura. Nesse contexto observava-se uma simbiose cultural que misturava representações da iconografia cristã, representações mitológicas e experiências da fauna e da flora. Na atualidade, ainda é possível visualizar um conjunto de imagens sacras missioneiras que mostram a riqueza de detalhes que foram utilizadas nas oficinas artesanais do período reducional. (GUTIÉRREZ, 1987).

Conforme Maurer e Colvero (2009, p. 4336), a Redução de São Francisco de Borja destacou-se pela “riqueza da estatuária missioneira que equiparou-se, na época, com os grandes centros de produção da Europa”. Um jesuíta que é

reconhecido pela sua grande contribuição à arte missioneira foi irmão Brasanelli. Este foi responsável pela verdadeira revolução barroca na arquitetura missioneira (SUSTERSIC, 2005).

Las tallas inspiradas por Brasanelli también se hallan dispersas por todo la región guaraní-misionera, lo que conduce a desterrar aquella concepción del “arte de los Siete Pueblos” o el “arte paraguayo de las Misiones”. Era un arte único, guaraní-misionero con sus mínimas particularidades en cada uno de los pueblos. (SUSTERSIC, 2005, p. 6).

Para Maurer e Colvero (2009, p. 4335), “Brasanelli foi tão importante para o desenvolvimento artístico na América Meridional, que muitos estudiosos, sintetizaram-no como o maior artista que havia existido entre os Trinta Povos do Projeto da Companhia de Jesus, entre os séculos XVII e XVIII”.

Fleck (2004), ao refletir sobre a historiografia produzida sobre as missões, comenta que além dos estudos nos oferecerem visões estereotipadas dos indígenas Guaranis, os historiadores têm se limitado, geralmente, a repetir e narrar descrições dos pensadores da época. Conforme Quevedo (1997, p. 17), é preciso pensar as Missões através de uma matriz dinâmica, visto que muitas escritas expõem uma “idéia estática, de imobilidade, cristalizando, no tempo e no espaço, a ação missionária”.

As afirmações de Fleck e Quevedo trazem para a discussão como que a história e a cultura missioneira são essencializadas e vistas através de uma ótica imutável. Como vimos anteriormente, a construção identitária busca nos antecedentes históricos, elementos para a criação de símbolos e discursos. Estas reflexões permitem analisar como que a identidade missioneira é construída. Segundo Woodward (2000), a identidade passa a ser vista por uma visão essencialista quando é definida como sendo um conjunto cristalizado, autêntico, que não se alteram ao longo do tempo, ou seja, é vista como fixa e imutável.

Portanto, nota-se nas escritas missioneiras um discurso de naturalização da história. Silva (2000) argumenta que a identidade e diferença são criadas a partir do discurso:

Dizer que são resultado de atos de criação significa dizer não são “elementos” da natureza, que não são essências, que não são coisas que estejam simplesmente aí, a espera de serem reveladas ou descobertas, respeitadas ou toleradas. A identidade e a diferença têm que ser ativamente produzidas. Elas não são criaturas do mundo natural ou de um mundo

transcendental, mas do mundo natural e social. Somos nós que as fabricamos, no contexto de relações culturais e sociais. A identidade e a diferença são criações sociais e culturais. (2000, p. 76).

Segundo Ramos (2006), o processo de povoamento da Região Missioneira pode ser descrito em três fases de ocupação: primeira fase (ocupação das etnias Guarani, Kaingang, Charrua); segunda fase (marcada pelo domínio econômico e cultural de portugueses e espanhóis); terceira fase (entrada de colonizadores alemães, italianos, russos e poloneses, entre outros)²³.

Como descreve Ramos, a região das Missões no Rio Grande do Sul passou ao longo de seu processo de povoamento por um processo de miscigenação étnico-cultural que gerou algumas alterações nas atividades socioeconômicas regionais. Portanto, observa-se que os resquícios do período reducional juntamente com os elementos culturais europeus são fatores que contribuíram para a construção de uma identidade regional, que é representada através de elementos materializados e simbolizados no Patrimônio Histórico e Cultural.

3.1.2 Patrimônio missioneiro

A região missioneira possui bens patrimoniais relacionados ao próprio período reducional, cultura gaúcha e culturas européias.

A cultura materializada e os resquícios do período reducional estão representados em maior escala no entorno dos quatro sítios arqueológicos (São João Batista, São Lourenço, São Miguel Arcanjo e São Nicolau). Estes sítios são reconhecidos atualmente como Parque Histórico Nacional das Missões.

Segundo Pommer (2008, p. 11):

O repovoamento da região, em função da atração que as terras férteis da área exerciam, na segunda metade do século XX, contribuiu para aumentar a destruição do patrimônio paisagístico e arquitetônico das antigas reduções, como se deu em São Luiz Gonzaga, São Borja e Santo Ângelo. De outra parte as áreas que se mantiveram um povoamento rarefeito no

²³ Fase está que vai definir as características étnico-culturais da região hoje.

século XIX e parte do século XX, foram aquelas que tais remanescentes materiais sofreram menores efeitos da ação antrópica.

Procurando saber detalhadamente sobre os remanescentes missioneiros, teve início no ano de 2006, o Programa de Cooperação Instituto Andaluz de Patrimônio Histórico (Sevilla-Espanha) e o Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IAPH-IPHAN). A primeira etapa do devido programa foi executado pelo projeto “Levantamento de Elementos do Patrimônio Turístico-Cultural da Região Missioneira”. Esse estudo pode ser considerado a principal ação de identificação, tanto de bens patrimoniais materiais, como imateriais das Missões.

Conforme Villegas:

O Patrimônio Cultural da região das Missões apresenta-se em primeira instância como o legado deixado pelos Guarani e os Jesuítas nas reduções. São um sem número de sítios Arqueológicos espalhados por toda a região, quatro deles reconhecidos como Patrimônio. Partindo de São Miguel Arcanjo, declarado Patrimônio Nacional em 1938 e da Humanidade em 1983, São João Batista, São Lourenço Mártir e São Nicolau declarados Patrimônio Nacional em 1970. (2008, p. 9).

Ao contextualizar a Região das Missões Jesuítico-Guarani, Villegas descreve que:

Viver nas Missões e falar delas é rememorar os povos mágicos e cenários de natureza exuberante nos quais as comunidades têm conservado seus testemunhos nos sítios arqueológicos, ruínas, imagens sacras, utensílios, alimentos e costumes. Não entanto, falar de Missões também é falar de cidades e comunidades que foram fundadas por povos diferentes dos guarani e jesuítas. Europeus chegados ao Brasil por diversas razões e seus descendentes, que ocuparam os territórios das antigas Reduções, formaram novas comunidades que tem conservado tradições, celebrações religiosas, arquitetura, artesanato e que por diversos fatores do tipo social, econômico e cultural estão em um preocupante processo de estagnação e alteração de sua arquitetura e estrutura urbana. (2008, p. 3).

De acordo com o levantamento realizado pelo IPHAN-IAPH e URI, a região missioneira possui uma diversidade de monumentos²⁴ (quatro sítios arqueológicos; igrejas; arquitetura funerária²⁵; monumentos simbolizando o período missioneiro;

²⁴ Conforme a Carta de 1972 da UNESCO (Convenção para a proteção do patrimônio mundial, cultural e natural), são definidos como monumentos (obras arquitetônicas, de esculturas, de pinturas, elementos de caráter arqueológicos, inscrições, grutas).

²⁵ Destaque para São Borja que possui o mausoléu de Getúlio Vargas e os túmulos de João Goulrat e Leonel Brizola.

imóveis com variados estilos arquitetônicos²⁶; grande quantidade de estatuárias com estilo barroco).

Cabe comentar que entre os bens materiais móveis encontrados nas Missões, destaca-se um número expressivo de instituições culturais com acervo diversificado sobre a cultura missioneira e de diversas etnias, como museus, bibliotecas, arquivos históricos. Nesse caso, observa-se em Santo Ângelo (Museu Olavo Machado), São Miguel (Museus das Missões), São Luis Gonzaga (Museu Pinheiro Machado).

Pinto (2010, p. 5) chama a atenção para a presença de instituições museológicas no município de São Borja-RS:

A presença de museus chama a atenção para uma cidade com apenas 70 mil habitantes, chegam à totalidade de seis (Museu João Goulart, Getúlio Vargas, da Fazenda do Itú, Guerra do Paraguai, Ergológico de Estância – Os Angüeras e museu municipal Apparício Silva Rillo - Missioneiro).

O local que possui a principal coleção arqueológica das Missões é o escritório do IPHAN, em São Miguel das Missões. Em relação às coleções documentais e bibliográficas, o CCM (Centro de Cultura Missioneira), localizado na URI-Santo Ângelo, destaca-se por possuir um acervo variado²⁷.

Conforme o Decreto 3.551/ 2000, que instituiu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial, são considerados bens imateriais do patrimônio brasileiro àqueles que forem registrados nos seguintes livros tomos: livro de registro de saberes (contempla os conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades); livro de registro das celebrações (contempla os rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social); livro de registro de formas de expressão (manifestações literárias; musicais, plásticas, cênicas e lúdicas); livro de registro de lugares (mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas).

No que se refere ao patrimônio imaterial missioneiro, as festas e celebrações destacam-se pela quantidade e diversidade de ocorrências, como: gauchescas;

²⁶ Visualiza-se um legado arquitetônico construído pelos descendentes de alemães, italianos e poloneses entre outros, constituído em sua maioria por conjuntos de edificações e paisagens que lembram a influência européia na arquitetura.

²⁷ Como: Obras bibliográficas, teses, dissertações, monografias, entre outros.

religiosas²⁸; étnicas²⁹; naturais; agropecuárias; artísticas³⁰; culturais; gastronômicas³¹; natalinas.

Os principais rituais são visualizados na comunidade *Mbya-Guarani* de São Miguel das Missões. Entre os espaços de práticas culturais coletivas, salientam-se os grupos de dança, música, orquestras (germânicas; polonesas; *Mbya-Guarani*, italianas, afro-descendentes), teatro, pintura, artes plásticas e visuais missioneiras.

Já as formas de expressão identificadas nas Missões, como literatura, musicalidade, artes cênicas, artes plásticas, voltam-se para a essencialização e estereotipia da cultura missioneira.

Neste sentido, constantemente entra em cena o discurso do tipo social do gaúcho missioneiro, da figura mítica de Sepé Tiaraju, exaltação de lendas³², contos. Como a população da região está miscigenada etnicamente, torna-se oportuno salientar que também ocorrem outros tipos de expressão no que se refere à cultura: a pampiana, manifestações culturais dos descendentes europeus, guaranis e afro-descendentes.

²⁸ Citam-se: as procissões religiosas que marcam atos de fé em santos ou padres relacionados ao período reducional (São Francisco de Borja e São João Batista em São Borja; Roque Gozáles; procissão do Caaró em Caibaté, entre outras).

²⁹ Festas alemãs (bailes do Chopp; Oktoberfest; festa da cuca e da lingüiça).

³⁰ Os festivais musicais destacam-se na região.

³¹ Exemplos: Degusta Missões e Cidades das Tortas (Santo Ângelo); Baile do Chopp.

³² Entre as lendas que são reproduzidas cita-se: Lenda da erva-mate; lenda do milho; lenda da cobra grande, entre outras.

Patrimônio material

Figura 15: Casa de João Goulart (São Borja). Arquitetura eclética



Fonte: Prefeitura de São Borja

Figura 16: Arquitetura alemã em Cerro Largo-RS



Fonte: IPHAN; IPHAE; URI, 2008

Figura 17: Sítio Arqueológico de São Miguel Arcanjo



Fonte: Rota Missões

Figura 18: Catedral de Santo Ângelo



Fonte: Elaboração própria



Figura 19: Estatuária missioneira

Fonte: Elaboração própria

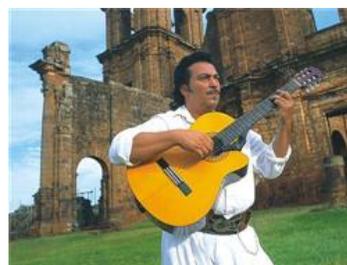
Patrimônio Imaterial

Figura 20: Grupo Musical da Comunidade Mbya-Guarani de São Miguel



Fonte: Rota Missões

Figura 22: Músico missioneiro Pedro Ortaça



Fonte: Portalg10

Figura 24: Procissão de São João Batista – São Borja



Fonte: Elaboração própria

Figura 21: Festival Musical nativista Ronda de São Pedro – São Borja



Fonte: Org. do festival

Figura 23: Grupo de dança alemã de Cerro Largo-RS



Fonte: Prefeitura de Cerro Largo

Patrimônio Natural

Figura 25: Fonte missioneira de São João Batista em São Borja



Fonte: Elaboração própria

Figura 26: Rio Uruguai



Fonte: Elaboração própria

Figura 27: Fonte missioneira de São Miguel Arcanjo



Fonte: Elaboração própria

Em relação aos modos de fazer, enraizados no cotidiano da comunidade regional, observa-se que foram criados nos últimos anos, diversos produtos turísticos que visam potencializar o artesanato³³ e a gastronomia³⁴ missioneira como atrativos típicos. Muitos escultores ainda procuram reproduzir elementos culturais identificados com o período reducional³⁵. Em geral, esses modos estão relacionados aos modos de fazer identificados com as manifestações culturais gaúchas. Claro que “misturada” com as características culturais das diversas etnias.

No que diz respeito aos lugares onde se concentram e são reproduzidas as práticas culturais regionais, os sítios arqueológicos assumem “papel” central na difusão da cultura missioneira. O sítio de São Miguel Arcanjo recebe tratamento diferenciado, tanto no planejamento turístico, como cultural. Outro “corredor” cultural é a praça de Santo Ângelo. O local foi revitalizado nos últimos anos de forma a melhor se integrar e difundir à rua missioneira³⁶ (localizada ao lado da praça) e à Catedral Angelopolitana de São Ângelo. Na região também se pode expor o Cais do Porto de São Borja; clubes e entidades tradicionalistas e étnicas.

Conforme Gutierrez, a instalação de um povoado Jesuítico-Guarani era influenciado por critérios geográficos. As áreas que foram definidas para a fundação dos “Sete Povos das Missões” e, atualmente fazem parte da área territorial da Região das Missões, está no entorno do Rio Uruguai e de seus afluentes como o Rio *Ijuí*, *Comandá*, entre outros.

Pela preservação e conservação que vem ocorrendo desde a década 1920, as áreas dos sítios arqueológicos possuem um sistema natural conservado, que constantemente vem sendo planejado como parte integrante do Patrimônio missioneiro. A vegetação pampiana e as fontes naturais missioneiras são áreas naturais que também podem ser consideradas parte integrante do Patrimônio natural regional. Cabe comentar que estes elementos naturais possuem relação com a história e a cultura das Missões, gerando significados e sentidos à população regional.

³³ Entre os produtos artesanais visualiza-se a utilização da madeira (confeção de animais, Cruz de Lorena, simbolização das reduções) entre outros.

³⁴ Foram planejados eventos gastronômicos denominados missioneiros como por exemplo: Degusta Missões e Cidade das tortas (Santo Ângelo)

³⁵ Utilizam a pedra arenito e argila para representar as reduções.

³⁶ Rua que permanece com a mesma estrutura da antiga Redução de Santo Ângelo Custódio.

3.1.3 Discurso identitário e tradições missioneiras

Como foi exposto anteriormente, são inúmeros os elementos que simbolizam o Patrimônio Histórico e cultural das Missões. Esses chamados bens culturais, constantemente são representados através do discursivo de pertencimento à identidade missioneira.

A visão passada pelas narrativas missioneiras, assim como muitas outras pesquisas, trabalhos históricos, antropológicos e sociológicos, vem instrumentalizando as categorias cultura e identidade a partir de uma perspectiva essencialista (voltada para naturalização da história, ou seja, acaba gerando um sentido materializado para os elementos sociais, relacionados ao contexto missioneiro).

A concepção de identidade, a partir de uma matriz essencialista, legitima narrativas, pois cria condições para resistência às mudanças sociais, ou seja, justificam uma objetividade identitária através da etnia, herança histórica ou genealógica. (SILVA, 2005).

Conforme Silva (2005, p. 4), os essencialistas “entendem que a cultura é algo que pode ser carregado na bagagem como um conjunto de valores e tradições monolíticas reproduzíveis em qualquer espaço-tempo”.

Cuche (2002, p. 178) afirma que:

Esta representação quase genética da identidade que serve de apoio para as ideologias do enraizamento, leva à “naturalização” da vinculação cultural. Em outras palavras, a identidade seria preexistente ao indivíduo que não teria alternativa senão aderir a ela, sob o risco de se tornar um marginal, um “desenraizado”. Vista desta maneira, a identidade é uma essência impossibilitada de evoluir e sobre a qual o indivíduo ou grupo não tem nenhuma influência.¹⁷⁸

Contrapondo a visão essencialista, Baumam define que:

O pertencimento e a identidade não tem solidez de uma rocha, não são garantidos para toda a vida, são bastante negociáveis e revogáveis, e de que as decisões que o próprio indivíduo toma, os caminhos que percorre, a

meneira como age e a determinação de se manter firme a tudo isso – são fatores cruciais tanto para o “pertencimento” quanto para a “identidade”. Em outras palavras, a idéia de “ter uma identidade não vai ocorrer às pessoas enquanto o “pertencimento” continuar sendo o seu destino, uma condição sem alternativa. Só começarão a ter essa idéia na forma de uma tarefa a ser realizada, e realizada vezes e vezes sem conta, e não de um só tacada. (2005, p. 18).

A reflexão citada por Baumam reforça a teoria de que as identidades são cambiantes. Neste sentido, cabe comentar que este mundo pós-moderno vem contribuindo para que as identidades tornem-se fragmentadas ou deslocadas, o que Hall (2003) define como deslocamento ou descentração do sujeito.

De acordo com Hall (2003, p. 12), “o próprio processo de identificação, através do qual nos projetamos em nossas identidades culturais, tornou-se mais provisório, variável e problemático”.

Esse processo produz o sujeito pós-moderno, conceptualizado como não tendo identidade fixa, essencial ou permanente. A identidade torna-se uma “celebração móvel”: transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam. (HALL, 2003, p. 13).

No que tange às narrativas missioneiras, Nagel expõe que:

Entre a gama de representações das Missões, originadas sobretudo a partir dos remanescentes arquitetônicos e artísticos dos Sete Povos das Missões, encontramos uma vasta produção folclórica, literária, teatral, cinematográfica e artística, de um modo geral, que têm como referência a própria história da região.. (2004, p. 37).

Nas últimas décadas a musicalidade tornou-se uma das principais manifestações culturais de construção das narrativas missioneiras. As composições musicais destacam-se pela exaltação e exposição do tipo social do gaúcho missioneiro³⁷.

Conforme Pommer (2008), a construção da identidade missioneira pode ser considerada uma resposta ao processo de uniformização cultural e econômica imposta na metade da década de 1970, tanto no âmbito nacional, como no estadual.

Neste período, o Estado do Rio Grande do Sul possuía como principal política

³⁷ Entre os principais músicos e grupos musicais missioneiros destaca-se: Pedro Ortaça, Noel Guarani, grupo os Maica (Santo Ângelo) e os *Angüeras* (São Borja).

cultural a difusão e valorização do gauchismo. Fator esse que provocou a reação missioneira de produzir sua identidade regional.

Através deste movimento foi organizado a noção do tipo social do gaúcho missioneiro como elemento-símbolo para constituição da devida identidade cultural. (POMMER, 2008).

Pommer (2008, p. 57) descreve a diferença do gaúcho missioneiro para o gaúcho da campanha:

A principal diferença em relação ao gaúcho da campanha possa ser explicada pelo uso de referências ao passado reducional, apresentado para ser seu, e que elabora uma relação muito peculiar com a terra. Um exemplo de tradição, criada por esta relação está na Romaria da Terra, promoção de caminhadas a partir desta idéia. 57

Brum (2006, p. 7) comenta que:

A história das Missões passa a ser interiorizada como mito e as construções de sentido conferidas à figura de Sepé Tiaraju ocorrem com base em um código regional comprometido com a afirmação do gaúcho, originário das Missões e descendente do índio Sepé.

Discursivamente, além da representação musical, o gaúcho missioneiro é simbolizado também em contos, lendas, poesias. Como principal característica desse tipo social, nota-se a forte ligação regional e a defesa da terra como propriedade histórico-cultural. (POMMER, 2008).

Como já foi observado, a construção identitária é relacional. Sua produção constitui-se por uma relação binária (nós/eles), marcada pela diferença.

Woodward (2000, p. 39) afirma que na construção da identidade a “marcação da diferença ocorre tanto por meio de sistemas simbólicos de representação quanto por meio de formas de exclusão social”.

A partir desta percepção, é possível afirmar que uma identidade é produzida em relação à outra. No caso da identidade missioneira, é possível observar que sua construção, num primeiro momento, esteve relacionada à consolidação da identidade gaúcha no Estado do Rio Grande do Sul.

Segundo Derrida (2001, p.32):

O jogo das diferenças supõe, de fato, sínteses e remessas que impedem, em algum momento, em algum sentido, um elemento simples esteja presente em si mesmo e remeta apenas a si mesmo. Seja na ordem do

discurso falado, seja na ordem do discurso escrito, nenhum elemento pode funcionar como signo sem remeter a um outro elemento, o qual, ele próprio, não está simplesmente presente.

Portanto, a diferença pode ser considerada como “um produto derivado da identidade. Nesta perspectiva, a identidade é a referência, é o ponto original relativamente ao qual se define a diferença”. (SILVA, 2000, p. 76).

A região das Missões caracteriza-se por possuir um número considerável de músicos e festivais identificados com a temática missioneira. Um dos músicos da região mais reconhecidos no cenário nacional é Pedro Ortaça. O artista em questão, pelo seu estilo musical nativista, está identificado com o tipo social do gaúcho missioneiro.

Nas composições musicais de Pedro Ortaça, observa-se um discurso de pertencimento e reconhecimento da identidade missioneira. Ao longo de suas músicas é freqüente a narrativa naturalizada da história regional, onde a citação de símbolos e tradições relacionadas às Missões é uma constante. O sentido desse discurso pode ser interpretado através da música herança missioneira, de autoria do artista supracitado:

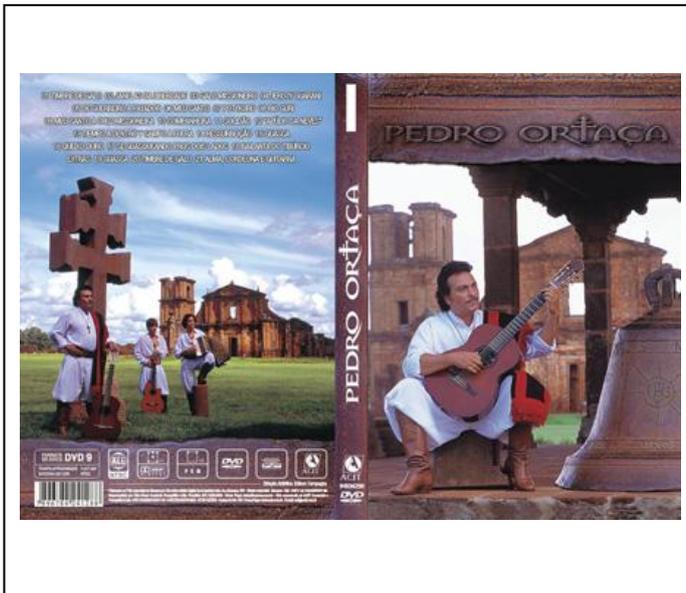


Figura 28: Discografia de Pedro Ortaça

Fonte: Portalg10

Herança missioneira Autoria: Pedro Ortaça

Cada vez que canto em qualquer parte deste mundo
minha voz de touro arranca leivas de capim
escravo da terra herança índia e missioneira
que os meus avós um dia deixaram para mim.
uma cruz de quatro braços foi sinuelo
Tupã reinava nas missões pão e fartura
trigo de charque e também nunca faltava
a comunhão do mate bueno da ternura.
depois veio a ganância de além-mar
povalinos olhos que ainda ecoam por aqui
cambeando a sorte empapando a hóstia da paz
com o sangue rubro do meu povo guarany
por isso canto e te encanta este meu canto
pois nos meus versos retumba um estrivilho
sou missioneiro viverei eternamente
cantando a terra na garganta dos meus filhos.

Outro corpu discursivo que produz enunciados sobre a identidade missioneira são os jornais. No artigo “Realmente nós Somos Diferentes!”, publicado no Jornal “A Folha de São Borja” de 11 de março de 2000, nota-se uma escrita marcada pela exaltação da diferença missioneira perante outras localidades do Estado do Rio Grande do Sul:

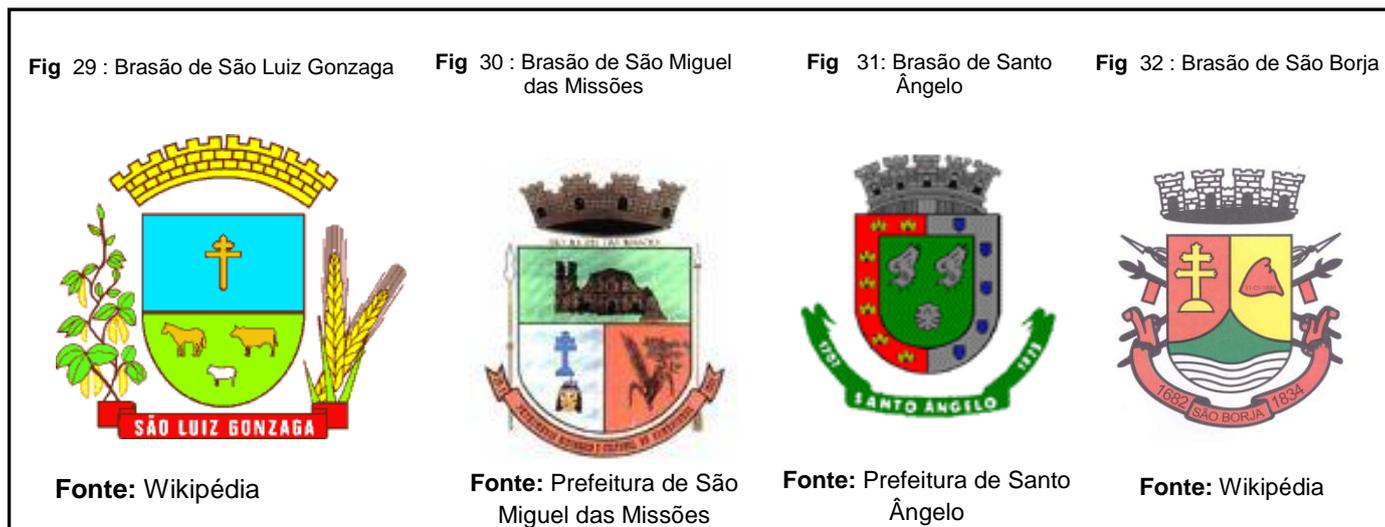
Tenho quase convicção de que este pedaço fronteiriço/missioneiro do RS diferencia-se dos demais em relação à capacidade de produção da arte. Junto a impressão á de observadores de fora e a tese em comum que compartilhamos é de que, por alguma razão ancestral, histórica ou cultural, estamos investidos de fluídos e magnetismos que nos distinguem no cenário gaúcho, particularmente no que se refere à literatura, à poesia e à música nativas[...].

Esta busca, pela diferença das Missões em relação ao Estado, também é notada no âmbito micro-regional. Em muitos discursos e símbolos dos municípios missioneiros são expostas narrativas que deixam transparecer uma disputa para ver qual a municipalidade regional é mais missioneira. Como exemplo, pode-se citar:

- Santo Ângelo: “Capital das Missões”;
- São Borja: “Primeiro dos Sete Povos das Missões”
- São Nicolau: “Porteira do Rio Grande”

- São Luiz Gonzaga: “Sepé Tiaraju: São-luizense e missioneiro”;

Em relação às simbologias, à grande maioria das municipalidades missioneiras simbolizam o período reducional em seus brasões, inserindo elementos como: a cruz de Lorena; reduções; índios guaranis; economia (produção de erva-mate; datas de fundação das reduções, relação com as coroas espanhola e portuguesa, entre outros. (ver figuras abaixo).



Segundo Cuche (2002, p. 178):

Aqueles que integram a cultura a uma “segunda natureza”, que recebemos como herança e da qual não podemos escapar, concebem a identidade como um dado que definiria de uma vez por todas o indivíduo e que o marcaria de maneira quase indelével. Nesta perspectiva, a identidade cultural remeteria necessariamente ao grupo original de vinculação do indivíduo. A origem, as “raízes” segundo a imagem comum, seriam o fundamento de toda identidade cultural, isto é, aquilo que definiria o indivíduo de maneira autêntica.

A citação de Cuche traz para a discussão a visão da autenticidade ou da pureza do discurso identitário. Para Baumam (1998, p. 16), a pureza pode ser definida através de uma situação de ordem, isto é, cada coisa dever estar no justo lugar e em nenhum outro, “a cada época e cada cultura se tem um certo modelo de pureza e um certo padrão ideal a serem mantidos intactos e incólumes às disparidades”.

Baumam (1998) salienta que a idéia de pureza esta vinculada ao senso comum, a conceitos pré-construídos, aquilo que acreditamos sem pensar. Nesse sentido, cabe comentar que o interesse pela essencialidade ou autenticidade da

cultura surge no momento em que nota-se uma fragilidade da ordem.

Esta situação de desconfiança torna as relações sociais e culturais de forma improváveis, não harmonizadas, o que traz à tona a improbabilidade dos acontecimentos. Fator esse que expõe a necessidade de reflexão sobre as ações globais, o que na atualidade, torna-se um dificultador para esse mundo marcado pela probabilidade e organização dos fatos.

As tradições missioneiras também são narradas constantemente pelo discurso regional. A figura mítica de Sepé Tiaraju pode ser considerada a principal tradição atuante no contexto do imaginário regional/local.

Segundo Nagel (2001, p. 40):

Fazem parte desse imaginário rio-grandense acerca das Missões uma visão dos índios como heróis e livres guerreiros, representados especialmente pelas figuras de Sepé Tiaraju e Nicolau Nienghirú; dos padres jesuítas como civilizadores; e também uma série de lendas de tesouros escondidos, cobra que come criancinhas, mitos como o da origem, isto é, das Missões como berço da história do povo rio-grandense e, principalmente, a concepção do apego à terra como herança maior dos guarani para os gaúchos.

A figura de Sepé Tiaraju, conforme a historiografia missioneira está relacionada à sua atuação na Guerra Guaranítica, que culminou com a posse do território das Missões à Coroa Portuguesa. Segundo Brum (2006, p. 3), a ele se atribui a “expressão *Esta terra tem dono*, referência atávica, conhecida como o grito de Sepé, freqüentemente percebida em representações que remetem à bravura dos gaúchos, que se representam como seus descendentes”.

Conforme Nedel (2004), até pouco tempo, o IHGRS (Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul) considerava a figura de Sepé Tiaraju como “traidor” do Rio Grande, pois o Instituto sempre procurou restringir os platinos.

Sepé Tiaraju, atualmente, no Rio Grande do Sul, se constitui em uma das figuras históricas a que mais se alude, mesmo em zonas distantes da região missioneira. É provável que essas referências e a atualização de seu mito sejam mais freqüentes do que as alusões ao general Bento Gonçalves da Silva, proclamador da república rio-grandense, expoente maior da Revolução Farroupilha (1835-1845). Efetua a comparação, pois estes personagens sintetizam dois momentos históricos acionados na elaboração de identidades presentes com base no passado do estado do Rio Grande do Sul. (BRUM, 2006, p. 4).

Nas épocas de hoje o mito Sepé possui diversas representações:

As constantes referências a Sepé Tiaraju põem em relevo o seu valor simbólico na elaboração das identidades regionais sulinas, uma vez que, por um lado, o gauchismo integra sua figura aos seus discursos, designando-o como primeiro caudilho riograndense fundador de uma genealogia de bravos e, por outro lado, há disputas pelo poder de nomeá-lo como bandeira de transformações sociais no Estado. (BRUM, 2006, p. 4).

De acordo com Brum (2006, p. 24), o fascínio por Sepé Tiaraju é fortemente visualizado no poder que sua imagem possui de “significar o presente transformando identificações com o passado interpretado das Missões em pertencimento à sua figura lendária, presentificado nos interesses e sentimentos de quem o aciona”.

3.2 Políticas culturais e turísticas executadas nas Missões Jesuíticas Guarani no Rio Grande do Sul

Como se pode observar são inúmeros os elementos culturais e os discursos que reconhecem a construção da identidade missioneira. No que diz respeito à valorização e preservação do Patrimônio da Região das Missões, observou-se anteriormente que, desde a década de 1920, o Estado do Rio Grande do Sul já realizava ações voltadas para um melhor planejamento das Ruínas de São Miguel das Missões.

A partir da criação do SPHAN, em 1937, as políticas culturais e patrimoniais missioneiras passaram a ser coordenadas e executadas pelo escritório do atual IPHAN, em São Miguel das Missões.

Conforme Meira (2007, p. 7):

A atuação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional nos chamados Sete Povos das Missões, no Rio Grande do Sul, coincide com a promulgação do Decreto-Lei nº 25 de 1937, que instituiu o SPHAN. Nesse mesmo ano, o arquiteto Lucio Costa foi contratado para realizar uma vistoria nos remanescentes das antigas Reduções Jesuítico-Guarani, sugerindo medidas para a sua preservação. Já nos primeiros meses de 1938, o IPHAN realizou importantes tombamentos no Estado, destacando-se em São Miguel das Missões, o reconhecimento como patrimônio nacional dos remanescentes de São Miguel Arcanjo.

O arquiteto Lucio Costa ainda projetou o Museu das Missões, onde há uma expressiva coleção de imagens missioneiras. No ano de 1970, “outras três reduções foram tombadas como patrimônio nacional: São Lourenço Mártir, São João Batista e São Nicolau. Em 1983, o sítio de São Miguel Arcanjo foi declarado Patrimônio da Humanidade pela UNESCO”. (MEIRA, 2007, p. 7).

Segundo Meira, “a preservação dos remanescentes tem demandado exemplar dedicação, traduzida em obras de consolidação, prospecções arqueológicas, educação patrimonial, projetos de sinalização e museografia”.

A partir dos anos 2000, a criação de dois novos instrumentos de preservação – o Registro dos Bens de Natureza Imaterial e o Inventário Nacional de Referências Culturais – ampliou as possibilidades de tratamento do patrimônio cultural, viabilizando o reconhecimento de sua dimensão imaterial. A política de preservação assumiu novos rumos, voltando-se para a valorização da diversidade cultural que nos difere como nação e dos diferentes grupos que a constituem. (MEIRA, 2007, p. 7).

Conforme Pommer (2008), foi na década de 1980, através das comemorações dos tricentenários de fundação das Reduções, que foram retomadas as ações de resgate da memória missioneira. Outro fator que vem contribuindo com o retorno ao cenário das discussões acerca da identidade missioneira é o planejamento turístico.

Procurando interpretar o processo de construção das narrativas da identidade missioneira nas políticas culturais, realizou-se um levantamento dos principais projetos, programas, convênios e ações executados na área.

Em relação ao planejamento das políticas patrimoniais nota-se que a materialização da cultura regional está articulada e planejada de forma a contribuir com o processo de potencialização de atrativos turísticos.

Entre as principais políticas culturais e turísticas desenvolvidas na região missioneira cita-se: 1) Circuito Internacional das Missões Jesuíticas; 2) Projeto Integrado de valorização dos sítios arqueológicos missioneiros; 3) Programa de Capacitação para conservação e desenvolvimento sustentável das Missões Jesuíticas dos Guarani (Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai); 4) Caminho das Missões; 5) Rota Missões (início 2003); 6) Rede Regional de conhecimento do “Circuito Internacional das Missões Jesuíticas” (Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai); 7) Programa de Cooperação Técnica para roteirização *Iguassú-Missões*; 8)

Programa de Cooperação Instituto Andaluz de Patrimônio Histórico (Sevilla-Espanha) e Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IAPH-IPHAN)³⁸. Mais recentemente, ainda pode-se adicionar a política dos Itinerários do Mercosul, que possui como projeto piloto o: 9) Projeto “Itinerário Cultural da Região das Missões Jesuítico-*Guarani*”, 10) Inventário de Referências Culturais Comunidade *Mbya-Guarani* em São Miguel das Missões.

Para facilitar a interpretação das políticas supracitadas, resolvemos selecionar e analisar cinco projetos. Esses foram escolhidos conforme o grau de importância regional e o período de realização.

Portanto, definiram-se como fontes de pesquisa as seguintes políticas: Programa de Capacitação para conservação e desenvolvimento sustentável das Missões Jesuíticas dos Guarani (Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai); Rota Missões; Programa de Cooperação Instituto Andaluz de Patrimônio Histórico (Sevilla-Espanha) e Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IAPH-IPHAN); *Inventário de Referências Culturais Comunidade Mbya-Guarani em São Miguel das Missões*.

3.2.1 Programa de Capacitação para conservação e desenvolvimento sustentável das Missões Jesuíticas dos Guarani (Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai) / 2003-2005

O programa de Capacitação para a Conservação, Gestão e Desenvolvimento Sustentável das Missões Jesuíticas Guarani foi proposto no ano de 2002, integrando órgãos responsáveis pela preservação do patrimônio da Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, sob a coordenação da UNESCO, com o apoio do *WMF (World Monuments Fund)*. A política em questão foi implementada de 2003-2007

Este programa foi estabelecido considerando a necessidade e a oportunidade de promover a cooperação internacional para integrar os esforços e experiências de

³⁸NOGUEIRA, Carmen R. D. Turismo, o Reencontro e a redescoberta da Região das Missões. (Tese de Doutorado). São Paulo: Programa de Pós-Graduação em Geografia/ USP, 2007, p. 177.

cada país, a partir das conclusões de uma visita técnica realizada em dez sítios arqueológicos missioneiros. (UNESCO; WMF, 2005). Conforme Barbacci (2009, p. 7), o objetivo inicial destas atividades “era estabelecer um ponto de partida para desenvolver padrões para a preservação destes monumentos, assim como uma estratégia comum de desenvolvimento do turismo”.

A proposta como três anos de duração teve como objetivos principais: “estabelecer mecanismos de cooperação técnica entre os países e as Missões; capacitar os profissionais responsáveis pela conservação, gestão e desenvolvimento das Missões; identificar e formular projetos específicos intervenções prioritárias”.³⁹ Segundo Barbacci (2009), o programa objetivava formar gestores locais dos sítios, no que tange a conservação, documentação, gestão e desenvolvimento do turismo.

Neste período foram realizados três cursos: São Miguel das Missões -Brasil (2003); Posadas – Argentina (2004) e Trinidad e Capitan Miranda – Paraguai (2005 e 2007). As atividades dos cursos foram organizadas por áreas temáticas que compreenderam: Documentação e investigação histórica, Arqueologia; conservação, paisagem e meio ambiente; uso público e gestão. Outro resultado foi a criação do Manual Básico de Conservação.

Conforme Custódio apud Nogueira (2007), as conclusões e recomendações do projeto foram:

- *História e documentação*: empreender uma visão histórica capaz de superar as leituras nacionais; integrar as leituras histórico-culturais aos períodos: Guarani, jesuítico, pós-jesuítico e de colonização, até hoje criando uma consciência de continuidade; centralizar a documentação dispersa até uma informação integrada; formar séries documentais que permitam entender o fenômeno em conjunto e que aportem informações históricas aos integrantes dos sub-programas.
- *Conservação de materiais e técnicas de construção*: frear o deterioramento das estruturas.

³⁹ UNESCO; WMF. **Programa de Capacitação para conservação e desenvolvimento sustentável das Missões Jesuíticas dos Guarani (Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai)(2003-2005): terceiro curso**. Assunção, Paraguai: 2005.

- *Paisagem e meio ambiente:* integrar o componente natural à proteção com similar nível do monumento; vincular as comunidades aos sítios, valorizando as manifestações culturais (patrimônio intangível); promover a capacitação e entretenimento dos guaranis para atuar na preservação natural e cultural nos sítios como intérpretes; proteger a identidade urbana e definir normas que evitem a perda da identidade dos povos (patrimônio jesuítico e ambiental intangível); desenvolver um estudo comparativo da legislação de conservação do patrimônio natural e cultural.
- *Gestão:* estruturar plano diretores de manejo para os sítios arqueológicos missioneiros; incorporar o povo guarani na gestão do patrimônio Jesuítico-Guarani de acordo com suas expectativas.

3.2.2 Rota Missões

O projeto Rota Missões foi uma política de Desenvolvimento regional, voltado para os setores do turismo, agroindústria e artesanato. Conforme Nogueira (2007), o projeto Rota Missões teve como precursor o projeto “Setorial Turismo”, no ano de 2002, sob a responsabilidade do Serviço às Micro e Pequenas Empresas no Rio Grande do Sul (Sebrae-RS).

A Rota Turística denominada “Missões” foi lançada em 2003. Seu objetivo era de consolidá-la como eixo de integração da Região das Missões nos setores do turismo, artesanato e agronegócio. Atualmente, a Rota possui como instância de governança regional a Fundação dos Municípios das Missões (FUNMISSÕES).

A primeira etapa do projeto procurou dar atenção ao conhecimento e à valorização da História das Missões, envolvendo sítios arqueológicos, museus, eventos, grupos de dança, teatro, música, palestras para empreendedores, comunidade e escolas.⁴⁰

⁴⁰ NOGUEIRA; BURKHARD, 2008.

A segunda etapa do Projeto Rota Missões voltou-se para a consolidação do destino Turístico Rota das Missões como instrumento para o desenvolvimento regional. A busca pela demanda turística desse projeto dirige-se aos mercados locais, regionais, nacionais e internacionais⁴¹.

Conforme o web site da rota, verifica-se diversos produtos turísticos que foram criados e melhor planejados para serem definidos como tipicamente missioneiros. Entre eles, consta na internet, como principais atrativos turísticos regionais: sítios arqueológicos; circuito de imagens missioneiras, igrejas e santuários, museus; caminhadas (Caminho das Missões⁴²); sabores e aromas missioneiros/diversidade gastronômica (evento gastronômicos); arte e artesanato missioneiro; festas missioneiras; a magia do tipo missioneiro (diversidade cultura e gaúcho missioneiro) e aldeias guarani (*Tekoa Kóénju*).

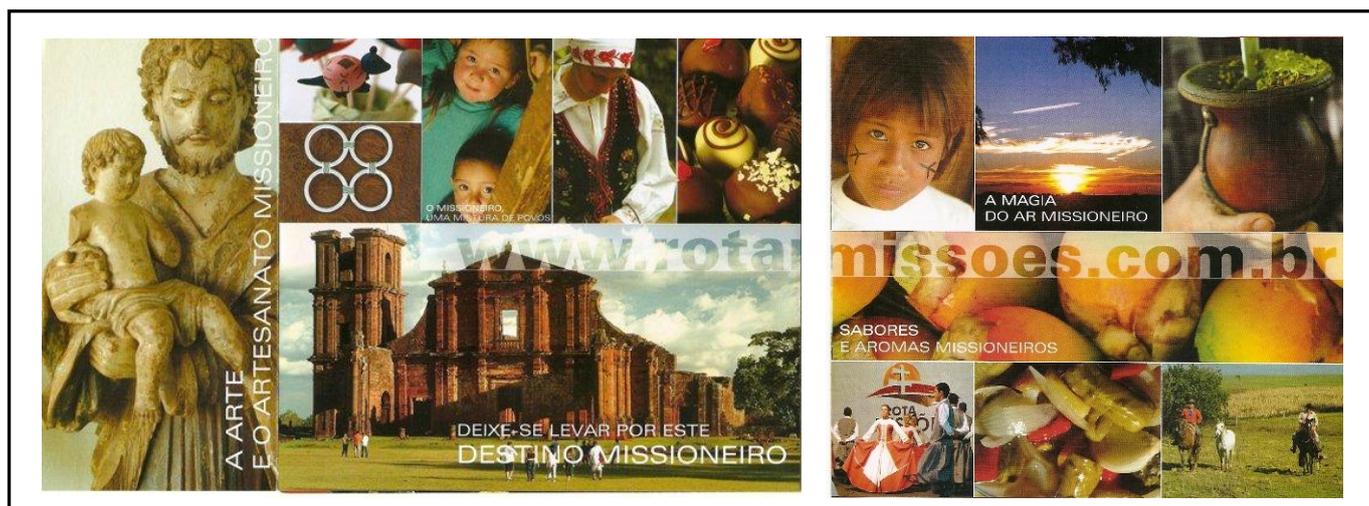


Figura 33: Folder Rota Missões II

Fonte: Rota Missões

Conforme o material turístico da Rota Missões⁴³, verifica-se que:

⁴¹ NOGUEIRA, Carmen R. D; BURKHARD, Daniela. Políticas públicas de Turismo para o desenvolvimento Local/ Regional. In: *Revista Eletrônica de Turismo Cultural*/ Universidade de São Paulo. São Paulo, v.2. n.2, p. 1-32, 2008. Disponível em: <http://www.eca.usp.br/turismocultural/Retc04_arquivos/Carmen_Missoes.pdf>. Acesso em: jun. 2010.

⁴² Sua criação foi espelhada no Caminho de Santiago de Compostela-Espanha. O percurso do Caminho das Missões segue as antigas trilhas, buscando seguir o mais próximo do caminho original que ligava as reduções jesuíticas.

⁴³ Ver figura 33.

Os atrativos da Rota Missões não se esgotam somente nas reduções jesuíticas, pois a região oferece roteiros de aventura (caminhadas, passeios de bicicleta, cavalgadas, Cerro Inhacurutum e áreas de lazer); gastronômicos (sabores e aromas missioneiros onde o mapa gastronômico da Região é desenhado a partir da identidade cultural de cada município), arte e artesanato missioneiro; Tekoa Ko Eju (ter contato direto com os guaranis e suas aldeias, música e artesanato); festas missioneiras (o rico calendário de festas missioneiras é uma prova da diversidade de raças étnicas que forma o povo da região: festas campeiras, festas étnico-culturais, festas municipais comerciais, festas religiosas, festas turísticas, festas natalinas); a magia do gaúcho missioneiro e a Rota Iguassu- Missões. (POZZER, 2008, p. 116).

Segundo Nogueira (2009, p. 19), quanto ao “Espírito missioneiro”, foi oferecido à comunidade os empreendedores e escolas de Ensino Fundamental e Médio, palestras sobre a História das Missões.

3.2.3 Programa de Cooperação Instituto Andaluz de Patrimônio Histórico (Sevilla-Espanha) e Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IAPH-IPHAN)

Conforme Nogueira (2008, p. 29), “este programa consiste num acordo de colaboração entre o IAPH (Instituto Andaluz de Patrimônio Histórico – Espanha) e Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, que prevê o estabelecimento de relações de cooperação de caráter científico, tecnológico, formativo e cultural em relação à documentação, conservação, formação e difusão do patrimônio histórico da Região das Missões”.

Esse acordo envolveu quatro projetos: Levantamento de Elementos do Patrimônio Turístico-Cultural da Região Missioneira (1); Projeto para prospecção geofísica na área arqueológica de São Miguel das Missões (2); projeto de estudo das coleções escultórias das missões (3); projeto de intervenção no Museu Lucio Costa em São Miguel. (NOGUEIRA, 2008). Cabe comentar que esses projetos subsidiaram a elaboração do “Guia de paisagem cultural das Missões”.

O projeto “Elementos do Patrimônio Turístico-Cultural da Região Missioneira” servirá de documento base para a interpretação do devido programa. Esse estudo

destaca-se por ter realizado uma pesquisa de campo que abarcou todos os municípios integrantes do Corede Missões⁴⁴, mais o município de São Borja, não se preocupando apenas em pesquisar os sítios arqueológicos. Um diferencial desse estudo foi levantar e analisar bens materiais e imateriais do patrimônio regional.

Na primeira etapa foi realizado o levantamento dos elementos do patrimônio arquitetônico e da infra-estrutura turística, a evolução histórica dos municípios a partir do período pós-jesuítico e a oferta do artesanato regional.

Na segunda etapa objetivou-se ampliar as informações e sistematizar os dados já coletados sobre os 27 municípios que compõem a Região ampliada da Associação dos Municípios das Missões, a fim de traçar um quadro sócio-cultural dos mesmos. Foi realizado o levantamento de elementos do patrimônio natural, a tabulação (modelo de base de dados fornecido pela Universidad Complutense de Madrid), a classificação, a localização com receptores de satélites e a plotagem cartográfica dos elementos do patrimônio arquitetônico, assim como apurar o levantamento do artesanato, das festas e das celebrações.

Como principais resultados destacam-se: a formação histórica dos municípios missioneiros; o inventário e caracterização do patrimônio cultural-natural e do modelo turístico das missões; o diagnóstico dos principais produtos turísticos regional; a evolução e diagnóstico dos recursos de interesse patrimonial; a cartografia temática do turismo e patrimônio; o *trade* turístico.

3.2.4 Inventário de Referências Culturais Comunidade *Mbya-Guarani* em São Miguel das Missões

O Decreto 3.551/2000 instituiu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial e o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial. Esses instrumentos contribuíram para a elaboração da metodologia do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC), criado pelo IPHAN. (IPHAN, 2007).

⁴⁴ Conselho Regional de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul.

Conforme Freire (2007, p. 7):

O INRC é uma metodologia desenvolvida pelo IPHAN para documentar bens culturais, produzindo conhecimentos sobre domínios da vida de determinados grupos sociais e identificando as práticas e expressões que constituem marcos de sua identidade. Inventariar significa, aqui, descrever minuciosamente e, num certo, sentido, revelar e difundir, pois uma vez concluído o Inventário, toda documentação produzida será incorporada a um banco de acesso público.

Em relação à sua organização:

O inventário “organiza” as chamadas referências culturais em quatro categorias, que correspondem ao Livros de Registro criados pelo Programa Nacional de Patrimônio Imaterial: Celebrações, Formas de Expressão, Saberes e Lugares. Mas, sua aplicação pode gerar alterações nesse modelo. Sua principal qualidade está na proposta de tomar os grupos e as comunidades como partícipes do processo de identificação e documentação de suas referências culturais garantindo, assim, que os mesmos se reconheçam no resultado final. (FREIRE, 2007, p. 7).

A execução do INRC “implica na delimitação de um sítio, ou seja, uma área física de abrangência, no interior da qual ocorrem às práticas que serão identificadas como referências culturais”. (IPHAN, 2007).

Em relação ao Inventário de Referências Culturais, Comunidade *Mbya-Guarani* em São Miguel Aracaju, por estar situado numa reserva indígena, estava de acordo com as normativas do INRC.

Segundo Freire (2007), o levantamento foi motivado por um duplo compromisso assumido pelo IPHAN no Rio Grande do Sul: repensar seu modo de ver e representar a experiência histórica missioneira e aproximar-se dos Guaranis, que estão constantemente nos arredores do sítio arqueológico de São Miguel Aracaju, buscando interpretar os sentidos de sua presença e as especificidades de sua identidade.

As referências culturais catalogadas sobre os índios *Mbya-Guarani*, localizados em São Miguel, foram publicadas pelo IPHAN na obra “*Tava Miri São Miguel Aracaju, Sagrada Aldeia de Pedra: os Mbya-Guarani nas Missões*”. Na publicação, a história e os elementos culturais da Comunidade *Mbya-Guarani* foram

sub-divididos em três partes: 1ª) Tava Miri São Miguel Arcanjo⁴⁵; 2ª) Referências Culturais; 3ª) Reconhecimento e valorização.

Conforme Freitas (2007, p. 7), “a determinação em divulgar aspectos de sua cultura, como forma de sensibilizar os não-indígenas para o reconhecimento de seus direitos” foi um fator fundamental para a realização do inventário.

3.3 Análise estratégica e cultural das políticas culturais na região Missioneira

Conforme foi exposto nos capítulos anteriores, as duas últimas décadas representaram a inserção das políticas culturais, tanto a nível federal, como estadual, na chamada indústria cultural. Portanto, o mercado passou a ser um planejador de cultura. Nesse contexto, entra em cena a intenção de produzir e vender símbolos materializados.

Da metade da década de 1980 até hoje, o governo passou a atuar no financiamento e na gestão da devida área. Uma estratégia pública que passou a ser uma constante nas políticas em questão foi à valorização da diversidade cultural regional.

Um contraponto comparado com as estratégias do Estado Novo e da Ditadura militar que visam à consolidação de uma identidade brasileira. No caso do Rio Grande do Sul, a valorização da diversidade micro-regional juntou-se à estratégia cultural de difusão da identidade gaúcha. Nesse cenário, a diversidade, juntamente ao multiculturalismo, à indústria cultural e ao Turismo e Patrimônio, passaram a ser instrumentos defendidos pela UNESCO para a consolidação de um mercado de bens culturais no Brasil.

Com esta mudança de paradigma na esfera federal e estadual, no que se refere ao planejamento cultural, começa a surgir a partir da década de 1990, inúmeros projetos na região das Missões.

⁴⁵ Esta primeira parte descreve: a Comunidade *Mbya-Guarani* em São Miguel Arcanjo; Horizonte cultural Guarani ontem e hoje; Os *Mbya-Guarani* dentro e fora das Missões; *Karaí miri* Sepé Tiaraju (manipulação ideológica sobre o patrimônio cultural guarani); aplicação do Inventário na comunidade

Procurando interpretar as políticas culturais missioneiras, este momento do estudo objetiva-se em analisar tais ações de forma a questionar a concepção de cultura e de identidade, bem como analisar os processos de construções das narrativas que constituem os tipos sociais regionais no Estado. Para tanto, inventariou-se quatro projetos desenvolvidos na região nos últimos vinte anos: “Programa de Capacitação para conservação e desenvolvimento sustentável das Missões Jesuíticas dos Guarani (Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai); Rota Missões; Programa de Cooperação Instituto Andaluz de Patrimônio Histórico (Sevilla-Espanha) e Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IAPH-IPHAN); *Inventário de Referências Culturais Comunidade Mbya-Guarani em São Miguel das Missões*”.

3.3.1 Concepção de cultura nas políticas missioneiras

As políticas culturais executadas na Região das Missões na sua grande maioria foram ações propostas pelo IPHAN, em parceria com Universidades regionais e órgãos internacionais. Foi com o Decreto 3.551/ 2000 que se instituiu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial, onde o instituto começou a refletir sobre o patrimônio imaterial. Nesse sentido cabe comentar que as políticas patrimoniais ainda permanecem sendo refletidas e executadas a partir de uma visão orgânica de cultura.

Conforme Pinto (2010), “sobre as devidas ações foi possível observar que a Região das Missões centraliza nos sítios arqueológicos a maior parte de suas políticas patrimoniais, em virtude de possuírem um contexto urbano mais “farto” de resquícios do período reducionais”.

O “Programa de Cooperação Instituto Andaluz de Patrimônio Histórico (Sevilla-Espanha) e Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IAPH-IPHAN)”, através de seus projetos como “Levantamento de Elementos do Patrimônio Turístico-Cultural da Região Missioneira”, foi à última política cultural executada na região.

Essa política é considerada a mais importante ação cultural realizada na Região das Missões, por inventariar e refletir, não só o patrimônio material, como imaterial regional. E por estudar toda a região, não concentrando suas análises apenas nos sítios arqueológicos, como na maioria das políticas observadas.

Como principais resultados desse estudo, foram criados: um diagnóstico dos recursos de interesse patrimonial; uma trajetória histórica e produtos turísticos regionais.

Conforme Villegas (2008, p. 9):

A idéia deste trabalho é precisamente encontrar e resgatar um legado diferente. Resgatar todo esse outro patrimônio criado e construído após as reduções é chegar a encontrar os pontos que unem a história desta região onde se fala muito no patrimônio missioneiro – os Sítios arqueológicos. Existe uma lacuna na história que é pouco conhecida. Estas terras foram praticamente abandonadas pelos guarani e posteriormente repovoadas. Quem veio para cá? De onde vieram? O que fizeram.

Neste projeto foram catalogados elementos culturais materiais (monumentos, instituições culturais) e imateriais (festas e celebrações artísticas, artesanato, gastronomia, entre outros), além do *trade* turístico da região.

No relatório final sobre o Patrimônio Missioneiro, intitulado “Diagnóstico dos Recursos de interesse patrimonial”, foi realizada apenas uma reflexão sobre a cultura materializada na região. Na verdade, apenas foi interpretada a arquitetura missioneira.

Como é de costume, os estudos do IPHAN procuram se “apegar” na cultura materializada para suas interpretações, pois é a partir do que está construído que se sustenta o discurso da própria instituição, ou seja, são os símbolos culturais que fomentam as ações de tombamento do órgão em questão.

Nesse contexto, os pesquisadores procuraram enfatizar como que a diversidade cultural regional se manifesta através das construções arquitetônicas. Uma característica narrativa observada no estudo foi o discurso da magia missioneira.

Ao ensinar sobre a naturalização da identidade, Cucho (2002, p. 178) afirma que:

Esta representação quase genética da identidade que serve de apoio para as ideologias do enraizamento, leva à “naturalização” da vinculação cultural. Em outras palavras, a identidade seria preexistente ao indivíduo que não teria alternativa senão aderir a ela, sob o risco de se tornar um marginal, um “desenraizado”. Vista desta maneira, a identidade é uma essência impossibilitada de evoluir e sobre a qual o indivíduo ou grupo não tem nenhuma influência.

Segundo Cuche (2001, p. 192), “querer reduzir cada identidade cultural a uma definição simples, “pura”, seria não levar em conta a heterogeneidade de todo grupo social. Nenhum grupo, nenhum indivíduo está fechado a *priori* em uma identidade unidimensional”. Seguindo nesta linha de raciocínio, Silva (2005, p. 5), afirma que as identidades não são entidades ou dados objetivos, “é na dinâmica da *hybris* que podemos apreender o fenômeno identitário e não na pureza ou na herança”.

Conforme Villegas (2008, p. 20), os Recursos Patrimoniais estudados foram classificados de acordo com sua representatividade e distribuídos em várias categorias: Edificação Religiosa, Conjunto Histórico, Edificação Civil, Edificação Residencial, Obras Civis, Sítios Arqueológicos Missionários, Pequenos Grupos de Interesse, Fazendas de Interesse, Outros Sítios Arqueológicos Missionários e Conjuntos de Imagens Missionárias.

O projeto “Programa de Capacitação para conservação e desenvolvimento sustentável das Missões Jesuíticas dos Guarani (Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai) (2003-2005)”, organizado pela UNESCO com apoio do WMF (*World Monuments Fund*), foi outra política que selecionamos, por objetivar-se em estudar a cultura material missionária. Como foi destacado anteriormente, esse projeto objetivou estabelecer padrões para a preservação dos monumentos missionários, assim como desenvolver estratégias para o planejamento do turismo regional.

Como se observa nas citações, esta política envolveu uma série de ações e cursos que foram desenvolvidos com o intuito de valorizar e preservar a cultura material missionária. Novamente, visualiza-se a preocupação do IPHAN, da UNESCO e de órgãos internacionais em planejar os sítios arqueológicos.

Segundo Hoff (2009, p. 9):

os especialistas em conservação indicaram que existiam necessidades urgentes na formação e na harmonização de conceitos e metodologias para a conservação, incluindo a consolidação de estruturas e a análise e tratamento de materiais, em particular da pedra e da cerâmica.

Neste sentido, Hoff, comenta que:

A preservação do do patrimônio cultural é fundamental para que cada povo conserve sua própria identidade. No patrimônio cultural incluímos o patrimônio imóvel, tanto o arqueológico como o arquitetônico. Isto significa que tanto os edifícios inteiros como seus remanescentes podem ser considerados patrimônio cultural em função de seu valor histórico ou artístico. (2009, p. 9).

Em relação ao patrimônio arquitetônico:

Cabe considerar que os edifícios, conjuntos e ambientes urbanos que chegaram até nossos dias, enquanto testemunhos do passado, dão conta do desenvolvimento tecnológico, cultural, do pensamento e da concepção que nossos antepassados tiveram do mundo e da vida. Também nos mostram o modo como deram resposta as suas necessidades, tanto as básicas (abrigo, cobertura, etc.), como a outras, de segunda ordem, ligadas a funções estéticas e simbólicas. (HOFF, p. 9).

Hoff (2009, p. 12), ao refletir sobre a preservação do patrimônio material missionário, saliente que “deve-se considerar que toda intervenção, tanto de simples conservação, quanto de restauração, implica numa transformação da situação original e, portanto, em perda de autenticidade”.

A afirmação de Herman Van Hoff só confirma a visão cristalizada que a cultura missionária possui perante os órgãos responsáveis pela sua gestão. A noção de pureza e de autenticidade para a cultura, segundo Baumam (1998), gera um padrão ideal para um determinado contexto cultural. Nesse contexto cristalizado, a verdade única torna-se um ideal que possui uma significação política e social para o convívio humano.

Segundo Baumam (2008, p. 17):

Nenhum de nós pode construir o mundo das significações e sentidos a partir do nada: cada um ingressa num mundo “pré-fabricado”, em que certas coisas são importantes e outras não o são: em que as conveniências estabelecidas trazem certas coisas para luz e outras para a sombra. Acima de tudo, ingressamos num mundo em que uma terrível quantidade de aspectos são óbvios a ponto de já não serem conscientemente notados e não precisarem de nenhum esforço ativo, nem mesmo o de decifrá-los, para estarem invisivelmente, mas tangivelmente, presentes em tudo o que fazemos – dotando desse modo os nossos atos, e as coisas sobre as quais agimos, de uma solidez de “realidade”.

Nesse caso:

só ostentam, porém essa qualidade saudável e maravilhosa porque são “evidentes”, prosaicamente aceitas, sem muita reflexão – e essa despreocupada situação só pode existir desde que ninguém ao redor comece a colocá-las em dúvida, pergunte sobre seus fundamentos e razões, ressalte as discrepâncias, exponha a sua arbitrariedade. (BAUMAN, 2008, p. 19).

Esta percepção da autenticidade ou pureza da cultura, se analisada no contexto missioneiro, nos remete a interpretar como que os sentidos e significados sobre o período reducional buscaram um “apego” com aquilo que ainda simboliza⁴⁶, um resquício dos antigos povoados Jesuítico-Guarani. No caso, os pesquisadores e instituições regionais estão constantemente realizando ações de valorização e preservação das antigas estruturas das reduções.

As políticas culturais missioneiras, por se preocuparem em estudar o patrimônio arquitetônico, acabam tornando a priori diversos conceitos e interpretações sobre as Missões, fator esse que pelo excesso de repetições de estudos acaba internalizando na população regional a percepção de uma realidade imutável, verdadeira.

Como podemos notar, a maioria das políticas patrimoniais regionais não buscam interpretar como foi construída e como é constituída a identidade missioneira, pois considera a mesma como “dada”, assim como a história.

3.3.2 Concepção de identidade nas políticas missioneira

Como foi exposto no primeiro capítulo, a construção da identidade brasileira esteve marcada pela relação nacional/regional. Segundo Oliven (2006, p. 57), “a afirmação de identidades regionais no Brasil pode ser encarada como uma reação a uma homogeneização cultural e como uma forma de salientar as diferenças culturais”. Com a redemocratização brasileira “foi intenso o processo de constituição

⁴⁶ Como exemplo: A cruz de Lorena, que representa a fundação das Reduções Jesuíticas Guaranis.

de novos atores políticos e a construção de novas identidades sociais”, ou seja, renasce nesse período as culturas regionais.

No contexto das políticas culturais missionárias, são raras as interpretações e ações que visam estudar e analisar a construção da identidade missionária. Em muitos projetos realizados pelo IPHAN, a identidade é tratada como “dada”, é uma *a priori* nos estudos patrimoniais, ou seja, os técnicos do instituto legitimam a construção identitária regional.

Segundo Hall (2000, p. 108), “as identidades parecem invocar uma origem que residiria em um passado histórico com o qual elas continuariam a manter certa correspondência”. Neste processo construtivo elas não são “simplesmente definidas, elas são impostas”. (SILVA, 2000).

Para Bauman (2003, p. 21):

Uma vida dedicada à procura da identidade é cheia de som e de fúria. “Identidade” significa aparecer: ser diferente e, por essa diferença, singular – e assim a procura da identidade não pode deixar de dividir e separar. E no entanto a vulnerabilidade das identidades individuais e a precariedade da solitária construção da identidade levam os construtores da identidade a procurar cabides em que possam, em conjunto, pendurar seus medos e ansiedades individualmente experimentados e, depois, disso, realizar os ritos de exorcismo em companhia de outros indivíduos também assustados e ansiosos.

Segundo Cuche (2001, p. 192):

Na medida em que a identidade resulta de uma construção social, ela faz parte da complexidade do social. Querer reduzir cada identidade cultural a uma definição simples, “pura”, seria não levar em conta a heterogeneidade de todo grupo social. Nenhum grupo, nenhum indivíduo está fechado *a priori* em uma identidade unidimensional.

A construção das identidades realiza-se, geralmente, em locais históricos. Suas ações criativas estão em contato direto com a ressurreição do passado. No processo de criação identitária, o discurso assume um papel central, pois suas narrativas podem moldar relações e práticas sociais.

Nesta relação que envolve a constituição de uma identidade, os cosmopolitas são atores “chaves”. Esses por sua vez são naturalistas natos, que tratam a cultura como um sistema de não-retorno, ou seja, identidade e alteridade são ligadas e

estão em uma relação dialética. (HALL, 2000; APPIAH, 1994; BAUMAM, 2003; CUCHE, 2002).

Dentre as políticas culturais missioneiras estudadas, apenas dois projetos se preocuparam em interpretar a identidade regional: o “Inventário de Referências Culturais Comunidade *Mbya-Guarani*, em São Miguel das Missões” e “Levantamento de Elementos do Patrimônio Turístico-Cultural da Região Missioneira”.

No caso do inventário de referências culturais comunidade *Mbyá-Guarani*, como vimos anteriormente, o devido projeto foi elaborado através de dois objetivos básicos: “repensar o modo de ver e de representar a experiência histórica missioneira”; e “aproximar-se dos Guarani que hoje freqüentam o Sítio de São Miguel Arcanjo, buscando compreender os sentidos de sua presença e as especificidades de sua identidade como um povo que se mantém em relação com a sociedade nacional desde sua formação”.

Neste período:

O propósito do Minc era valorizar a diversidade cultural que caracteriza a sociedade brasileira, reconhecendo a autodeterminação dos grupos e dos povos formadores do Brasil. O INRC é um poderoso instrumento, porque sua realização depende sempre da concordância e participação direta dos grupos contemplados, e seu foco é a identificação dos fazeres e saberes das comunidades, mais do que dos bens culturais em si. Ou seja, o objetivo do INRC é identificar e documentar, por meio de relatos, fotografias e filmes, aquilo que os membros de uma comunidade consideram fundamentos de seu modo de ser e ver o mundo, fundamentos de sua identidade. (IPHAN, 2007, p. 16).

No processo de valorização e preservação do patrimônio missioneiro, houve nos últimos anos, uma mudança de pensamento no que se refere à inserção dos bens imateriais como parte integrante do Patrimônio Histórico e Cultural regional. No caso da região das Missões, observou-se através das políticas públicas, que predomina uma visão materializada e essencializada da cultura.

Portanto, o diálogo com os chamados “bens materiais” e o levantamento de elementos imaterializados só começaram a ser estudados no início do século XXI, mais precisamente em 2004, com o “Inventário de Referências Culturais Comunidade *Mbya-Guarani*, em São Miguel das Missões”, e mais tarde, através do “Levantamento de Elementos do Patrimônio Turístico-Cultural da Região Missioneira”.

A presença de descendentes de índios *Mbyá-Guarani* nas Missões é verificada apenas na aldeia de São Miguel das Missões. Por serem os habitantes nativos da região, estes indígenas possuem na sua relação social um importante instrumento de pesquisa para a interpretação da construção da identidade missioneira e rio-grandense.

Em relação aos Guaranis:

Suas referências culturais vêm sendo historicamente utilizadas para a construção da sociedade nacional no sul. O território Guarani foi conquistado, a mão-de-obra Guarani serviu para o sustento e a construção dos primeiros povoados e vilas do estado, suas mulheres geraram os primeiros gaúchos, as plantas que cultivavam são, hoje, o alimento das populações regionais, seu conhecimento do ambiente sobrevive na toponímia e na origem do traçado dos caminhos e das estradas de integração regional. O cultivo e consumo do tabaco, da erva-mate, da mandioca, das batatas e dos feijões, bem como o modo de assar a carne, que chamamos de churrascos, tão comuns entre os gaúchos, foram aprendidos com os Guarani, sem que a maioria saiba disso ou reconheça que seus saberes são preciosos para toda a sociedade regional. (IPHAN, 2007, p. 15).

Conforme o IPHAN (2007, p.40):

As adversidades que atingiram os Guarani, no passado, e as dificuldades que os *Mbyá* enfrentam, hoje, parecem coisas pequenas e inconseqüentes, quando miramos sua serena fisionomia e a tranqüilidade de seus corpos. Corpos e faces nativos em harmonia com as imagens sacras talhadas em madeira pelos antigos Guarani e expostas por trás das vidraças do Museu. É como se os *Mbyá* trocassem olhares com estas estátuas inertes, contribuindo esteticamente na composição artística arquitetônica do Sítio de São Miguel Arcanjo. (IPHAN, 2007, p. 10).

Nestas citações, observa-se que os intelectuais do IPHAN preocupam-se em ressaltar a importância da cultura missioneira para a formação da identidade gaúcha, especificamente de São Miguel das Missões. Mas por outro lado, cabe ressaltar que em nenhuma política cultural regional, foi discutida de que forma as manifestações culturais *Mbyá-Guarani* estão “misturadas” nas outras identidades, sejam elas européias, ou afro-descendentes.

Como defensor das identidades híbridas, Bauman (2003, p. 62) leciona que:

As pessoas envolvidas na luta pela identidade temem a vitória final mais do que uma sucessão de derrotas. A construção da identidade é um processo sem fim e para sempre incompleto, e assim deve permanecer para cumprir sua promessa (ou, mais precisamente, para manter a credibilidade da promessa). Na política-vida que envolve a luta pela identidade, a autocriação e a auto-afirmação são os cacifes, e a liberdade de escolha é

ao mesmo tempo a principal arma e o prêmio mais desejado. A vitória final de uma só tacada removeria os cacifes, inutilizaria a arma e cancelaria a recompensa. Para evitar que isso aconteça, a identidade deve continuar *flexível* e sempre passível de experimentação e mudança; deve ser o tipo de identidade “até nova ordem”. A facilidade de desfazer-se de uma identidade no momento que ela deixa de ser satisfatória, ou deixa de ser atraente pela competição com outras identidades mais sedutoras, é muito mais importante do que o “realismo” da identidade buscada ou momentaneamente apropriada.

De acordo com que o foi mencionado anteriormente, a cultura é interpretada nas políticas missionárias através de uma visão cristalizada, autêntica, essencializada. Os defensores destes conceitos naturalizam e legitimam a identidade.

Conforme Baumam (1998, p. 23):

No mundo pós-moderno de estilos e padrões de vida livremente concorrentes, há ainda um severo teste de pureza que se requer seja transposto por todo aquele que solicite ser ali admitido: tem de mostrar-se capaz de ser seduzido pela infinita possibilidade e constante renovação promovida pelo mercado consumidor, de se regozijar com a sorte de vestir e despir identidades, de passar a vida na caça interminável de cada vez mais intensas sensações e cada vez mais inebriante experiência. Nem todos podem passar nessa prova. Aqueles que não podem são a “sujeira” da pureza pós-moderna.

Segundo Silva (2005, p. 8):

As identidades são construções híbridas. Seja àquela constituída na esfera do Estado-nação, constituidora da chamada “comunidade imaginada”, seja as identidades hoje consideradas em crise em função do processo pós-colonial e o embaralhamento simbólicos das antigas comunidades imaginadas pela pressão infatigável das narrativas identitárias dos chamados outros, os oriundos das antigas colônias ou mesmo das minorias que adquiriram direito a voz no universo público da *res-pública*.

Neste sentido:

A identidade cultural concebida a partir de uma visão essencialista evidentemente não percebe que a condição da criação, desenvolvimento e enriquecimento cultural está na sua possibilidade de transformação constante, na sua negação a fixação. A identidade cultural é o resultado constante de suas relações com a diversidade. Não há identidade que não seja híbrida. Este foi o sonho do segregacionismo. O neo-comunitarismo contemporâneo vem justamente se apropriar de um discurso da pureza para promover a demonização dos outros. Negar a diferença e promover a exclusão. (SILVA, 2005, p. 10).

Portanto, a diversidade cultural assume uma função central na construção das identidades pós-modernas. No caso das Missões, “a aplicação do inventário de Referências Culturais foi um processo de reconhecimento e de valorização dos *Mbyá* no Rio Grande do Sul, que procurou auxiliar na diversificação da identidade regional, até há pouco tempo montada apenas sobre valores eurocêntricos”. (IPHAN, 2007). Segundo Silva (2000, p. 73), “a perspectiva da diversidade, a diferença e a identidade tendem a ser naturalizadas, cristalizadas, essencializadas”.

Segundo Duschatzky e Skliar (2001), o multiculturalismo abusa da diversidade para consolidar uma ideologia de assimilação:

Assim, os grupos que compõem esse *bálsamo* tranqüilizante, que é a cultura, são geralmente considerados como agregados ou como exemplos que matizam, que dão cor à cultura dominante. Entendido dessa forma, o multiculturalismo pode ser definido, simplesmente, como a autorização para que os outros continuem sendo esses *outros* porém em um espaço de legalidade, de oficialidade, uma convivência *sem remédio*. (DUSCHATZKY e SKLIAR, 2001, p. 128).

Assim:

A idéia multicultural parece levantar-se contra as posições homogeneizadoras, reivindicando não só a incomensurabilidade das culturas, segundo padrões universais, mas os direitos plurais não previstos pelas narrativas totais. Nesse sentido, é inegável a abertura do pensamento produzido pela restituição de interrogativas que não foram formuladas pelas correntes do pensamento moderno. O problema surge quando as diferenças são consideradas como entidades fechadas, essencialmente constituídas. Neste caso, torna-se impossível o diálogo cultural enquanto cenário de disputa, bem como se dissolvem os cenários de constituição de identidades plurais. (DUSCHATZKY e SKLIAR, 2001, p. 128).

Semprini (1999, p. 43) afirma que o multiculturalismo “lança a problemática do lugar e dos direitos das minorias em relação à maioria”. Esta afirmação de Semprini, reforça a desvalorização do local, ou seja, o enfraquecimento do comunitarismo.

Bauman (2003) salienta que o comunitarismo ainda pode ser amparado através da autoridade do número. Quanto maior for o contingente de seguidores de uma determinada idéia, menor a chance que estejam errados. Esta autoridade poderá criar o que Bauman chama da comunidade dos sonhos.

Essa comunidade dos sonhos é uma extrapolação das lutas pela identidade que povoam suas vidas. É uma “comunidade” de semelhantes na mente e no comportamento; uma comunidade do mesmo – que, quando projetada na tela da conduta amplamente replicada/ copiada, parece dotar a

identidade individualmente escolhida de fundamentos sólidos que as pessoas que escolhem de outra maneira não acreditariam que possuísem. (BAUMAN, 2003, p. 63).

Nesse sentido:

A “comunidade”, cujos usos principais são confirmar, pelo poder do número, a propriedade da escolha e emprestar parte de sua gravidade à identidade a que confere “aprovação social”, deve possuir os mesmos traços. Ela deve ser tão fácil de decompor como foi fácil de construir. Deve ser e permanecer flexível, nunca ultrapassando o nível “até a nova ordem” e “enquanto for satisfatório”. (BAUMAN, 2003, p. 62).

Esta visão comunitária é definida por Bauman como comunidade estética:

A necessidade da comunidade estética, notadamente do tipo de comunidade estética que serve à construção/ destruição da identidade, tende por isso tanto à autoperpetuação quanto à autodestruição. Essa necessidade nunca será satisfeita, nem deixará de estimular a busca sua satisfação. (2003, p. 63).

No caso missioneiro, a cultura materializada/estética regional foi estudada e inventariada no projeto “Levantamento de Elementos do Patrimônio Turístico-Cultural da Região Missioneira”.

Durante o diagnóstico sobre os recursos patrimoniais missioneiros, notou-se através do discurso, que a diversidade cultural foi pauta constante no decorrer da devida política.

Segundo Villegas (2008, p. 9):

A idéia deste trabalho [Levantamento de Elementos do Patrimônio Turístico-Cultural da Região Missioneira] é precisamente encontrar e resgatar um legado diferente. Resgatar todo esse outro patrimônio criado e construído após as reduções é chegar a encontrar os pontos que unem a história desta região onde se fala muito no patrimônio missioneiro – os Sítios arqueológicos. Existe uma lacuna na história que é pouco conhecida. Estas terras foram praticamente abandonadas pelos guarani e posteriormente repovoadas. Quem veio para cá? De onde vieram? O que fizeram?

De acordo com a autora:

O patrimônio material de nossas cidades, povos e região pertence a todos nós. Seu desaparecimento equivale a apagar o passado, assim como a perda de nossa identidade e cultura. Este fato nos afeta em múltiplos aspectos: no cultural, pela perda dos traços essenciais da identidade; no

social, pela perda de espaços aprazíveis para o dia a dia da vida; no moral, pela perda do sentido humano e de sua trajetória. (VILLEGAS, 2008, p. 2).

Na região missioneira:

Se encontra um legado arquitetônico construído pelos descendentes de alemães, italianos e poloneses entre outros, constituído em sua maioria por conjuntos de edificações e paisagens que lembram a influência européia na arquitetura, gerado durante todo o período das imigrações no Rio Grande do Sul. (VILLEGAS, 2008, p. 9).

Essas afirmações de Villegas reforçam a percepção do IPHAN de legitimar a identidade regional a partir da cultura materializada. Como principais resultados do projeto supracitado foram inventariados diversas tipologias patrimoniais como: patrimônio arquitetônico; instituições culturais; festas e manifestações artístico-populares; artesanato típico; gastronomia típica e patrimônio natural.

Outro raciocínio, que merece uma interpretação é sobre o que foi criado com a cultura material e imaterial regional. Com estes chamados bens patrimoniais, foram criados diversos símbolos, atividades e ações culturais, que naturalizam a identidade missioneira.

Por exemplo:

- Ações de educação patrimonial em São Miguel das Missões e em Santo Ângelo.
- Publicações e estudos científicos;
- *Patrimônio Arquitetônico*: Monumentos (criação e conservação de monumentos que simbolizam as Missões); Arquitetura civil (construção da Catedral Angelopolitana de Santo Ângelo; revitalização da praça de Santo Ângelo; tombamentos e conservação de imóveis civis); Ruínas (projetos de conservação dos sítios arqueológicos); Estatuárias missioneiras (inventariação, conservação do acervo e utilização em procissões religiosas); Arquitetura religiosa (seus símbolos são expostos na frente das igrejas); as arquiteturas que representam as missões são materializadas no artesanato típico.

- *Instituições culturais*: criação de novos museus; readequação e reformulação de instituições museológicas; criação e readequação de centros de cultura, arquivos históricos, bibliotecas e centros arqueológicos sobre as Missões.
- *Festas e celebrações artístico-populares*: a história missioneira é espetacularizada (exemplo: espetáculo som e luz em São Miguel das Missões); foram constituídos grupos e peças teatrais que representam as missões; também foram criadas festas e pratos que representam uma gastronomia típica missioneira; festivais musicais.

Outra questão instigante é analisar qual o sentido que essa cultura material/imaterial produz para a construção da identidade missioneira. No caso da região das Missões, o planejamento do turismo cultural destaca-se como principal instrumento produtor de sentidos para a identidade missioneira. Nesta perspectiva, o tipo missioneiro vem sendo planejado como “mercadoria” para o setor turístico. Fator esse que impõe o reconhecimento e pertencimento à população local.

Para Taylor:

A importância do reconhecimento é, agora, universalmente admitida, de uma forma ou de outra: no plano íntimo, estamos todos conscientes de como a identidade pode ser forma da ou deformada no decurso da nossa relação com outros-importantes; no plano social, temos uma política permanente de reconhecimento igualitário. Ambos os planos sofreram influência do ideal de autenticidade, à medida que este foi amadurecendo, e o reconhecimento joga um papel essencial na cultura que surgiu à volta desse ideal. (1994, p. 56).

Como se pode observar, a construção identitária está envolvida na existência ou inexistência de reconhecimento do outro. A interação e a troca não colocam simplesmente o indivíduo *em contato* com outros modelos identitários, o que proporciona o reconhecimento incorreto de outras identidades. (SEMPRINI, 1999; TAYLOR, 1994):

O problema da representação não está delimitado por uma questão de denominação/descrição da alteridade. Há sobretudo uma regulação e um controle do olhar que define quem são e como os outros. Visibilidade e invisibilidade constituem, nesta época, mecanismos de produção da alteridade e atuam simultaneamente com o nomear e/ ou deixar de nomear. (DUSCHATZKY e SKLIAR, 2001).

Procurando estudar como que a identidade regional está sendo estereotipizada para a potencialização de atrativos turísticos, focamos nossa interpretação em três projetos: Rota Missões, Caminho das Missões e Levantamento de Elementos do Patrimônio Turístico-Cultural da Região Missioneira.

Ao se realizar a interpretação das políticas culturais observou-se que o patrimônio regional está adequado a sociedade de consumo, que vem transformando a identidade missioneira em produtos turísticos e culturais. Esta busca pelo mercado está naturalizando e estereotipizando a construção identitária das Missões.

No mundo acolchoado, maleável e informe da elite global dos negócios e da indústria cultural, em que tudo pode ser feito e refeito e nada vira sólido, não há lugar para realidades obstinadas e duras como a pobreza, nem para a indignidade de ser deixado para trás, nem tampouco para a humilhação que representa a incapacidade de participar do jogo do consumo. (BAUMAN, 2003, p. 59).

Segundo Bauman (2003, p. 63):

A necessidade da comunidade estética gerada pela ocupação com a identidade é o campo preferencial que alimenta a indústria do entretenimento: a amplitude da necessidade explica em boa medida o sucesso impressionante e contínuo da indústria.

Neste cenário mercadológico, a alteridade torna-se uma “ferramenta” essencial para a produção cultural. Conforme Duschatzky e Skliar (2001, p. 123), o caráter imprevisível da alteridade possibilita que as diferenças culturais sejam mais “bem explicadas em termos de traços fixos, estáticos, essenciais e essencializados, considerados como constitutivos da natureza humana”. A alteridade, segundo Duschatzky e Skliar (2001), proíbe formas híbridas de identidade.

Dessa forma, “o estereótipo, que é uma de suas principais estratégias discursivas, acaba sendo uma modalidade de conhecimento e identificação que vacila entre aquilo que está sempre em um lugar já conhecido, ou melhor, esperado, e algo que deve ser ansiosamente repetido”. (DUSCHATZKY e SKLIAR, 2001, p. 123).

No caso das Missões, a figura de Sepé Tiaraju pode ser considerada a principal estereotipia.

Assim, é possível concluir que as ressignificações do passado missioneiro na atualidade demonstram que ainda prepondera a figura de Sepé Tiaraju em sua atuação heróica e romântica, que é relacionada e reivindicada como bravura dos gaúchos descendentes do índio Sepé. Suas identidades indígenas são mascaradas e o termo índio não objetiva contemplar os habitantes originários guaranis na dinâmica do seu *ethos*. O passado guarani fica subsumido ao passado missioneiro, pasteurizado na referência ao típico como *carrefour* das identidades sociais sulinas, num processo de construção, confrontando projetos políticos ao disputar Sepé. (BRUM, 2006, p. 24).

Assim como o mito Sepé, diversas tradições são “inventadas” na região.

consideramos que a invenção das tradições é essencialmente um processo de formalização e ritualização, caracterizado por referir-se ao passado, mesmo apenas pela imposição da repetição. Presume-se que o processo de criação de complexos simbólicos e rituais manifesta-se de maneira mais nítida quando uma “tradição” é deliberadamente inventada e estruturada por um único iniciador. (HOBBSAWM, 1997, p. 12).

Portanto, foi possível identificar na conjuntura dos projetos, diversas estratégias que o turismo regional vem utilizando para consolidar a identidade regional:

- Valorização da diversidade cultural regional;
- Hibridização da identidade missioneira com as identidades européias regionais;
- Exaltação das Missões como região mística, espiritual e religiosa;
- Diferenciação da identidade missioneira em relação à identidade gaúcha.

Como já foi mencionado na trajetória das políticas culturais no Brasil, a diversidade cultural torna-se atrativa para a mercantilização do turismo. No caso das Missões, tanto a identidade gaúcha, como as identidades européias tornam-se hierarquicamente dependentes da identidade dominante, a missioneira.

Cabe ressaltar que esta idéia de fechamento da identidade regional acaba “escondendo” outras identidades que estão presentes na região. Por exemplo: nota-se na região das Missões que a identidade missioneira está fragmentada em três

micro-identidades⁴⁷: 1) identidade missioneira-pampeana; 2) identidade missioneira-reducional e 3) identidade missioneira-européia.

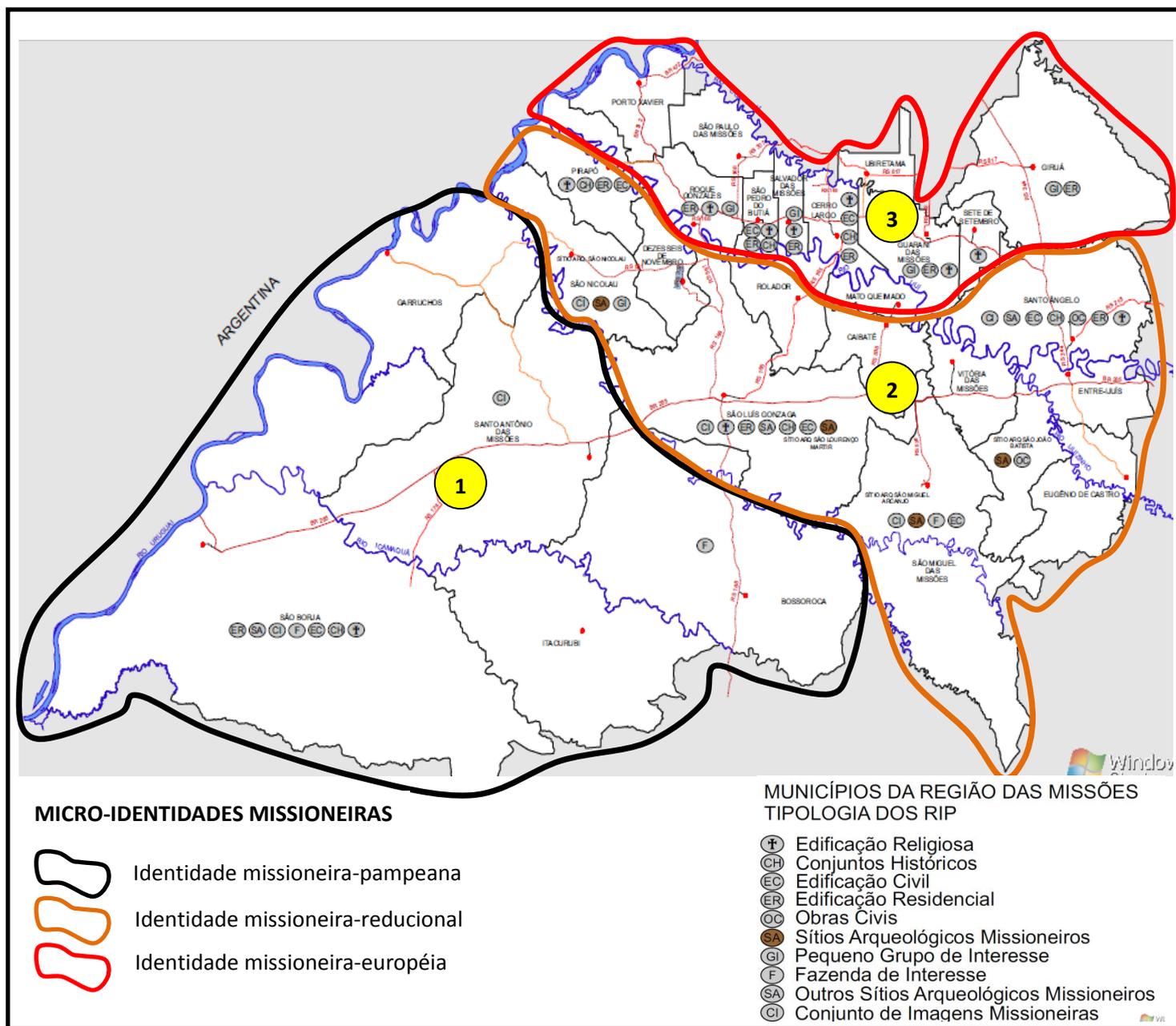


Figura: 34: Localização das micro-identidades missioneiras e recursos patrimoniais na Região das Missões

Fonte: IPHAN; IAPH; URI, 2008. Adaptado pelo autor.

⁴⁷ Ver figura 34.

Tipos identitários missioneiros	Características socioeconômicas	Características identitárias	Marcador de diferença
Identidade missioneira-pampeana	<p>- <i>Região de influência pampeana</i>, constituída pelo municípios de (São Borja, Bossoroca, Itacurubi, Santo Antônio das Missões e Garruchos).</p> <p>- Esta micro-região por estar na área de abrangência da Campanha Gaúcha, possui características sociais e econômicas relacionadas aos grandes proprietários e a figura do gaúcho. Destaca-se pela pecuária e lida campeira.</p>	<p>- Por estar localizada na Campanha, na fronteira com a Argentina (via rio Uruguai), apresenta uma diversidade de identidades como: missioneira, ribeirinha, fronteiriça, gaúcha.</p> <p>- Portanto, está micro-região destaca-se nas Missões por possuir a maior diversidade de identidades. No entanto apresenta a menor diversidade étnico-cultural regional.</p> <p>- No caso de São Borja, sua trajetória histórica materializou símbolos que interferem na construção identitária micro-regional como: Guerra do Paraguai, ex-presidentes, missões.</p>	<p>- Dos Sete Povos das Missões, São Borja é a única municipalidade que faz fronteira com outro povoado missioneiro, localizado na margem oriental do Rio Uruguai;</p> <p>- Considerado o “Primeiro dos Sete Povos das Missões”;</p> <p>- São Borja “Terra dos Presidentes”</p> <p>- A figura do gaúcho missioneiro, apresenta suas maiores materializações nessa identidade. Por mais que seja mais publicizado na identidade missioneira-reducional.</p>
Identidade missioneira-reducional	<p>- Região de influência dos sítios arqueológicos, constituída pelos municípios de (São Miguel das Missões, São Luis Gonzaga, São Nicolau, Santo Ângelo, Pirapó, Dezesseis de Novembro, Rolador, Caibaté, Vitória das Missões, Entre Ijuís, Eugênio de Castro).</p> <p>- Esta micro-região destaca-se por concentrar a maior demanda e principais políticas culturais e turísticas regionais.</p>	<p>- Por estar no entorno dos quatro sítios arqueológicos de: São Miguel Arcanjo, São João Batista, São Lourenço e São Nicolau. Além da proximidade de Santo Ângelo. Esta micro-região destaca-se por possuir a maior quantidade de resquícios do período reducional.</p> <p>- Esta maior quantidade de elementos culturais materializados, expõe está micro-região como sendo a identidade missioneira autêntica.</p>	<p>- Santo Ângelo “Capital das Missões”;</p> <p>- Ruínas de São Miguel das Missões, Patrimônio Mundial da Humanidade;</p> <p>- A figura mitológica de Sepé Tiaraju é exaltada nessa micro-região. Sendo reconhecida como área de nascimento de Sepé.</p> <p>- Micro-região se auto-define como sendo a região missioneira.</p>
Identidade missioneira-européia	<p>Região de influência de diversas etnias européias como: alemã, italiana, polonesa, russa. Estão nessa área os seguintes municípios: Porto Xavier, São Paulo das Missões, Roque Gonzales, São Pedro do Butiá, Salvador das Missões, Cerro Largo, Ubiretama, Mato Queimado, Guarani das Missões, Sete de Setembro e Giruá).</p> <p>- Está micro-região destaca-se pelas pequenas propriedades rurais e agricultura familiar. Socialmente apresenta uma miscigenação cultural.</p>	<p>- A maioria das municipalidades pertencentes a esta micro-região, estão identificadas com as identidades culturais de suas respectivas etnias.</p> <p>- A identidade missioneira torna-se híbrida entre as identidades étnicas através do contato dos descendentes com os bens materiais e discursos regionais.</p> <p>- Portanto, esta identidade caracteriza-se por “misturar” elementos de diversas etnias.</p>	<p>- A diversidade cultural missioneira;</p>

Quadro 4: Características das micro-identidades missioneiras

Fonte: Elaboração própria.

Conforme os projetos culturais, a região das Missões é exposta como uma área unificada culturalmente. Só que na prática, observa-se que a própria identidade regional encontra-se marcada pela diferença, no que se refere a alguns municípios quererem “ser mais missioneiros” que outros. Esta busca incessante por uma maior missionarismo pode estar relacionada com o fato de a identidade regional estar fragmentada em outras micro-identidades.

Segundo Silva (2000, p. 82), “a afirmação da identidade e a marcação da diferença implicam, sempre, as operações de incluir e de excluir, “o que somos” e o que “não somos”. Seguindo esta linha de raciocínio, o autor afirma que questionar a identidade e a diferença como relações de poder significa problematizar os binarismos em torno dos quais elas se organizam.

O jogo das diferenças impede que um elemento simples esteja presente em si mesmo ou remeta qualquer situação a si mesmo. Nenhum elemento pode funcionar como signo sem remeter a um outro elemento. Elas são os efeitos de transformações. (DERRIDA, 2001).

A experiência da diferença é vista como um valor em si, pois ela não permite apenas o desencadeamento da dinâmica intersubjetiva – algo sempre válido para qualquer interação – mas ela permite igualmente ao indivíduo “distanciar-se” de sua identidade, colocá-la em jogo e fazê-la evoluir ao compará-la a outros modelos identitários. (SEMPRINI, 1999, p. 171).

Segundo Duschatzky e Skliar:

A modernidade construiu, neste sentido, várias estratégias de regulação e de controle da alteridade que, só em princípio, podem parecer sutis variações dentro da mesma narrativa. Entre elas a demonização do outro: sua transformação em sujeito *ausente*, quer dizer, a ausência das diferenças ao pensar a cultura; a delimitação e limitação de suas perturbações; sua invenção, para que dependa das traduções oficiais; sua permanente e perversa localização do lado externo e do lado interno dos discursos e práticas institucionais estabelecidas, vigiando permanentemente as fronteiras – isto é, a ética perversa da relação inclusão/ exclusão -; sua oposição a totalidade de normalidade através de uma lógica binária; sua imersão e sujeição aos estereótipos, sua fabricação e sua utilização, para assegurar e garantir as identidades fixas, centradas, homogêneas, estáveis etc. (2001, p. 121).

A experiência da diferença gera conflitos pela redistribuição do poder. Em relação às Missões, percebe-se que a estratégia de integração regional, voltada

para consolidação da identidade missioneira, gera ao mesmo tempo, uma hibridização cultural, e por outro lado esconde os outros tipos identitários regionais.

O processo multicultural vivencia muito bem esta dificuldade de se integrar a diferença. O reconhecimento ao pluralismo cultural gera o descaso em relação à diferença. Desta forma, o multiculturalismo é tolerante, preocupado com a autoafirmação das comunidades e reconhecimento das identidades não-hegemônicas, ou seja, ele torna-se um agente aceitador das diferenças culturais. (SEMPRINI, 1999; BAUMAN, 2003).

Conforme a figura 34, a região histórica das Missões do Rio Grande do Sul, pode ser dividida culturalmente em três micro-identidades:

- *Identidade missioneira-pampeana*: por estar localizada na Campanha Gaúcha, apresenta manifestações culturais identificadas com a lida campeira e a figura do gaúcho. Nessa região verifica-se um número maior de elementos culturais ⁴⁸ que representam a figura do gaúcho missioneiro, por mais que este tipo social esteja representado em todo o território das missões.
- Um fator que se torna um marcador de diferença desta micro-identidade em relação a outras identidades regionais é o fato de o segundo ciclo das Reduções Jesuítico-Guarani terem surgido da Redução de São Francisco de Borja (considerado o “Primeiro dos Sete Povos das Missões”).
- Em São Borja, nota-se uma disputa da identidade missioneira com outras identidades, como a trabalhista ⁴⁹, ribeirinha e gaúcha.
- *Identidade missioneira-reducional*: por estar localizada no entorno dos quatro sítios arqueológicos reducionais, esta identidade atualmente é reconhecida com a autêntica identidade missioneira. Nesta região

⁴⁸ Esta representação é visualizada através da: indumentária, grupos musicais, artistas, instituições culturais, festivais musicais, entre outros.

⁴⁹ A identidade trabalhista é marcada pela relação de poder dos órgãos públicos municipais, que defendem o slogan municipal de São Borja ser reconhecido como “Terra dos Presidentes”.

concentra-se a maior quantidade de resquícios do período reducional, o que consolidou o discurso e pertencimento da população local em relação à identidade regional.

- Nesta identidade, notam-se os maiores esforços regionais para a utilização da cultura missioneira como atrativos para o turismo cultural. A figura mítica de Sepé Tiaraju representa um vetor de sustentação para a auto-afirmação da identidade missioneira.
- *Identidade missioneira-européia*: esta micro-identidade missioneira é regionalizada em municípios que foram colonizados por imigrantes europeus. Com o planejamento do turismo regional, as áreas identificadas com as identidades étnicas foram planejadas de forma a serem reconhecidas como um diferencial do tipo missioneiro. Na verdade, a diversidade cultural tornou-se um atrativo a mais para o planejamento turístico das Missões.
- O que se observa é uma disputa da identidade missioneira com as outras identidades micro-regionais. Por mais que ela esteja híbrida entre as mesmas.

Esta percepção de que a identidade missioneira está fragmentada em outras identidades regionais é uma interpretação inovadora desta dissertação, pois tanto nos estudos do IPHAN, assim como nos trabalhos acadêmicos, a região das Missões é percebida através de um olhar unificado, fechado.

O que é relevante comentar é o fato de que existem diferenças dentro da própria identidade entendida como hegemônica na região. Nesse sentido, cabe descrever que os próprios projetos culturais e turísticos divulgam os “produtos missioneiros” como se a cultura missioneira estivesse apenas concentrada no entorno dos sítios arqueológicos e de Santo Ângelo. Portanto, observa-se que a identidade se naturaliza na cultura material e imaterial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo centrou-se na análise da construção das narrativas identitárias missioneira, inseridas nas políticas culturais regionais. Neste sentido procurou-se interpretar como as narrativas identitárias são construídas nas políticas públicas e de que forma as categorias cultura e identidade são conceituadas e interpretadas pelas devidas ações.

Para um melhor entendimento do processo de construção das narrativas identitárias regionais, procurou-se num primeiro instante conhecer e estudar a trajetória das políticas culturais num âmbito federal e estadual, o que possibilitou a compreensão das estratégias de construção da identidade nacional e estadual e qual a relação e a inserção da região das Missões no cenário das políticas culturais federais/estaduais.

Entre a década de 1930 e o ano de 2010, notou-se que o planejamento das políticas culturais federais estiveram atreladas ao ideário de construção da identidade nacional. Durante esse período, cada momento histórico utilizou estratégias diferenciadas em relação à busca de uma visão unificada para o país, no que diz respeito a sua identidade cultural.

Neste contexto, cabe comentar que tanto as políticas culturais a nível federal, como estadual, passaram por ciclos de valorização da diversidade cultural regional/micro-regional. Normativas essas que influenciaram em projetos executados nas diversas instâncias.

No que diz respeito ao estado do Rio Grande do Sul, as políticas culturais foram organizadas sistematicamente na década de 1950. O planejamento destas demandas foram baseadas no ideário de construção da identidade gaúcha. Fator esse que possibilitou com que a valorização da diversidade micro-regional por parte das políticas culturais surgisse apenas na década de 1980.

Na região das Missões, a trajetória das políticas culturais teve seu início antes da criação do SPHAN, na década de 1920. No período em questão, as reduções Jesuítico-*Guarani* eram vistas como um território espanhol inserido no

Brasil, o que se tornou um dificultador para a execução de ações de preservação e valorização dos remanescentes dos antigos povoados missioneiros.

A partir da interpretação dos projetos culturais executados na região das Missões, foi possível observar que as narrativas acerca do tipo missioneiro apresentam conceitos estereotipados da história reducional, onde a cultura missioneira é vista através de uma ótica imutável.

Na grande maioria dos projetos analisados, constatou-se que os principais objetivos das devidas demandas voltam-se para a valorização e preservação do patrimônio material missioneiro, onde a atenção maior está centrada nos quatro sítios arqueológicos regionais. Cabe comentar que tanto o IPHAN, como as demais instituições proponentes de projetos culturais, buscam estudar, pesquisar, preservar e criar elementos que simbolizem a cultura material missioneira.

A maior execução de projetos no entorno do chamado Parque Histórico Nacional das Missões, justifica-se no que diz respeito aos sítios arqueológicos possuírem uma maior quantidade de artefatos histórico-culturais relacionados ao período reducional. Esta afirmação possibilita refletir como que se auto-sustenta o discurso do IPHAN nas missões, pois a instituição não reflete sobre a cultura e construção da identidade regional, pois considera a mesma como “dada”, como algo natural.

A partir das análises realizadas, tanto as narrativas, como os símbolos identificados com a identidade missioneira, não estão presentes somente no entorno dos sítios arqueológicos. Portanto, salienta-se que o discurso de pertencimento, as manifestações culturais e os monumentos representativos ao contexto missioneiro são visualizados em toda a região.

O único projeto analisado que contemplou toda a área de abrangência da região missioneira foi o “Levantamento de Elementos do Patrimônio Turístico-Cultural da Região Missioneira”, vinculado ao Programa de Cooperação Instituto Andaluz de Patrimônio Histórico (Sevilla-Espanha) e Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IAPH-IPHAN).

Através das informações disponibilizadas pelo estudo, obteve-se o que consideramos o principal resultado da devida dissertação. Foi à definição de três

micro-identidades missioneiras (Identidade missioneira reducional; identidade missioneira européia; e identidade missioneira pampeana).

Portanto, a importância da definição das micro-identidades está centrada na reflexão de poder desnaturalizar as narrativas responsáveis pela construção da identidade missioneira, pois a partir desta definição a construção identitária regional poderá ser vista não como homogênea, autêntica, pura, mas sim pela busca da diferença, da mobilidade, da troca. Esta competição é visualizada entre as municipalidades da região. A disputa é constante para ver qual é a “cidade mais missioneira”.

Como citado anteriormente, as identidades estão constantemente sendo transformadas. Nas Missões, o turismo tornou-se nos últimos anos, um instrumento que busca integrar a região e expor a identidade missioneira como homogênea. Por mais que diversos esforços sejam feitos em busca da exposição de uma identidade integrada, como é o caso do projeto Rota Missões, visualiza-se nas narrativas micro-regionais, diferentes tipos de identidades missioneiras.

Procuramos demonstrar que estas micro-identidades regionais acabam hibridizando-se e algumas vezes competindo com outras identidades locais. Nesse caso, a identidade missioneira salienta-se como dominante perante os outros tipos identitários regionais. As identidades de origens européias merecem uma atenção especial, pois deixa inúmeras interrogações, no que diz respeito à internalização e representação da identidade missioneira perante outras etnias.

No que diz respeito ao tipo de gaúcho missioneiro, nota-se que muitas narrativas buscam diferenciar esta figura do gaúcho tradicional. Como foi exposto, a micro-identidade missioneira pampiana, pelas suas características sociais e econômicas relacionadas à lida campeira, apresentou juntamente com a municipalidade de São Luiz Gonzaga diversos discursos de pertencimento a esse tipo de gaúcho.

Nesse caso, a própria denominação deste tipo social já demonstra a “mistura” cultural que está envolvida esta figura. Ela envolve uma grande quantidade de elementos culturais pertencentes ao gaúcho tradicional, somado a musicalidade e a simbologia que materializa o passado missioneiro.

A figura do gaúcho missioneiro é representada pela musicalidade dos artistas regionais que se caracterizam pelo tipo musical do chamamé. Esse ritmo é identificado com a província argentina de Corrientes, região fronteira às municipalidades localizadas na área de abrangência da devida micro-identidade pampiana.

A micro-identidade missioneira definida como reducional, por estar localizada no entorno do Parque Histórico Nacional das Missões, vem recebendo desde a década de 1920, as maiores atenções dos órgãos públicos, no que diz respeito à execução de projetos. Isso contribui para que o sítio de São Miguel Arcanjo e a cidade de Santo Ângelo sejam geralmente divulgadas como os principais atrativos turísticos da região.

Nesta área de abrangência, observou-se que o discurso de afirmação desta identidade se auto-sustenta no patrimônio arquitetônico das antigas reduções e na figura mítica de Sepé Tiaraju. Por sua vez, nota-se que as políticas públicas geraram diversas estereótipias no devido contexto cultural, visto que o planejamento regional produziu diversos elementos artificializados para a potencialização de atrativos turísticos e produtos culturais.

No decorrer da dissertação, se analisou alguns processos de construções das narrativas que contribuem para a produção das identidades e constituição dos tipos sociais regionais. Como principais origens dos discursos identificaram-se: as narrativas do setor turístico, das políticas culturais e narrativas populares.

A partir da análise de alguns corpus discursivos, notou-se nas narrativas regionais um sentido voltado para a exaltação das manifestações religiosas Jesuítico-*Guarani*. Essa relação se sustenta a partir do contato com alguns símbolos materializados do período reducional, como: as imagens sacras, cruz de Lorena, entre outros.

Nesse contexto cabe salientar que as narrativas relacionadas à religiosidade missioneira produzem/transmitem diversos sentidos, pois expõem o discurso da magia, da espiritualidade, da fé e do sentido misterioso que envolve o povo das missões. Esses sentidos estão constantemente reproduzindo a idéia de “terra-sem-males” para a região.

Tal estratégia é muito utilizada pelo o setor turístico, que tenta instigar nos turistas seu lado sentimental. A exaltação das artes e do meio natural regional são narrados como espaços para a devida reflexão. A marcação da diferença das missões perante o Estado, também é citada. Sendo assim, o contexto regional descrito como singular e possuidor de uma atmosfera diferente.

Durante o processo de escrita da dissertação, foi dada atenção para a exposição de uma “visão” não essencializada sobre a construção identitária regional, o que permitiu a uma percepção desnaturalizada da concepção de cultura e de identidade inseridos no contexto dos projetos culturais.

Cabe comentar que este estudo não encerra a discussão sobre a construção da identidade missioneira, mas sim, traz para o cenário dos estudos sobre Missões uma interpretação reflexiva de como esta identidade regional está sendo transformada, hibridizada e confrontada com os demais tipos identitários locais/regionais.

A dissertação vem ao encontro com as reivindicações de muitos historiadores que salientam a necessidade de pensar a história e cultura missioneira, a partir de uma matriz dinâmica. Uma vez que as pesquisas historiográficas sobre as Reduções Jesuítico-*Guarani* vem expondo uma percepção imutável e naturalizada para a identidade regional.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Claudio Aguilar. **Cultura e sociedade no Brasil: 1940-1968**. São Paulo: Atual, 1996.

APPIAH, Anthony. Identidade, Autenticidade, Sobrevivência: Sociedades Multiculturais e Reprodução Social. In: Taylor, Charles. **Multiculturalismo**. Tradução de Marta Machado. Lisboa, Portugal: Instituto Piaget, 1994.

BARBACCI, Norma. Introdução. In: **Manual básico de conservação para as Missões Jesuíticas Guarani**. Nova York, EUA: WMF, UNESCO, 2009.

BARBALHO, Alexandre. Políticas culturais no Brasil: identidade e diversidade sem diferença. RUBIM, Antonio Albino Canelas; BARBALHO, Alexandre. **Políticas Culturais no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2007.

_____. Políticas culturais no Brasil: identidade e diversidade sem diferença. In: **III Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura**. UFBA, 3, 2007. Anais eletrônicos do evento. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2007. Disponível em: < <http://www.cult.ufba.br/enecult2007/AlexandreBarbalho.pdf>>. Acesso em: 25.Jun.2010.

_____. Estado autoritário brasileiro e cultura nacional: entre a tradição e a modernidade. **REVISTA DA ASSOCIAÇÃO PSICANALÍTICA DE PORTO ALEGRE / Associação Psicanalítica de Porto Alegre**. - nº 19, 2000. - Porto Alegre: APPOA, 2000. Disponível em: ≤ <http://www.apboa.com.br/download/revista19.pdf?PHPSESSID=3841b57372ae9305ba71d7f51050fc8e>>. Acesso em: 07 de julho de 2010.

BAUMAN, Zygmunt. **Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadoria**. Tradução, Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2008.

_____. **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi. Tradução de Carlos Alberto de Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2005.

_____. **Comunidade**: a busca por segurança no mundo atual. Tradução Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2003.

_____. **O mal-estar da pós-modernidade**. Tradução de Mauro Gama, Cláudia Martinelli Gama. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1998.

BERTOTTO, Márcia Regina. **Análise das políticas públicas para Museus no Rio Grande do Sul**: Um estudo sua eficácia no Desenvolvimento das instituições museológicas gaúchas. Porto Alegre: PPGCS/ UFRGS, 2007. (Dissertação de Mestrado).

BOLÁN, Eduardo Nivón. Planeación cultural, la asignatura pendiente El caso del Distrito Federal en México. **Políticas Culturais em revista**, Salvador, v. 1, n. 2 (1), p.1-33, 2008. Disponível em: <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/pculturais/article/view/3331/2447>>. Acesso em: Jun.2010.

BOLÃO, César; GOLIN, Cida; BRITTOS, Valério. Introdução: Desafios às políticas culturais e ao campo artístico e intelectual no Brasil no final da primeira década do século XXI. BOLÃO, César; GOLIN, Cida; BRITTOS, Valério. In: **Economia da Arte e da Cultura**. São Paulo: Itaú Cultural; São Leopoldo: Cepos/ UNISINOS; Porto Alegre: PPGCOM/ UFRGS; São Cristovão: Obscom/ UFS, 2010.

BOMENY, Helena. Três decretos e um ministério: a propósito da educação no Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce Chaves. **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

BOTELHO, Isaura. A política cultural e o plano de idéias. RUBIM, Antonio Albino Canelas; BARBALHO, Alexandre. **Políticas Culturais no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2007.

BRAMBATTI, Luiz Ernesto. **Racionalização, cultura e turismo em meio rural na Serra Gaúcha**. Porto Alegre: PPGS/ UFGRS, 2005. (Tese de Doutorado).

BRASIL. Ministério do Turismo. **Regionalização do Turismo**. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/turismo/programas_acoes/regionalizacao_turismo/>. Acesso em: 15 de outubro de 2010.

BRASIL. Decreto n. 3.551, de 04 de agosto de 2000. Instituiu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial, assinado em Brasília, em 04 de agosto de 2000. In: Patrimônio Imaterial: O Registro do Patrimônio Imaterial: Dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial. Brasília: Ministério da Cultura/ IPHAN, 4. Ed, 2006

BRASIL. Ministério da Cultura. **Políticas de Cultura no Brasil 2002-2006: acompanhamento e análise**. Frederico A. Barbosa da Silva (autor). Brasília: Ministério da Cultura, 2007.

BRASIL. Decreto n. 25, 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, assinado na cidade do Rio de Janeiro, em 30 de novembro de 1937. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 30 nov. 1937. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/Decreto-Lei/Del0025.htm>>. Acesso em: 03 ago. 2010.

BRUM, Ceres Karam. “Esta terra tem dono”. Disputas de representação sobre o passado missionário no Rio Grande do Sul: A figura de Sepé Tiaraju. In: **Cadernos Instituto Humanitas Unisinos**, ano 4, n. 46, p. 1-26, 2006.

CALABRE, Lia. Política Cultural no Brasil: um histórico. In: **Iº Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura**. UFBA, 1, 2005. Anais eletrônicos do evento.

Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2005. Disponível em: <<http://www.cult.ufba.br/enecul2005/LiaCalabre.pdf>>. Acesso em: 25 de fev. 2010.

_____. **Políticas Culturais no Brasil: balanços e perspectivas**. RUBIM, Antonio Albino Canelas; BARBALHO, Alexandre. Políticas Culturais no Brasil. Salvador: EDUFBA, 2007.

_____. Políticas Culturais no Brasil: Balanços e perspectivas. In: **III de Encontro Estudos Multidisciplinares em Cultura**. UFBA, 3, 2007. Anais eletrônicos do evento. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2007. Disponível em: <<http://www.gestaocultural.org.br/pdf/Lia%20-%20Pol%C3%ADticas%20Culturais%20no%20Brasil%20balan%C3%A7o%20e%20perspectivas.pdf>>. Acesso em: Jun. 2010.

_____. Políticas Culturais no governo militar: O Conselho Federal de Cultura. In: **XXIII Encontro de História do Rio de Janeiro**. UFRJ, 13, 2008. Anais eletrônicos do evento. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <http://encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1212692933_ARQUIVO_Anpuh2008.pdf>. Acesso em: Jul.2010.

_____. Políticas e Conselhos de Cultura no Brasil: 1967-1970. **Políticas Culturais em Revista**, nº 1, 2008. Salvador: UFBA, 2008. Disponível em: <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/pculturais/article/view/3188>>. Acesso em: 12 de agosto de 2010.

_____. **Projeto HISTÓRIA DA POLÍTICA CULTURAL NO BRASIL: 1964 aos anos 2000**. Rio de Janeiro: Fundação Rui Barbosa, 2010. Disponível em: <http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/newsletter/FCRB_SelecaoBolsistas_2010_Historia_da_politica_cultural_no_Brasil.pdf>. Acesso em: Jun. 2010.

_____. Políticas públicas culturais de 1924 a 1945: o rádio em destaque. **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, n. 31 p. 161-181, 2003. Disponível em: <<http://virtualbib.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2190/1329>>. Acesso em: Jun. 2010.

CAMINHO DAS MISSÕES. Folder Divulgativo. Disponível em: material impresso.

CAPELATO, Maria Helena. PANDOLFI, Dulce Chaves. **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

CARVALHO, Cristina A. P. O estado e a participação conquistada no campo das políticas públicas para a cultura no Brasil. CALABRE, Lia. **Políticas Culturais: reflexões e ações**. São Paulo: Itaú Cultural; Rio de Janeiro: Fundação Casa Rui Barbosa, 2009.

CARVALHO, José Murilo de Carvalho. Vargas e os militares: Aprendiz de feiticeiro. In: D' ARAUJO, Maria Celina. **As instituições brasileiras da Era Vargas**. Rio de Janeiro: EdUERJ: Ed. FGV, 1999.

CAVALCANTI, Lauro. Modernistas, arquitetura e patrimônio. In: CAPELATO, Maria Helena. PANDOLFI, Dulce Chaves. **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

CHAUÌ, Marilena. **Política Cultural**. 2. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

COELHO, Teixeira. **Dicionário crítico de política cultural**. São Paulo: Editoral luminuras, 1997.

COLVERO, Ronaldo; MAURER, Rodrigo. São Borja e seu Patrimônio “quase esquecido: o caso das Missões Jesuíticas na Terra dos Presidentes. In: **IV Congresso Internacional de História**, 4, 2009, Maringá. Anais eletrônicos. Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 2009. Disponível em <<http://www.pph.uem.br/cih/anais/trabalhos/313.pdf>>. Acesso em 01 de abr. 2010.

CONDATO, Adriano Nervo; GUANDALINI JR, Walter. Os autores e suas idéias: um estudo sobre a elite intelectual e o discurso político do Estado Novo. **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, n.32, p. 145-164, 2003. Disponível em: <<http://virtualbib.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2204/1343>>. Acesso em: Jun. 2010.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Cultura e sociedade no Brasil: ensaios sobre a idéia e formas**. 2.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

COUTO, Ronaldo Costa. **História indiscreta da ditadura e da abertura: Brasil: 1964-1985**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

CUCHE, Denis. **Noção de cultura nas Ciências Sociais**. Bauru: EDUSC, 2002.

CUNHA, Olívia Maria Gomes da. Sua alma em sua palma: identificando a “raça” e inventando a nação. In: PANDOLFI, Dulce Chaves. **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

CUSTÓDIO, Luis Antonio Bolcato. “Missões Jesuíticas Arquitetura e Urbanismo” in: Memorial do Rio Grande do Sul. **Caderno de História**, n. 21.

CUSTÓDIO, Luis Antônio Bolcato. **Missão Jesuítica dos Guarani**. Programa de Capacitação para a Conservação, Gestão e Desenvolvimento Sustentável das Missões Jesuíticas do Guarani (2003-2005). Brasília: IPHAN, WMF, UNESCO, 2004.

DERRIDA, Jaques. **Posições**. Tradução de Tomáz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

DIAS, Renato Duro. O patrimônio cultural no Estado do Rio Grande do Sul. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, 75, 01/04/2010. Disponível em: <http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=8064>. Acesso em 04/10/2010>. Acesso em: set. 2010.

DRAIBE, Sonia Miriam. As políticas sociais do regime militar brasileiro: 1964-84. SOARES, Gláucio Ary D; D'ARAÚJO, Maria Celina. **21 anos de regime militar: balanços e perspectivas**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1994.

DUSCHATZKY, Silvia; Skliar, Carlos. O nome dos outros. Narrando a alteridade na cultura e na educação. In: LARROSA, Jorge; Skliar, Carlos. **Habitantes de Babel: políticas e poéticas da diferença**. Tradução de Semíramis Gorini da Veiga. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

FERREIRA, Marieta de Moraes; MESQUITA, Claudia. Os anos Jk no acervo da Biblioteca Nacional .In: BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). **Brasiliana da Biblioteca Nacional-guia de fontes sobre o Brasil** /Organização Paulo Roberto Pereira. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional; Nova Fronteira, 2001, p.329-368.

FLECK, Eliane. A su usanza y según el aderezo de la tiera” – devoção e piedade barroca nas reduções jesuítico-guaranis. In: **Revista Anos 90**, n. 19/ 20, 2004. Porto Alegre: 2004.

FRAGA, Taís Gomes. **Os Subterrâneos emergem: a institucionalização da cultura e a temporada de museus no Rio Grande do Sul (1987-1991)**. Dissertação de Mestrado, Porto Alegre: IFCH-UFRGS, 2004.

FREIRE, Beatriz Muniz. Inventário Nacional de Referências Culturais Comunidades *Mbya-Guarani* em São Miguel Arcanjo. In: **Tava Miri São Miguel Arcanjo, Sagrada Família Aldeia de Pedra: os Mbyá-Guarani nas Missões**. Porto Alegre: IPHAN, 2007.

FUNDAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DAS MISSÕES. Rota Missões. **Folder divulgativo Rota Missões**. Color. Disponível em: material impresso.

GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da modernidade**. Tradução Raul Fiker. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GOLIN, Tau. **A ideologia do Gauchismo**. Porto Alegre: Tchê, 1983.

GOMES, Ângela Castro. **Historia e historiadores: a política cultural do Estado Novo**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

_____. Ideologia e trabalho no Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce Chaves. **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

GUIBERNAU, Maria Montserrat. **Nacionalismo: o estado nacional e o nacionalismo no século XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Ed., 1997.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Racismo e anti-racismo no Brasil**. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo; Ed. 34, 1999.

GUTIERREZ, Ramón. **As missões Jesuíticas dos Guaranis**. Rio de Janeiro: SPHAN, 1987.

GRUZINSKI, Serge. **O pensamento mestiço**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

HAESBAERT, Rogério. **Latifúndio e identidade regional**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes de Louro - 7.ed. - Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000

HASENBALG, Carlos. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. Belo Horizonte: Editora UFMG, Rio de Janeiro: IUPERJ, 2005.

HOBBSAWM, Eric. Introdução: A invenção das tradições. HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

HOFF, Herman Van. Apresentação. In: **Manual básico de conservação para as Missões Jesuíticas Guaraní**. Nova York, EUA: WMF, UNESCO, 2009.

IEL. Instituto Estadual do Livro. Disponível em: <<http://www.iel.rs.gov.br/>>. Acesso em: 25 de julho de 2010.

IPHAE. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Estadual. **Histórico**. Porto Alegre, 2010. Disponível em: <http://www.iphae.rs.gov.br/Main.php?do=HistoricoAc&item=25>>. Acesso em: 25 de julho de 2010.

IPHAN; IAPH; URI. **Levantamento do Patrimônio Cultural e Natural da Região das Missões**. Santo Ângelo: 2008. Disponível em: <<http://www.urisan.tche.br/~iphan/upload/downloads/file669.pdf>>. Acesso em: maio. 2010

IPHAN. **Tava Miri São Miguel Arcanjo, Sagrada Família Aldeia de Pedra: os Mbyá-Guarani nas Missões**. Porto Alegre: IPHAN, 2007.

KERN, Arno. Arqueologia histórica nas Missões Guaranis. In: **Anais do IX Simpósio Nacional de Estudos Missionários: as Missões depois da missão**. UNIJUÍ, 9, 1991. Anais impresso. Santa Rosa, RS. UNIJUÍ, 1991.

KORNIS, Mônica. **Vanguarda e anos 50**. Rio de Janeiro: CPDOC, 1991. (Documento de trabalho).

LONDRES, Cecília. A invenção do Patrimônio e a memória nacional. In: BOMENY, Helena. **Constelação Capanema: intelectuais e políticas**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas; Bragança Paulista (SP), Editora São Francisco, 2001.

MAIA, Tatyana de Amaral de. O patrimônio como expressão da nacionalidade: a função do Estado no setor cultural. **Políticas Culturais em Revista**, nº 1, 2008. Salvador: UFBA, 2008. Disponível em: <
<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/pculturais/article/view/3192/2302>> Acesso em: 12 de agosto de 2010.

MATO, Daniel. Las políticas públicas de cultura frente a los desafíos políticos y enseñanzas comunicacionales de las redes transnacionales de producción de sentido común (neo) liberal. **Revista Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, n. 15, p, 9-29, jan-abr 2005.

MEIRA, Ana Lúcia Goelzer. **Patrimônio Histórico e Artístico Nacional no Rio Grande do Sul no século XX**: atribuições de valores e critérios de intervenção. Porto Alegre: PPGPUR/ UFRGS, 2008. (Tese de Doutorado).

_____. A atuação do IPHAN nas Missões. In: IPHAN. **Tava Miri São Miguel Arcanjo, Sagrada Família Aldeia de Pedra**: os *Mbyá-Guarani* nas Missões. Porto Alegre: IPHAN, 2007.

MELIÁ, Bartomeu, **Los Guaraní Chiriguano - Nuestro Modo de Ser**. CIPCA, La Paz, 1988.

MICELI, Sérgio. **Intelectuais à Brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

_____. **Imagens negociadas: os retratos da elite brasileira (1920-40)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

MOESCH, Norma. **Cortina de cristal**: processos migratórios, identidade cultural e comunicação turística. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS. Porto Alegre: 1997. Dissertação de Mestrado.

NEDEL, Letícia Borges. **Breviário de um Museu mutante**. Revista Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 11, n. 23, p. 87-112, jan/ jun 2005.

_____. Regionalismo, historiografia e memória: Sepé Tiaraju em dois tempos. In: **Anos 90**, v. 11, n. 19/ 20, jan./ dez, 2004

NAGEL, Liane Maria. **As Missões Guarani-Jesuíticas no imaginário e nas representações das Artes Visuais: Rio Grande do Sul, segunda metade do século XX**. Porto Alegre: PPGH/ UFRGS, 2004. (Tese de Doutorado).

_____. Missões Guarani-Jesuítica, História do passado colonial Platino, roteiro turístico-cultural de integração no presente. BOFF, Claudete; GONÇALVES, Ana

Beatriz R. **Turismo e Cultura: a história e os atrativos regionais**. Santo Ângelo: Gráfica Venâncio Ayres/ URI –Santo Ângelo, 2001

NEUMANN, Eduardo. **O Trabalho Guarani Missioneiro no Rio da Prata Colonial 1640-1750**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1996.

NEVES, Santuza. **A música popular nos anos do segundo governo Vargas**. CPDOC: Rio de Janeiro, ano?. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/SegundoGoverno/MPB>>. Acesso em: 14 de julho de 2010.

NOGUEIRA, Carmen R. D; BURKHARD, Daniela. Políticas públicas de Turismo para o desenvolvimento Local/ Regional. In: **Revista Eletrônica de Turismo Cultural/** Universidade de São Paulo. São Paulo, v.2. n.2, p. 1-32, 2008. Disponível em: <http://www.eca.usp.br/turismocultural/Retc04_arquivos/Carmen_Missoes.pdf>. Acesso em: jun. 2010.

_____. **Turismo, o Reencontro e a redescoberta da Região das Missões**. (Tese de Doutorado). São Paulo: Programa de Pós-Graduação em Geografia/ USP, 2007.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria de Castro. **Estado Novo: Ideologia e poder**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1982.

_____. Vargas, os intelectuais e as raízes da ordem. In: D' ARAUJO, Maria Celina. **As instituições brasileiras da Era Vargas**. Rio de Janeiro: EdUERJ: Ed. FGV, 1999

OLIVEN, Rubem George. **A parte e o Todo: A diversidade cultural no Brasil-Nação**. Petrópolis: Vozes, 2006.

_____. **A parte e o Todo: A diversidade cultural no Brasil-Nação**. Petrópolis: Vozes, 1992.

_____. Em busca do tempo perdido: o movimento tradicionalista gaúcho. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, n. 15, 1990.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. 3. Ed. São Paulo: Editora brasiliense, 1985.

_____. **A moderna tradição brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

PALLARES, Francesc. Las Políticas Públicas: El sistema político en acción. In: **Revista de Estudios Políticos**. n.62, p.141-162, Octubre-Diciembre.1988. Disponível em: <http://www.cepc.es/rap/Publicaciones/Revistas/3/REPNE_062_140.pdf>. Acesso em: Maio.2010.

PÉREZ, Xerardo Pereira. **Turismo Cultural: uma visão antropológica**. El Sauzal (Tenerife. Espanha): ACA y PASOS, RTPC, 2009.

PINTO, Muriel. “Primeiro dos Sete Povos das Missões” a “Terra dos Presidentes”: uma análise das políticas e representações do patrimônio na cidade natal de Getúlio Vargas. In: **Revista Patrimônio e Memória** – UNESP. Assis, São Paulo: CEDAP, v. 6, n. 2, p. 261-286, 2010.

PITOMBO, Mariella. Sintomas dos deslocamentos de poder na gestão do campo cultural no Brasil – uma leitura sobre as leis de incentivo à cultura. In: **Temas Contemporâneos**. Salvador: FIB, v. 1, p.56-62, 2006.

POENITZ, Luego. Modelo Reduccional Jesuítico. In: **Curso do Programa de Conservação, Gestão e desenvolvimento sustentável da Região das Missões Jesuíticas Guaranis**. Trinidad, Paraguai: WTF/ UNESCO, 2005.

POMMER, Roselene. **Missioneirismo: a produção de uma identidade regional**. Tese de Doutorado. Porto Alegre: UNISINOS - Universidade do Vale do Rio do Sinos, 2008.

POZZER, Giovana. **Rotas Turísticas no Rio Grande do Sul: Influências das políticas públicas, disparidades regionais e ambientes institucionais**. Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, RS: UFSM, 2008. Dissertação de Mestrado.

QUEVEDO, Júlio. **Aspectos das missões no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Martins Fontes, 1997.

RAMOS, Antônio Dari. A formação histórica dos municípios da Região das Missões do Brasil. In: IPHAN; IAPH; URI. **Levantamento do Patrimônio Cultural e Natural da Região das Missões**. Santo Ângelo: 2008. Disponível em: <<http://www.urisan.tche.br/~iphan>>. Acesso em: 10 dezembro. 2010.

RAMOS, José Mário Ortiz. **Cinema, Estado e Lutas Culturais: anos 50, 60, 70**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

RIBEIRO, Denise Velloso Fernandes. **Políticas culturais publicas para as artes visuais: o caso da Fumproarte em Porto Alegre**. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais/UFGRS, 2009. (Dissertação de Mestrado).

RIO GRANDE DO SUL. SETUR. **Apresentação do Planejamento Estratégico do Turismo (2007-2010)**. Disponível em: <http://www.turismo.rs.gov.br/uploads/1227193651SETUR_RS_Planejamento_Estrategico.ppt>. Acesso em 03 de setembro de 2010.

RIO GRANDE DO SUL. SETUR. **Projeto de Turismo Cultural**. Disponível em: <<http://www.turismo.rs.gov.br/portal/index.php?q=secretaria&cod=7&id=42&fg=2>>. Acesso em: 10 de outubro de 2010.

RIO GRANDE DO SUL. SETUR. **Motivações do Turismo Cultural**. Disponível em: <<http://www.turismo.rs.gov.br/portal/index.php?q=motivacao&cod=8>>. Acesso em 10 de outubro de 2010.

RIO GRANDE DO SUL. **Mapa turístico do RS 2009**. Porto Alegre: Governo do RS, 2009.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria Estadual de Cultura. **Seminário de Capacitação da LIC-RS**. Porto Alegre: SEC, 2009.

RIO GRANDE DO SUL. **Sistema LIC-RS**. Porto Alegre: SEC, 2010. Disponível em: <<http://www1.lic.rs.gov.br/>>. Acesso em: 27 de agosto de 2010.

RIO GRANDE DO SUL. **Lei Nº 4.850, de 11 de dezembro de 1964**. Oficializa a Semana Farroupilha e da outras providências, assinado em Porto Alegre, em 11 de dezembro de 1964. Diário Oficial do Estado, Porto Alegre, 11 de dezembro de 1964.

RIO GRANDE DO SUL. **Lei 5.213 de 05 de janeiro de 1966**. Eleva o Hino Farroupilha à condição de Hino do Rio Grande do Sul, assinado em Porto Alegre, em 05 de janeiro de 1966. Diário Oficial do Estado, Porto Alegre, 05 de janeiro de 1966.

RIO GRANDE DO SUL. **Lei Nº 8.813, de 10 de janeiro de 1989**. Oficializa como traje de honra e de uso preferencial no Rio Grande do Sul, para ambos os sexos, a indumentária denominada "PILCHA GAÚCHA", assinado em Porto Alegre, em 10 de janeiro de 1989. Diário Oficial do Estado, Porto Alegre, 10 de janeiro de 1989.

RIO GRANDE DO SUL. **Lei Nº: 8.814, de 10 janeiro de 1989**. Fixa o dia 04 de dezembro como o "DIA DO POETA REPENTISTA GAÚCHO e do ARTISTA REGIONAL GAÚCHO", no Estado do Rio Grande do Sul, assinado em 10 de janeiro de 1989. Diário oficial do Estado, 10 de janeiro de 1989.

RIO GRANDE DO SUL. **Decreto Lei Nº 33.224, de 22 de junho de 1989**. Regulamenta a Lei nº 8.715, de 11 de outubro de 1988, que dá nova redação à Lei nº 4.850, de 11 de dezembro de 1964, que oficializa a "Semana Farroupilha", assinado em Porto Alegre, em 22 de junho de 1989. Diário Oficial do Estado, Porto Alegre, 22 de junho de 1989.

RIO GRANDE DO SUL. **Lei Nº 11.826, de 26 de agosto de 2002**. Inclui o Cavalinho Crioulo como animal-símbolo reconhecendo-o, juntamente com o Quero-Quero, como o patrimônio cultural do Estado do Rio Grande do Sul, assinado 26 de agosto de 2002. Diário Oficial do Estado, Porto Alegre, 26 de agosto de 2002.

RIO GRANDE DO SUL. **Lei Nº 11.929, de 20 de junho de 2003**. Institui o churrasco como "prato típico" e o chimarrão como "bebida símbolo" do Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências, assinado em Porto Alegre em 20 de junho de 2003. Diário Oficial do Estado, Porto Alegre em 20 de junho de 2003.

RIO GRANDE DO SUL. **Lei Nº 11.973, de 23 de setembro de 2003**. Institui o "Dia do Cavalo" no Estado do Rio Grande do Sul, assinado em 23 de setembro de 2003. Diário Oficial do Estado, Porto Alegre em 23 de junho de 2003.

RIO GRANDE DO SUL. **Lei Nº 12.372, de 16 de novembro de 2005**. Reconhece como integrantes do patrimônio cultural imaterial do Estado, as danças tradicionais gaúchas e respectivas músicas e letras, assinado em 16 de novembro de 2005. Diário Oficial do Estado, Porto Alegre em 16 de novembro de 2005.

RIO GRANDE DO SUL. **Lei Nº 12.567, de 13 de julho de 2006**. Altera a LEI Nº 11.719, de 07 de janeiro de 2002. Instituiu oficialmente o rodeio crioulo como um dos componentes da cultura popular sul-rio-grandense, assinado em 13 de julho de 2006. Diário Oficial do Estado, Porto Alegre, 13 de julho de 2006.

RIO GRANDE DO SUL. **Decreto nº. 17.018, de 15 de dezembro de 1964**. Cria a Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado, assinado em Porto Alegre, 15 de dezembro de 1964. In: DIAS, Renato Duro. O patrimônio cultural no Estado do Rio Grande do Sul. **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, 75, 01/04/2010. Disponível em:
<http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=8064>. Acesso em 04/10/2010>. Acesso em: set. 2010.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos. Departamento de Arquivo Público. **Fontes para a história administrativa do Rio Grande do Sul : a trajetória das secretarias de estado (1890-2005)** / Concepção e coordenação de Marcia Medeiros da Rocha e Valter Vanderlei Mendes Júnior. – Porto Alegre: CORAG, 2006.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Planejamento e Gestão. Mapa dos bens tombados no RS. In: **Atlas Socioeconômico do RS**. Porto Alegre: SEPLAG, 2010. Disponível em: <<http://www.seplag.rs.gov.br/atlas/exibelmq.asp?img=145>>. Acesso em: 09 de agosto de 2010.

RIO GRANDE DO SUL. **Sistema Estadual de Museus**. Porto Alegre: Disponível em: <<http://www.sistemademuseus.rs.gov.br>>. Acesso em: 09 de agosto de 2010.

ROTA, José A. Fernández de. Nacionalismo, cultura y tradición. Barcelona: Anthropos Editorial, 2005

RUBIM, Antonio Albino Canelas. **Políticas culturais no Brasil: tristes tradições, enormes desafios**. RUBIM, Antonio Albino Canelas; BARBALHO, Alexandre. Políticas Culturais no Brasil. Salvador: EDUFBA, 2007.

RUÍZ, Manuel Delgado. Trivialidade e transcendência. Usos sociais e políticos do turismo cultural. In: LARROSA, Jorge; SKLIAR. **Habitantes de Babel: políticas e poéticas da diferença**. Tradução de Semíramis Gorini da Veiga. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Políticas culturais no Brasil: tristes tradições, enormes desafios. RUBIM, Antonio Albino Canelas; BARBALHO, Alexandre. *Políticas Culturais no Brasil*. Salvador: EDUFBA, 2007.

SCHWARTZMAN, Simon. **Estado Novo: um auto-retrato**. Brasília: CPDOC/ FGV, Editora Universidade de Brasília, 1983.

SEMPRINI, Andrea. **Multiculturalismo**. Tradução Laureano Pelegrin. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

SIMIS, Anita. A política cultural como política pública. RUBIM, Antonio Albino Canelas; BARBALHO, Alexandre. **Políticas Culturais no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2007.

SILVA, Mozart Linhares da. Considerações sobre o dilema entre cor/raça/mestiçagem e ações afirmativas no Brasil. **Revista Reflexão e ação**, Santa Cruz do Sul, v. 18, n. 1, p. 8-29, 2010. Disponível em: <<http://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/view/1441/1053>>. Acesso em: Jun.2010.

_____. Educação intercultural e hibridismo identitário no Brasil: limites do multiculturalismo. In: SILVA, Mozart Linhares da; HILLESHEIM, Betina; OLIVEIRA, José de. **Estudos culturais, educação e alteridade**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2009.

_____. Identidade Cultural e alteridade: uma crítica ao essencialismo. In: **V Fórum Nacional de Educação e VIII Seminário Regional de Educação Básica: educação, mídia e valores**, 2005, Santa Cruz do Sul. Anais do V Fórum Nacional de Educação e VIII Seminário Regional de Educação Básica: educação, mídia e valores. Santa Cruz do Sul : EDUNISC, 2005. v. 1. p. 200-212.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis,RJ: Vozes, 2000.

SIMÕES, Janaína M; VIEIRA, Marcelo M. F. A trajetória do campo organizacional da cultura no Brasil. In: **V de Encontro Estudos Multidisciplinares em Cultura**. UFBA, 5, 2009. Anais eletrônicos do evento. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2009. Disponível em: <<http://www.cult.ufba.br/enecult2009/19507.pdf>>. Acesso em: Jul. 2010.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Castelo e Tancredo: 1964-1985**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. O Golpe de 1964. SOARES, Gláucio Ary D; D'ARAÚJO, Maria Celina. **21 anos de regime militar: balanços e perspectivas**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1994.

SOUZA, Celina. "Estado do Campo da Pesquisa" em políticas Públicas no Brasil. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.18, n. 51, p.11-15, fev.2003. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v18n51/15983.pdf>>. Acesso em: Maio. 2010

_____. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. In: **Revista Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16.pdf>>. Acesso em: Maio. 2010.

SOUZA, Marcio. **Fascínio e repulsa: Estado, cultura e sociedade no Brasil**. Rio de Janeiro: Edições Fundo Nacional de Cultura, 2000.

SOUZA, Magda Vianna de. "**Reinvenção das tradições**" e promoção do turismo: estratégias diferenciadas de mercantilização da identidade cultural: os casos de Nova Petrópolis e São Francisco de Paula no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: PPGS/ UFRGS, 2005. (Tese de Doutorado).

SUSTERSIC, Darko. Reflexiones sobre a La unidad de La cultura y El patrimonio Jesuítico Guaraní. Tercer Encuentro Regional, **Programa de Conservação, Gestão e desenvolvimento sustentável da Região das Missões Jesuíticas Guaranis**. Trinidad, Paraguai: WTF/ UNESCO, 2005.

TAYLOR, Charles. A política do reconhecimento. In: TAYLOR, Charles. **Multiculturalismo**. Tradução de Marta Machado. Lisboa, Portugal: Instituto Piaget, 1994.

UNESCO. WMF. **Programa de Capacitação para conservação e desenvolvimento sustentável das Missões Jesuíticas dos Guarani (Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai)(2003-2005): terceiro curso**. Assunção, Paraguai: 2005

UNESCO. BRASIL. ARGENTINA. **Anteprojeto de Itinerários do Mercosul**. Salvador, Brasil: UNESCO, 2009.

UNESCO. **Convenção para a proteção do patrimônio mundial, cultural e natural**. Paris: Unesco, 1972.

VELLOSO, Mônica Pimenta. "Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo". **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 9. p. 57-74, 1997.

_____. A dupla face de Jango: romantismo e populismo. In: **O Brasil de JK**. Rio de Janeiro: Ed. Da Fundação Getúlio Vargas/ CPDOC, 1991.

VILLEGAS, Mathilde. Evolução e Diagnóstico dos recursos de interesse patrimonial da Região da Missões. IPHAN; IAPH; URI. **Levantamento do Patrimônio Cultural e Natural da Região das Missões**. Santo Ângelo: 2008, p. 9. Disponível em: <<http://www.urisan.tche.br/~iphan/upload/downloads/file669.pdf>>. Acesso em: maio. 2010.

ZALLA, Jucelito. **O Centauro e a pena: Luiz Carlos Barbosa Lessa (1922-2002) e a invenção das tradições gaúchas**. Porto Alegre: PPGH-UFRGS, 2010. (Dissertação de Mestrado).

ZAMIM, Frinéia. **Patrimônio Cultural do Rio Grande do Sul: A atribuição de valores a uma memória coletiva e edificada para o Estado**. Porto Alegre: PPH-UFRGS, 2006. (Dissertação de Mestrado).

WISNIK, José Miguel. Algumas questões de música e política no Brasil. In: BOSI, Alfredo. **Cultura Brasileira: temas e situações**. São Paulo: Ática, 1987

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

Sites consultados

CAMINHO DAS MISSÕES. Produtos turísticos. Disponível em: <http://www.caminhodasmissoes.com.br/>. Acesso em: Agosto de 2010.

INSTITUTO GAÚCHO DE TRADIÇÕES FOLCLORE. Cultura gaúcha. Disponível em: <http://www.igtfrs.gov.br/>. Acesso em Junho de 2010.

INSTITUTO DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO DO RS. Informações sobre cultural material e imaterial do RS. Disponível em: <http://www.iphae.rs.gov.br/>. Acesso em Julho de 2010.

MINISTÉRIO DA CULTURA. Informações sobre políticas culturais. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/site/>. Acesso em: Outubro de 2010.

MINISTÉRIO DO TURISMO. Inserção das Missões no planejamento turístico nacional. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/turismo/home.html>. Acesso em Outubro de 2010.

SECRETARIA DE CULTURA DO RS. Lei de Incentivo a Cultura do RS. Disponível em: <http://www1.lic.rs.gov.br/>. Acesso em Outubro de 2010.

SECRETARIA DE TURISMO DO RS. Informações sobre os atrativos turísticos e culturais do Estado. Disponível em: <http://www.turismo.rs.gov.br/>. Acesso em Outubro de 2010.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO LARGO. Informações sobre a cultura e turismo local. Disponível em: <http://www.cerrolargo-rs.com.br/>. Acesso em agosto de 2010.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ÂNGELO. Informações sobre a cultura e turismo local. Disponível em: <<http://www.santoangelo.rs.cnm.org.br/>>. Acesso em: Agosto de 2010.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DAS MISSÕES. Informações sobre a cultura e turismo local. Disponível em: <<http://www.saomiguel-rs.com.br/Turismo/>>. Acesso em: Agosto de 2010.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUIS GONZAGA. Informações sobre a cultura e turismo local. Disponível em: <<http://www.saoluizrs.com.br/>>. Acesso em: Agosto de 2010.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA. Informações sobre a cultura e turismo local. Disponível em: <<http://www.saoborja.rs.gov.br>>. Acesso em: agosto de 2010

ROTA MISSÕES. Informações sobre produtos culturais e turísticos da região das Missões. Disponível em: <http://www.rotamissoes.com.br/_portugues/index.php>. Acesso em: Setembro de 2010.

SECRETÁRIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ DO RIO GRANDE DO SUL. Mapa bens tombados pelo IPHAN e IPHAE no RS. In: Atlas Socioeconômico do RS. Porto Alegre: SEPLAG, 2010. Disponível em: <<http://www.seplag.rs.gov.br/atlas/exibelmq.asp?img=145>>. Acesso em: Outubro de 2010.

SECRETARIA DE MUSEUS DO RS. Organização institucional do órgão. Disponível em: <<http://www.sistemademuseus.rs.gov.br>>. Acesso em: Junho de 2010.